



Reunião de 13/07/2016

**ATA N.º 19/2016**

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NELAS, REALIZADA EM TREZE DE JULHO DE DOIS MIL E DEZASSEIS**

---- Aos **treze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezasseis**, nesta Vila de Nelas e edifício dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas, a Câmara Municipal de Nelas, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

**SITUAÇÃO FINANCEIRA**

---- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia anterior, que apresentava os seguintes saldos: - De operações orçamentais: 904.655,35 € (novecentos e quatro mil seiscentos e cinquenta e cinco euros e trinta e cinco cêntimos); - De operações não orçamentais: 147.453,02 € (cento e quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e três euros e dois cêntimos). -----

**PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**

---- O Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, cumprimentou todos os presentes e declarou aberta esta reunião ordinária da Câmara Municipal de Nelas do dia 13 de julho de 2016. Em relação ao Resumo Diário de Tesouraria: total de disponibilidades: 1.052.108,37 € (um milhão cinquenta e dois mil cento e oito euros e trinta e sete cêntimos), sendo de Operações não Orçamentais: 147.453,02 € (cento e quarenta e sete mil quatrocentos e cinquenta e três euros e dois cêntimos). -----

---- Entrando, de seguida, no Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que está á disposição dos Senhores Vereadores, em particular do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, alguns procedimentos que ele, no livro de reclamações, quis ter acesso. Estão ali disponíveis. Um deles, que ele, Senhor Presidente, já tinha dado indicação na reunião anterior, é a existência de um aluguer de uma buldózer à empresa FozVias, Unipessoal, Ld.<sup>a</sup>, e, por razões orçamentais, a indicação que havia na FozVias foi no dia 27 de junho de 2016, é o seu despacho: À Contabilidade para cabimento e compromisso, sendo que este equipamento é essencial para a substituição da nossa buldózer, que está em reparação, sendo necessário cerca de três semanas para o efeito e para trabalhos necessários nas Freguesias, em particular na melhoria de caminhos agrícolas e florestais; b) Garantir o equipamento para o efetivo de Proteção Civil e prevenção e combate a incêndios florestais, necessidade de 50 horas, 7 horas/dia. A informação da Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia foi que, a presente despesa não tinha cabimento. É uma despesa, como sabiam, em que pode ser feita a requisição e atenta a urgência nos termos da Lei dos Compromissos, tem que ser compromissada no prazo de 5 dias. Isso não era possível. Falou com a Junta de Freguesia de



## Reunião de 13/07/2016

Canas de Senhorim, e a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, entre os dias 27 de junho e 30 de junho, assumiu o aluguer do equipamento e só foi possível a nós, Câmara Municipal, ter feito a requisição e o respetivo compromisso no dia 1 de julho, ou a partir do dia 1 de julho, ou 3 de julho, crê que era segunda-feira. Está ali essa explicação e esta correção a alguma indicação que ele, Senhor Presidente, tenha dado anteriormente. Neste momento está a decorrer um outro procedimento com o mesmo fundamento para termos disponível um buldózer para o efetivo de proteção contra incêndios e também para melhoria dos caminhos agrícolas e florestais. Este é um dos assuntos que ali está, o Senhor Vereador Dr. Marques pode consultar. Um outro que pode consultar é o aluguer da motoniveladora e de um cilindro. Como os Senhores Vereadores sabem, a Câmara tem o cilindro avariado que, aliás, avaria de forma recorrente e não tem uma motoniveladora. A motoniveladora tem 30 anos, avariou definitivamente. O custo da reparação são 30.000,00 euros. Como é necessário repor caminhos agrícolas e florestais foi feita uma primeira requisição à empresa Princa. Esta empresa Princa é uma das empresas que foi constituída no âmbito da insolvência, ou no universo da empresa Custódio Santos Guerra, de Mangualde. Foi feita uma primeira requisição, que estava ali, de serviço de motoniveladora. Foi feita por um mês. Mas depois, como o Executivo verificou que era necessário mais para continuar a compor os caminhos agrícolas e florestais, foi feito um procedimento, que estava ali: Aluguer de motoniveladora e cilindro para executar trabalhos em caminhos agrícolas e florestais. E a máquina tem continuado ao abrigo deste contrato de fornecimento de aluguer, quer a máquina motoniveladora, quer o cilindro. Depois, dava a indicação que, mais uma vez, estava ali disponível o processo das obras de desaterro da Zona Industrial da Ribeirinha que foram executadas, como já referiu ali também, por duas vezes. A primeira vez foi pela empresa FozVias. Estava ali o procedimento de contratação. Depois a empresa espanhola exigiu o lote terraplanado conforme foi deliberado em reunião de Câmara e o Executivo teve que fazer uma outra contratação e aproveitou um preço excecional apresentado pela empresa Oliveiras, S.A., que também precisava de 3.000, ou 4.000 metros de aterro para as obras na Barragem Nova. Esse procedimento foi feito aproveitando o desaterro de cerca de 20.000 m<sup>3</sup> de terra que o Executivo aproveitou também para as necessidades dessa empresa, atento o preço especial que fizeram ao Executivo e para fazer o aterro do terreno onde está instalada a ETAR em Canas de Senhorim, para ficar já preparado para, eventualmente, fazer ali um novo cemitério de Canas de Senhorim. Portanto, também estava ali esse procedimento disponível para o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, em particular, mas disponível para todos os Senhores Vereadores. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que ia já direto aos processos que o Senhor Presidente aí desenvolveu. No entanto, queria dizer ao Senhor Presidente que mais uma vez faltou à verdade ao Órgão a pedido de um requerimento do Senhor Vereador Adelino Amaral, nuns terrenos que o Senhor Presidente comprou de manhã por 39.000.00 euros e vendeu à tarde por 90.000,00 euros. No dia 7 de março de 2014 já o Senhor Presidente sabia que ia comprar o terreno à Caixa Geral de Depósitos. Aliás, tinha ali, vendedora a Caixa Geral de Depósitos, S.A., comprador José Manuel Borges da Silva e mulher Lurdes Gomes Oliveira Borges da Silva, Torrinheira, Carvalhal Redondo, pelo preço de 39.000,00 euros. Está ali. Não inventou. Não descobriu. Que o Senhor Presidente participasse dele se era falso aquele



Reunião de 13/07/2016

documento. Mas se isto não fosse suficiente para que o Senhor Presidente usasse o direito e a informação privilegiada na compra, não passa mais do que uma imobiliária do que, propriamente um Presidente da Câmara, o Senhor Presidente, no dia 13 de outubro de 2010, dois dias antes de fazer a escritura, a Câmara é notificada por e-mail e responderam que não havia interesse. Portanto, o Senhor Presidente da Câmara mentiu mais uma vez ao Órgão, o Senhor Presidente sabia, o Senhor Presidente comprou e vem depois a correr mais tarde, em setembro, a dizer, comprei aqueles dois terrenos para usar o direito de preferência duma Senhora que lá andava chamada Mafalda, de Canas de Senhorim. O Senhor Presidente usou o privilégio de ser Presidente da Câmara, o benefício de informação para se tornar numa imobiliária, comprar de manhã e vender à tarde pelo dobro do preço e o Senhor Presidente já tinha devidamente preparado o comprador para este terreno que o Senhor Presidente havia comprado. Não se compra um terreno hoje e logo à tarde o comprador para se vender. O Senhor Presidente não passou mais do que uma imobiliária ao serviço de Presidente da Câmara e tem ali o rol de documentos e não são poucos, para entregar no Ministério Público da Comarca de Nelas. Sobre este processo não falará mais porque vai deixar a justiça atuar como atuou com ele. Não fez manigância no processo da sua mulher e iam ver se quem as manigâncias foi, ou não foi, o Senhor Presidente. Além de mais, ele, Vereador Dr. Marques, tinha também ali um requerimento que já entregou no Expediente para o Senhor Presidente não falhar à resposta com habitualmente tem feito e que é o seguinte: *“Ex.m.º Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas – Manuel da Conceição Marques, Vereador da Coligação PPD/PSD-CDS/PP, eleito nas listas do CDS/PP, vem expor e requer a V.ª Ex.ª o seguinte: No dia 04.07.2014 foi celebrado na Conservatória do Registo Predial de Viseu, no âmbito do projeto “Casa Pronta”, um ato de transmissão de um prédio misto, composto por casa de habitação de altos e baixos, alpendre anexo e jardim e terra de cultura de citrinos, oliveira e nogueira, sito ao Cinceiro ou Quintal, inscrito na matriz predial urbana de Nelas, sob o número 992 e rústico 1.463, inscrito na Conservatória do Registo Predial de Nelas, sob o número 3.910. Ao qual foi atribuído naquela Conservatória o Processo n.º 30236/2014. Resulta do cumprimento do artigo 37.º, da Lei n.º 107/2001, de 08.09, estabelecendo as Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural, que além de outras entidades, os Municípios gozam também do direito de preferência em caso de venda. Resulta também do Protocolo assinado em 27.01.2009, entre o Município de Nelas e o Instituto de Registos e do Notariado (IRN), em que permite aceder ao sitio da Internet onde são inseridos os elementos essenciais da alienação pelo obrigado à preferência para a manifestação da intenção de exercer, ou não, o direito legal de preferência, nos termos do Decreto-Lei n.º 263-A/2007, de 23.06.2007, e da Portaria n.º 794-B/2007, de 23.07. No exercício das nossas funções de Vereador não tivemos conhecimento de qualquer notificação para cumprimento da legislação aplicável, quer no âmbito da “Casa Pronta”, quer no âmbito do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural. Nestes termos, se requer cópia da notificação enviada ao Município de Nelas por aquela Conservatória para ser manifestada a intenção de preferência do prédio urbano acima identificado.”* Vai entregar uma cópia ao Senhor Presidente conforme entregou e gostava de ver isto respondido. Indo, então, aos dossiers que o Senhor Presidente agora aí apresentou, dirigindo-se, essencialmente, ao Vereador Dr. Manuel Marques. O Vereador Dr. Manuel Marques não tem medo das coações do Senhor Presidente, nem tem medo das suas ameaças. Nunca teve. Aliás,



Reunião de 13/07/2016

quando lhe dizia ali que estava tranquilo como o peixe na água quando o Senhor Presidente dizia que ele, Vereador Dr. Marques, ia ser condenado por três crimes de abuso de poder, daí resultou que ele foi absolvido. O Senhor Presidente fez tudo, aliás, dizia em Canas de Senhorim que, eu com este já estou resolvido que ele nem sequer vai ser candidato. Vai ser candidato e vai ser candidato de uma forma da verdade e demonstrar quem é que geriu esta casa com verdade em 8 anos e quem a geriu com menos verdade em 4 anos. Pediu ao Senhor Presidente e o Senhor Presidente não lhe respondeu, sobre a reparação do lote industrial de Canas de Senhorim e fez claro que nada o movia contra as populações de Canas de Senhorim. Move-o contra aquilo que o Senhor Presidente lhe fez e fez àqueles industriais, àqueles comerciantes, àqueles fornecedores que trabalharam de uma c séria e não pagou porque dizia que as faturas eram irregulares. E fê-lo no seguinte aspeto: Ele, Vereador Dr. Marque, ou a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura, fizeram os trabalhos. Depois, obviamente, foram transmitidos aos Serviços antes disso. O que é que o Senhor Presidente faz? Primeiro faz os trabalhos, depois transmite-os aos Serviços e depois legaliza-os. Mas legaliza-os porque está aqui. Porque se o Senhor Presidente tivesse perdido as eleições, como eles perderam, tinham ali um enchorrillo de processos iguais àqueles que a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques deixou. Essa é que é a verdade dos factos. Aliás, louva a coragem e nesse ponto já lá vão, louva a coragem da Técnica dizer na sua informação que os serviços começaram antes do procedimento, tendo sido dado ordens pelo Senhor Presidente. E o Senhor Presidente, várias vezes aqui disse neste Órgão que nunca mandou avançar serviços sem procedimento. Falso. Mentira. Aliás, ele, Vereador Dr. Marques, teve o cuidado de enviar à Inspeção Geral de Finanças e a várias entidades, que o Senhor Presidente estava a mentir porque estava a fazer os mesmos procedimentos que o anterior Executivo fez. Quanto ao lote industrial de Canas de Senhorim, ele, Vereador Dr. Marques, não tem nada contra o lote industrial de Canas de Senhorim, tem contra a forma do procedimento do Senhor Presidente ter dois pesos e duas medidas. Teve um peso para a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro e para o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e agora tem outro peso para o Senhor Presidente e faz, exatamente, o mesmo. A questão que ele, Vereador Dr. Marques, levantou era ver o que é que a cada um estava atribuído fazer e que é que cada outro tinha atribuído fazer. Além do mais, o que é que fez o equipamento, durante todo o tempo, da Câmara Municipal? Uma giratória, uma buldózer, um camião e um compressor. O Senhor Presidente não explicou isso. Escondeu e não explicou. Foi por isso que ele, Vereador Dr. Marque, veio à Câmara no dia 9 e ele sabia e pediu para lhe deixar consultar os processos. Já o tinha feito por escrito. E no dia 9 esteve ali desde as 2,30 horas até às 7,30 horas da noite e, uma vergonha, o Senhor Presidente não o deixou consultar os processos porque, agora dizia ele, se calhar é o Senhor Presidente que quer matraquilhar os documentos. Se calhar é o Senhor Presidente que quer matraquilhar as questões para se salvar delas. Essa é que é a verdade. Requer, desde já, que lhe sejam dadas cópias dos cadernos de encargos para ele, Vereador Dr. Marques, assim averiguar o que é que fez o empreiteiro Oliveiras, S.A., o que é que fez a FozVias e o que é que fez a Câmara Municipal. Vem o Senhor Presidente dizer que, nós pedimos informalmente outros orçamentos. Que o Senhor Presidente lhe dissesse que informalidades? Onde é que estão os procedimentos das informalidades que pediu? Que lhe dissesse onde é que estão. Agora dizer, eu pedi informalmente, não. Ele, Vereador Dr. Marques, gostava de ver, por uma questão de lisura e transparência, junto ao processo, esses procedimentos que o Senhor Presidente pediu,



Reunião de 13/07/2016

ou informação, no mínimo, dos trabalhadores, dos Serviços, onde é que isso está. Não, o Senhor Presidente não o fez. E vem com a teoria do informal para tentar legalizar uma coisa que é ilegalizável. Isso é o que o Senhor Presidente quer. Quer fazer isso. Depois vem dizer que quando a FozVias, que estava lá, que tinha lá o estaleiro devidamente montado, que é muito menos oneroso para uma empresa quando tem o estaleiro montado numa obra vir outra montar um novo estaleiro e o Senhor Presidente tem o descaramento de dizer que foi por um melhor preço que a Oliveiras, S.A. acabou o serviço. Então se o terreno era para eles, se eles precisavam daquele terreno, ou do desaterro, melhor dito, que o Senhor Presidente lhe dissesse como é que justifica o valor apresentado pela FozVias no primeiro orçamento e que lhe dissesse o valor apresentado pela Oliveiras, S.A. no segundo orçamento. Há uma diferença de 0,2 cêntimos. Então em que é que estão ali, em que é que foi beneficiado o Município? O Município foi beneficiado à bela maneira do Senhor Presidente, à bela maneira do Borges da Silva e não mais. Foi isso que o Senhor Presidente fez. Por isso requer ao Senhor Presidente da Câmara já, mais uma vez, acha que é a quinta vez que requer cópia dos procedimentos, designadamente dos cadernos de encargos e das tais consultas que o Senhor Presidente fez informal. O Senhor Presidente vem-lhe dizer que alugou uma buldózer para os caminhos em Canas de Senhorim. Tudo bem. Mas o Senhor Presidente sabe e só por isso é que trouxe à liça e trouxe à baila a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim para se defender do erro, da ilegalidade, ou da irregularidade que tinha cometido porque quando o Senhor Presidente submete aos Serviços e os Serviços lhe determinam que não há cabimentos o Senhor Presidente ainda não tinha falado na Junta de Freguesia de Canas de Senhorim. A Junta de Freguesia de Canas de Senhorim só vem para resolver um problema do serviço que o Senhor Presidente mandou fazer sem estar com cabimentos, sem ter fundos disponíveis. Essa é que é a verdade dos factos. E devia ter feito também a mesma coisa quando chegou ali em outubro de 2013 ter legalizado as faturas dos Senhores que, humildemente e honestamente e com determinação, trabalharam para o Município. Não. O Senhor Presidente preferiu deixar andar, o anterior Executivo deixou-lhe cá 800.000,00 euros que o Senhor Presidente depositou no BCP, Millennium, exatamente para pagar essas faturas e o Senhor Presidente, não, gastou-o nas lonas, nas propagandas e nos seus folclores. Essa é que é a verdade. E agora cai na mesma asneira que o anterior Executivo caiu, mas vem pedir socorro, SOS, a Canas de Senhorim, acudam-me aqui porque aquele sacana lá de Vila Ruiva está-me aqui a pedir coisas e não me deixa fazer. Os capangas do Senhor Presidente podem dizer que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques não os deixa fazer. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques deixa fazer tudo. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques só não deixa fazer as questões que são ilegais e que o Senhor Presidente chamou de ilegais a quando chegaram ali. Isso é que ele, Vereador Dr. Marques, não lhe deixa fazer para demonstrar ao Povo do seu Concelho, para demonstrar às entidades competentes que o Senhor Presidente faz, exatamente, a mesma coisa que o anterior Executivo fez no passado. E o Senhor Presidente não pode, não deve ter dois pesos e duas medidas. Mas tem-no e ele, Vereador Dr. Marques, sabe muito. Sabe como é que o Senhor Presidente coage os Funcionários desta casa para resolver algumas questões de legalização de obras que o Senhor Presidente mandou fazer previamente, sozinho, sem passar cavaco a ninguém. Já agora que o Senhor Presidente lhe dissesse quando é legalizou efetivamente, sabia porque é que lhe perguntou o valor, porque acima de 5.000,00 euros o Senhor Presidente tem que lançá-lo na plataforma, tem que fazer contrato. Agora, pergunta-



## Reunião de 13/07/2016

lhe qual foi o valor do último ajuste da FozVias, S.A., da buldózer, porque no dia 9, hoje ainda e se o Senhor Presidente for à [www.base.gov.pt](http://www.base.gov.pt), site onde são inseridos todos os procedimentos, quer do Estado, quer das Autarquias Locais, até hoje de manhã este procedimento não estava lá. O Senhor Presidente mandou fazer os serviços sem qualquer procedimento. A máquina anda em Canas de Senhorim há mais de 15 dias sem qualquer procedimento. Ele, Vereador Dr. Marques, não está contra os Serviços, está contra a forma como o Senhor Presidente faz e diz e acusando os outros do passado. É essa a sua preocupação. A tal motoniveladora e o tal cilindro da empresa Princa andam ao serviço do Município antes do rali e já lá vão 3, ou 4 meses. Que o Senhor Presidente lhe dissesse onde é que está esse procedimento. Que o Senhor Presidente fosse coerente, que fosse verdadeiro e que diga às pessoas, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura e o Senhor Vereador Dr. Marques fizeram aquilo mas eu também estou a fazer o mesmo porque o Senhor Presidente já várias vezes ali disse e já várias vezes foi publicado nos jornais que o Senhor Presidente tinha tudo em ordem e que não seguiu o caminho da Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro. É mentira, mentira. Claramente mentira e o Senhor Presidente vai ter que demonstrar isso porque é que dizia uma coisa e agora diz outra. Repetia, novamente, ele, Vereador Dr. Marques, vai consultar os processos, tem todo o interesse em consultar os processos porque isto é um objeto que vai ser participado ao Ministério Público, além dos outros que já participou, sem medo, com cara, sem dizer a pessoas que digam que sejam denunciantes e depois digam que não fizeram denúncia nenhuma, designadamente a Senhora Lúcia Neves, que puseram o nome dela por computador e não escrito e nem sequer foi ouvida no processo e ela agora diz, não, não tenho nada a ver com isso. Quem tem a ver com isso é o Senhor fulano que anda lá pelas casas amarelas. É o que ela diz. Ele, Vereador Dr. Marques, não, assume aquilo que faz. Participa ao Ministério Público para saber a verdade. Participa ao Ministério Público da compra que o Senhor Presidente fez de manhã por 39.000,00 euros e vendeu à tarde por 90.000,00 euros. Participa ao Ministério Público da história da motoniveladora, da CEBOCAR, de um processo em que o Senhor Presidente devia ter pago só 120 horas, pagou 320 horas, 16.000,00 euros, quando devia ter pago  $\frac{1}{3}$ . Participa ao Ministério Público estes casos todos que tem ali e não tem medo de o fazer. Pode o Senhor Presidente vir com a denúncia caluniosa que ele, Vereador Dr. Marques, está perfeitamente à vontade porque merece saber a verdade que o Senhor Presidente lhe oculta, que o Senhor Presidente lhe esconde e que o Senhor Presidente nunca lhe deixa ver. E o Senhor Presidente disse e publicou nos jornais que isto era uma Câmara de transparência, aberta ao Povo. Vê-se uma Câmara de transparência, aberta ao Povo, que lhe requeremos documentos, o Senhor Presidente não os dá. Esteve ali desde as 14,30 horas até às 19,30 horas e o Senhor Presidente disse aos Serviços que esperasse sentado que ele, Senhor Presidente, não lhe ia dar documento nenhum. Esta casa não é do Senhor Presidente. Esta casa é dos Cidadãos do seu Concelho e, ele Vereador Dr. Marques, foi eleito por menos 7 pessoas que votaram no Senhor Presidente e não votaram nele, Vereador Dr. Marques, tem o mesmo direito de saber como é que o Senhor Presidente gere esta casa. É essa a função dos Vereadores da Oposição que é fiscalizar a gestão do Senhor Presidente que, para ele, Vereador Dr. Marques, não passa de uma gestão ruinosa que se não fosse o aumento do IMI o Senhor Presidente deixaria esta casa muito pior, 30 vezes pior do que a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura e o Senhor Vereador Dr. Marques a deixaram. Esta é que é a verdade dos factos. E isso é que o Senhor Presidente não consegue esconder porque devia ter algum cuidado e alguma cautela



## Reunião de 13/07/2016

em diminuir os sacrifícios dos Cidadãos. Além do mais, o Senhor Presidente fez navegar às sete costas, que vinha para aí uma grande fábrica alemã. Pergunta-lhe onde é que está essa grande fábrica alemã. Onde é que ela está? Que contratos é que o Senhor Presidente tem? Quais são as negociações? Já o fez com a Azurmetal. Onde é que está a Cidade das Abelhas? Onde é que está o pomar das maçãs? Onde é que está a fábrica dos sabonetes? Era isso que ele, Vereador Dr. Marques, gostava de saber e que hoje o Senhor Presidente respondesse e tivesse oportunidade de responder perante as pessoas e que não viesse por trás dos Senhores Vereadores fazer os seus sonhos, diria mesmo, os seus devaneios, que não passa de devaneios. Onde é que esta a fabrica alemã de 600 postos de trabalho? Que o Senhor Presidente dissesse onde está porque o Senhor Presidente paga a jornalistas para lhe publicarem os seus devaneios. Que dissesse como é que está a negociação da fábrica alemã de 600 postos de trabalho. Ficaré por ali e repetia-lhe que ficará ao fim da reunião, ou se o Senhor Presidente assim o entender, durante a reunião consultar os processos, para não perder a atenção da mesma, que lhe fossem facultadas algumas cópias que ele, Vereador Dr. Marques, quer daqueles procedimentos, designadamente, da motoniveladora e do lote de Canas de Senhorim. Repetia-lhe e reafirmava-lhe, o Senhor Presidente pode fazer as melhores obras que quiser, que as fizesse é dentro das regularidades, ou que então considerasse que as obras que foram feitas pela Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro e pelo Senhor Vereador Dr. Marques foram regulares, porque o Senhor Presidente está a fazer exatamente o mesmo daquilo que eles procederam. Só que com uma diferença. O Senhor Presidente está cá, tem mais um ano para as legalizar e eles não tiveram tempo para o fazer. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que tinha três perguntas e sugestões ao Senhor Presidente. Por aquilo que ouviu nas notícias há possibilidade de alargarem as Câmaras Municipais às águas, àquele protocolo que foi feito por causa da Barragem da Maeira e que essa possibilidade preveja até a criação de uma empresa municipal com a criação da privatização das águas, se podiam assim dizer. Perguntava ao Senhor Presidente se tinha algum conhecimento sobre isso, se há essa possibilidade, se não há. A outra pergunta era se chegou a haver o tal leilão sobre as anteriores instalações da Nelcivil, se o Senhor Presidente já tinha alguma informação para lhes dar. A terceira situação era, na Zona Industrial da Ribeirinha, quando foi feito o protocolo, quando se falou sobre o protocolo feito da deslocalização da fábrica para lá, falou-se ali na possibilidade de se criar um acesso diferente para os empregados, ou os colaboradores dessa empresa quando fossem para lá. Se na ida para a Topack e junto da LusoFinsa e da ida para a Movecho é complicado mas a estrada tem espaço, ali é mais complicado porque não tem tanto espaço. Acha que era de acautelar desde já essa situação, talvez indo à rotunda em cima e abrindo um novo acesso para que no futuro não se crie mais um ponto negro na E. N. n.º 234. Já têm o ponto negro da Urgeiriça e depois também ali em cima na Zona industrial da Ribeirinha. -----

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores queria usar da palavra neste Período de Antes da Ordem do Dia. Afirmou que queria também, antes de se referir a algumas questões que lhe foram colocadas, dar esta informação e distribuir uns documentos e, eventualmente, também ouvir a opinião dos Senhores Vereadores. Ele, Senhor Presidente, endereçou ao Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Senhor Ministro Adjunto Eduardo Cabrita e à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, da



Reunião de 13/07/2016

Assembleia da República, no âmbito de um pedido que lhe foi feito pelo Senhor Secretário da Junta de Freguesia de Aguieira e Carvalhal Redondo e de Moreira e Santar, um ofício no âmbito da revisão da extinção, ou da fusão das Freguesias, que aconteceu, no sentido de serem restauradas as Freguesias de Aguieira e Moreira. Fê-lo sem prejuízo do cumprimento de todos os preceitos legais e constitucionais que vierem a ser aplicados e nos termos do procedimento quem por ocasião dessa reapreciação da Reforma Administrativa que aconteceu há-de ser feito em reunião de Câmara, naturalmente, tomando a Câmara e a Assembleia Municipal posição que entenderem. Ele, como Presidente de Câmara, decidiu enviar este documento, que no essencial diz que: *“No dia 1 de junho e 17 de junho do corrente ano o Tesoureiro da União de Freguesias de Carvalhal Redondo e Aguieira, Jorge Paulo Loureiro Ramos e o Secretário da União de Freguesias de Santar/Moreira, Fernando António Pais Silvério, respetivamente, vieram requerer ao Presidente da Câmara, na defesa do interesse das populações que representam, Aguieira e Moreira, que solicitasse ao Senhor Ministro Adjunto Eduardo Cabrita, o Senhor Presidente da Assembleia da República, Eduardo Ferro Rodrigues e à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local, o restabelecimento da autonomia administrativa e financeira das Freguesias de Aguieira e Moreira, no sentido de serem restauradas para todos os efeitos legais e constitucionais, cujos fundamentos invocados por ambos se dão ali por integralmente reproduzidos. Efetivamente, a Câmara continua a considerar, para todos os efeitos, as Freguesias de Aguieira e Moreira, reforçando-lhes os meios ao dispor das Freguesias como são exemplo as verbas transferidas ao abrigo dos Acordos de Execução, mas inquestionavelmente o desidrato desenvolvimento e sobretudo a dignidade das populações de Aguieira e Moreira de terem nas suas mãos o destino de uma Autarquia autónoma que saiem prejudicados. Do ponto de vista financeiro o impacto da extinção destas duas Freguesias foi praticamente nulo, mas do ponto de vista de proximidade das Autarquias e dos Eleitos às populações o impacto foi mais significativo. O restabelecimento das Freguesias de Aguieira e Moreira traria consigo despesas irrisórias, nomeadamente o pagamento de senhas de presença aos Eleitos, uma vez que toda a estrutura de sede, equipamentos e serviços já existiam antes da sua fusão e continuam operacionais. A Câmara Municipal disponibiliza-se, inclusivé, para suportar alguns desses encargos através de meios que tiver ao seu dispor, consensualizando com as mesmas um conjunto de atividades que vão de encontro aso objetivos que, inequivocamente, com a fusão ficaram prejudicados. Em face do exposto, requer-se a V.ª Ex.ª, requereu às três entidades, que seja tido em conta o interesse das populações em causa no restabelecimento da autonomia administrativa e financeira das Freguesias de Aguieira e Moreira, restaurando-as para todos os efeitos legais e constitucionais, termos legais que hão-de seguir-se no procedimento respetivo a ter lugar.”* Queria dar uma cópia aos Senhores Vereadores. E se quiserem, podem pronunciar-se relativamente a esta questão. Estava ali, aliás, o dossier, se os Senhores Vereadores quiserem ter acesso também, com este processo da restauração das Freguesias e os documentos enviados pelo Senhor Fernando António Pais Silvério ao Senhor Presidente de Câmara e pelo Senhor Jorge Paulo Loureiro Ramos, a pedir isto mesmo que acabou por ser efetuado. Havia ali também a informação de que o Grupo Parlamentar Os Verdes vai requerer o agendamento, o PCP também e parece que houve um consenso de ser encetada esta alteração administrativa no próximo mandato. Foi a última informação que ele, Senhor Presidente, obteve e, naturalmente que ele, com esta posição também espelha a sua posição





Reunião de 13/07/2016

individual como Presidente de Câmara e como Município de que gerações de Autarcas daquelas localidades mereciam que fosse reposta a Freguesia da Aguieira e a Freguesia de Moreira. Queria também instar os Senhores Vereadores e aí responde já a uma das questões que foi colocada, a emitirem opinião sobre uma proposta de compra que ele, como Presidente da Câmara, fez no âmbito da venda da massa insolvente da empresa Nelcivil. A Câmara foi notificada no dia 20 de junho, foi no dia 31 de maio, mas depois o documento andou por ali e foi repetido porque ele, Senhor Presidente, não sabia onde é que parava o documento. Mas, em rigor, havia um leilão no dia 29 de junho, que se realizava nas instalações da Média Value, na Maia, da venda das instalações da Nelcivil, que é aquele edificado todo que temos lá em baixo, cerca de 2.000 m<sup>2</sup>. O edifício tem uma implantação de 1.557 m<sup>2</sup> e uma área bruta de construção de 1.995 m<sup>2</sup> e o terreno tem a área de 9.371 m<sup>2</sup>. O Executivo foi contactado na sequência desta venda no âmbito da massa insolvente da empresa Nelcivil. Quem está a vender aquilo é o Administrador de Insolvência e contactou esta empresa Média Value, da Maia, para fazer a venda. Ele, Senhor Presidente, foi contactado, foi ver as instalações, acha que já tinha dito isso ali. As instalações estão em excelente estado. Foram objeto de obras há meia dúzia de anos. Têm uma área de escritórios à volta de 1.400 m<sup>2</sup>, 1.500 m<sup>2</sup>, uma dúzia de salas com mais de 40 m<sup>2</sup>, acha que uma das salas tem mais de 150 m<sup>2</sup>. Entendeu ele, Senhor Presidente, que tendo o Executivo posto na candidatura que fez às Áreas de Acolhimento Empresarial um Centro de Formação e um Pólo Tecnológico, que aquilo podia, se adquirido pelo Município por um preço que fosse suportável pelo Município, ser constituído um Centro de Formação imediatamente porque o Executivo tem necessidade de formação no âmbito do protocolo que celebrou com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, vão arrancar quatro turmas de formação, sendo Línguas, Relações Interpessoais, Costura e Marcenaria, quatro turmas. Ele, Senhor Presidente, endereçou em nome da Câmara de Nelas e nestas condições à Média Value, a Paula Duarte, Leiloeira Média Value, um ofício no sentido de dizer: Relativamente ao assunto em referência, que era leilão e venda das antigas instalações da Nelcivil, em Nelas, e na sequência dos nossos contactos anteriores venho pela presente manifestar o interesse da Câmara Municipal de Nelas na aquisição das antigas instalações acima referenciadas com as características constantes do anúncio do leilão, constituído por imóvel e terreno envolvente, sendo que o mesmo se destinaria a infraestrutura pública municipal de Centro Tecnológico e Formação Profissional na sequência até de uma candidatura do Município no Aviso PT 2020 das Áreas de Acolhimento Empresarial, tendo a proposta conforme anunciado para o leilão agendado para o dia 29/06/2016, o que está expressamente permitido, conforme o permitido pelo Anúncio, que admitia propostas abaixo daquele valor de venda e, portanto, as condições eram as seguintes: 1.º - Ofereceu o valor de 250.000,00 euros pelas instalações. Este valor teve como base, também estava ali um dossier disponível para os Senhores Vereadores verem, uma apreciação de m<sup>2</sup> de escritório a rondar os 150,00 euros, 160,00 euros, m<sup>2</sup>/construção, sendo que o m<sup>2</sup> de construção está fixado por Portaria, para o ano de 2016, para os diversos efeitos, particularmente para efeitos de avaliação do Código do IMI, é fixado para o ano de 2016, o valor de 482,40 euros o valor médio de construção por m<sup>2</sup> para efeitos do artigo 39.º, do Código do IMI. E já no ano anterior, para 2015, o valor tinha sido 482,40 euros. No âmbito também da capacidade potencial financeira da Câmara e do estado financeiro em que se encontra e que ele, Senhor Presidente, conhece muito bem há quase 3 anos e considera que para fazer esta proposta é



## Reunião de 13/07/2016

porque ela é exequível. Portanto, ofereceu 250.000,00 euros, o que dá um valor médio de m<sup>2</sup> de construção de 150,00 euros. N.º 2 – O pagamento é a efetuar em três parciais iguais durante o ano de 2016, 2017 e 2018, portanto, este valor seria dividido um montante este ano, um montante para o próximo ano e um montante em 2018. Portanto, 80.000,00 euros, números redondos, por ano. 3 - A transição dos bens imóveis no prazo de 30 dias após a adjudicação. Portanto, se fosse feita a adjudicação agora, 30 dias depois ser-nos-iam entregues as instalações porque o Executivo precisa delas para os cursos de formação. Tinha que dizer aos Senhores Vereadores que as instalações não têm lá imobiliário. O imobiliário foi vendido num outro leilão. O único imobiliário que tem é armários encastrados em todas as salas. Aquilo está em excelentes condições. Tem um auditório de 80 lugares. Não estão lá as cadeiras que teriam de ser repostas. Mas, ele, Senhor Presidente, já fez uma estimativa, com um valor a rondar os 50.000,00 euros, seria possível repor todas as condições de mobiliário para aquilo funcionar imediatamente. Portanto, transição de bens imóveis no prazo de 30 dias após a adjudicação. A aquisição será feita livre de qualquer ónus, ou encargos. A aquisição está sujeita, nos termos legais aplicáveis, a prévia deliberação em reunião de Câmara, em Ordem de Trabalhos onde conste tal assunto e todas as condições expressamente referenciadas. Comunicou já a manifestação de interesse na reunião extraordinária do dia 23 de junho. Portanto, condicionou esta proposta à deliberação da reunião de Câmara. Disse também que esta proposta não prejudicava ainda a manifestação de interesse de prosseguir as negociações no quadro das ofertas concretas de preço abaixo do anunciado para o aludido leilão de 29 de junho e que se seja superior ao que ali se oferece. Portanto, deixou em aberto a possibilidade de haver uma negociação para um valor superior a 250.000,00 euros. Amanhã vem cá o Administrador da Insolvência porque não apareceu nenhuma proposta no leilão. Ali, na Câmara Municipal, no âmbito dessa pré-visita que o Executivo fez às instalações identificou uma série de potenciais interessados, há essa empresa, particularmente vizinhos das instalações e identificou a Borgstena, identificou o Batista & Loureiro. Portanto, as empresas envolvidas àquela zona industrial foram todas contactadas para manifestar interesse na aquisição. Depois desta oferta foi ainda enviado um e-mail, foi publicitado no site da imobiliária que até ao dia 1 de julho a Câmara tinha oferecido este valor e, portanto, a imobiliária admitia que fossem apresentados valores superiores, o que não aconteceu. Portanto, amanhã, ele, Senhor Presidente, tem uma reunião com o Senhor Administrador de Insolvência e gostava de saber também por parte dos Senhores Vereadores o que é que pensam sobre este assunto. Que margem é que ele, Senhor Presidente, tem, ou que não tem. Acha que prescindiria de muitas outras obras, todas elas prioritárias, no sentido de Nelas ficar dotada de um Centro de Formação Profissional, que rasgasse o futuro e que consolidasse o nosso desenvolvimento industrial e empresarial. Estaria até disponível, caso seja esse âmbito em que venha cá o Senhor Administrador de Insolvência a ajustar este valor que lhe parece, de facto, um valor muito interessante para o efeito que a Câmara pretende. Aproveita também para anunciar que não agendou a matéria relativa à empresa Gameira & Gameira, Ld.<sup>a</sup> para esta reunião de Câmara porque, entretanto, vai ter uma reunião também com essa empresa amanhã às 14 horas para ver se avançamos no desenvolvimento do processo que têm vindo a debater em reunião de Câmara, dizendo também que a empresa nas últimas prestações que pagou, relativamente à renda, já começou a pagar o valor que está em vigor, que são 225,00 euros, números redondos, à volta disso. Entrega aos Senhores Vereadores uma cópia da



## Reunião de 13/07/2016

proposta que foi feita, do que chegou à Câmara Municipal, da caderneta predial urbana, do registo predial e duma cópia do que está em causa para ouvir a opinião dos Senhores Vereadores relativamente a esta aquisição e o que pensam dela, para ele, Senhor Presidente, também, em função disso, se comportar amanhã na negociação em conversa com o Senhor Administrador de Insolvência. Com isto, aludiu à questão da Nelcivil. Na questão da Barragem da Maeira a Câmara de Nelas tem um envolvimento que assinou aquele protocolo com aqueles 7 Municípios no âmbito estrito do que está no próprio protocolo e cuja cópia tem o Senhor Vereador Artur Ferreira e o que vem manifestando e a seu tempo a Câmara decidirá ali em reunião de Câmara, porque o projeto da barragem, em setembro/outubro estará pronto. O Governo tem manifestado que a distribuição da água em alta se deve fazer pelos sistemas intermunicipais. Existe pela parte da Câmara de Viseu a disponibilidade de, e para isso já fez uma alteração estatutária às Águas de Viseu, que permitem a entrada de capital nas Águas de Viseu de outros acionistas para além da Câmara de Viseu. Estava a dizer aquilo porque era a informação que tinha. Nessa matéria, ele, Senhor Presidente, não tomou posição nenhuma. A única coisa que sabe é exclusivamente o que consta do protocolo, ou seja, fazer-se estudos de viabilidade de uma infraestrutura que custa 50 milhões de euros a construir, que é a Barragem da Maeira. Manifestar a necessidade, até porque ficamos privados da Barragem de Girabolhos, da Câmara de Nelas ter disponível 4 milhões de m<sup>3</sup> de água/ano mais como necessidades para as próximas duas décadas nos termos em que viermos a negociar e a consensualizar com os outros Municípios e com as Águas de Viseu e a outra entidade. Quem está a fazer os estudos é a Águas de Viseu, está escrito no protocolo. Portanto, o que foi votado em reunião de Câmara foi exclusivamente essa questão. Mas a questão da água é uma questão de tal maneira importante que a sua preocupação fundamental é a existência da água, primeiro. Depois, a seguir, discute o preço da água e a seguir discute quem é que distribui a água. Primeiro, tem que haver água disponível. O Município de Nelas aceder a um sistema intermunicipal que tenha água disponível para os próximos 20 anos. Em relação à Zona Industrial da Ribeirinha também vieram a reunião de Câmara os estudos prévios, não sabia se o Senhor Vereador Artur Ferreira tinha cópia disso, o Executivo candidatou as áreas de acolhimento empresarial, havia um aviso aberto até ao final de maio e a Câmara de Nelas candidatou investimentos na ordem dos 10 milhões de euros num aviso de 30 milhões de euros, que o prazo da candidatura acabou no dia 30 de maio. Portanto, o Executivo está à espera para ser chamado pela CCDR para negociar qual é, nesta primeira leva, neste primeiro prazo, qual é o montante financeiro que cabe a Nelas. O Executivo conta e tem uma expectativa de 2 a 3 milhões de euros porque há muito Município, dos 100 da CCDR Centro, que não tem necessidades de áreas de acolhimento empresarial cujo aviso que está feito não é para novas áreas, é para expansão das áreas de acolhimento empresarial e 90, 100 Municípios, seguramente 80, ou 90 Municípios não precisam de investimentos ao nível de áreas de acolhimento empresarial porque já o fizeram no Quadro Comunitário anterior. Portanto, o Executivo tem a expectativa realista de ter 2, ou 3 milhões de euros disponíveis para investimento em expansão de áreas de acolhimento empresarial. O Executivo apresentou as 4, como se recordam, Zona Industrial 1 de Nelas, ampliação da Zona Industrial do Chão do Pisco para norte/poente onde o Executivo vai infraestruturar 20 hectares de terreno. Inclui os Fornos Elétricos que também reafirmava ali o ponto da situação, aquilo é da CLF, Grupo Caixa Geral de Depósitos. A última reunião que teve foi de 900.000,00 euros com limpeza a



Reunião de 13/07/2016

cargo por parte da Câmara, entre 200.000,00 euros a 300.000,00 euros. Mas ontem recebeu também uma chamada da CLF que também já aceita propostas por qualquer valor. Portanto, é outra questão que está em cima da mesa, que ele, Senhor Presidente, vai ponderar devidamente porque eles não conseguem vender aquilo a ninguém. Tem que falar também com a CCDR para ver se se consegue um aviso. No âmbito das compensações de Girabolhos está prometido um aviso fechado ao Município de Nelas de 1,5 milhões de euros no PO SEUR, de preferência água e saneamento. Mas ele, Senhor Presidente, vai tentar negociar que ele se estenda à recuperação de áreas industriais degradadas, que também é uma das áreas elegíveis em termos de PO SEUR. Portanto, fazer o jogo em setembro porque se isso for possível, acha que é possível em setembro/outubro, fazer uma oferta de preço de aquisição das instalações da antiga Companhia Portuguesa de Fornos Elétricos para a Câmara Municipal recuperar e existe também um estudo prévio que foi apresentado nas áreas de acolhimento empresarial para aquilo ser dividido em lotes para ser cedido para indústria. Na Zona Industrial da Ribeirinha está a decorrer, neste momento, uma empreitada de 150.000,00 euros, para infraestruturar essa Zona Industrial com redes, rede elétrica, rede de águas pluviais, redes de esgotos, redes de água, com pavimentação, com passeios. Está a ser pedido um orçamento para iluminação. Teve que se fazer isso porque a empresa é uma das empresas certificadas na Auto Europa e tem que ter, veio cá um indivíduo da Auto Europa e tem que ter os acessos em condições. O Executivo fez o básico para infraestruturar minimamente a Zona Industrial, que vai, dentro de duas, ou três semanas, durante o mês de julho ficar o processo encerrado por parte dos Irmãos Almeida Cabral, ou de uma empresa do universo dos Irmãos Almeida Cabral e o Executivo vai fazer o acesso pela E.N. n.º 234, com uma pequena ilha, vai sair à E.N. n.º 234 porque está à espera também dessa negociação com a CCDR porque para fazer uma variante que vá dar àquela rotunda em frente ao Inferente, nós, o que temos é um estudo prévio. Não temos um projeto ainda. Temos estudos prévios. Vamos, nesta fase, fazer o acesso através de uma ilha para a E.N. n.º 234 e depois, no âmbito da candidatura e dos apoios comunitários que tivermos, simpatizamos com uma saída a ser negociada também com o Senhor Eng.º João Alberto, no sentido de haver umas trocas e compensações de terrenos em frente ao Indiferente. Aproveita também para dizer que esteve cá o Senhor Diretor de Comunicação de Relações Institucionais das Infraestruturas de Portugal e o Senhor Diretor de Estradas de Coimbra, numa reunião, na semana passada, onde foram identificados uma série de assuntos entre eles essas necessidades que temos de acesso às Zonas Industriais, de uma rotunda junto à Topack, prioritária, de uma rotunda junto aos Aquinos, de uma rotunda junto à Borgstena e de uma rotunda, ou de um acesso daquela ligação à rotunda em frente ao Indiferente. Identificaram ainda outra rotunda, que é uma rotunda de acesso a Canas de Senhorim, nascente, Hotel da Urgeiriça, além de outra necessidade da limpeza, que começou a ser feita. Houve grande pressão. Pintura de sinalização horizontal que vai feita. Eles disseram que isso vai ser feito imediatamente. Ele, Senhor Presidente, está também em contacto para fazer projetos, porque os estudos prévios já existem no âmbito da candidatura das áreas de acolhimento empresarial e está a ver se disponibiliza meios para fazer projetos concretos das rotundas, para as levar às Infraestruturas de Portugal, mas numa primeira linha, para as levar à Secretaria de Estado competente porque as Infraestruturas de Portugal têm orientação e tutela, para ver se conseguimos, ainda que, eventualmente, com alguma participação do Município, como já aconteceu noutras ocasiões, criar melhores condições de



## Reunião de 13/07/2016

segurança nestas acessibilidades da E.N. n.º 234. O que vai ficar, neste momento, é apenas uma ilha de acesso à E.N. n.º 234. Pediu também que fossem retiradas aquelas árvores que impedem a visibilidade de quem sai, do lado esquerdo e substituídos por outro mecanismo. Era isto que ele, Senhor Presidente, tinha para dizer. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que a sua intervenção vem exatamente no seguimento da intervenção do Senhor Presidente. O Senhor Presidente brindou a Câmara com um ofício que dirigiu ao Senhor Presidente da Assembleia da República, dirigiu ao Senhor Ministro Adjunto, por causa da restauração das Freguesias de Agueira e Moreira. Já agora, solicitava que no decurso desta reunião, que lhe desse também cópia do expediente que motivou esta sua intervenção. Mas, mais uma vez, mais uma vez, um assunto de extrema importância para o Concelho, para as populações, o Senhor Presidente, de per si, o quis resolver. Ele sabe que o Senhor Presidente está aflito, aliás, tem que mostrar muito trabalho pelos problemas que lhe ocorrem politicamente. Mas o Senhor Presidente, que usou o telemóvel para fazer uma convocatória do Partido Socialista e como “amigo” quer-lhe dizer que isso sabe bem a responsabilidade que isso tem até a nível criminal que isso teve aqui, praticou aqui um crime de peculato de uso. Mas não teve a coragem de antes de fazer isto determinar que os seus Serviços de Apoio, que não são poucos, tem para aí 10 pessoas à sua volta, fora aqueles contratos externos que o Senhor Presidente tem diariamente feito, não teve o cuidado de ligar aos Senhores Vereadores, pelo menos a ele, Vereador Dr. Marques, não ligou, as suas Secretárias, a sua Chefe de Gabinete, são para aí uns 10, olhe, estou a pensar fazer isto, qual é a sua opinião e certamente nenhum dos Senhores Vereadores se oporia a que o Senhor Presidente fizesse este trabalho. Por isso, mais uma vez, queria apresentar ali o seu protesto, não pela criação e pela restauração das Freguesias de Agueira e Moreira, pelas quais lutou no passado e não conseguiu, inclusivé, dentro do próprio Partido que na altura era governo, estava à vontade e vota favoravelmente isto, não tem problema absolutamente nenhum porque não anda na vida a correr atrás das eleições, anda na vida a correr atrás de casos fundamentais para o Concelho e para as suas populações. Por isso quer, mais uma vez, repudiar a forma como o Senhor Presidente trata os Senhores Vereadores, a forma como o Senhor Presidente resolve os problemas desta casa porque os Senhores Vereadores, já lhe tinha na primeira intervenção, têm tanta legitimidade como o Senhor Presidente. O voto do Senhor Presidente nesta mesa corresponde exatamente ao mesmo valor de cada um dos Senhores Vereadores que estão ali porque se cada um votar contra, o Senhor Presidente, com o seu voto favorável, não consegue passar as deliberações da Câmara. Por isso, acha que era de todo importante, atendendo ao assunto, lhes ter dito alguma coisa, mas o Senhor Presidente assim o quis fazer, assim o fez. O Senhor Presidente falou, já no passado, que estava interessado em comprar o imóvel da massa insolvente da Nelcivil. Queria-lhe dizer já que, sem qualquer estudo prévio, que votará favoravelmente à condição deste imóvel não ser transacionado, este imóvel não sair nunca, sem ser discutido previamente, mas condicionará aí o seu voto, para que este imóvel se mantenha ad eternum no património do Município porque o futuro ditará algumas questões que o Senhor Presidente anda para aí a fazer e não estava ali a insinuar nada, mas depois eles conversam. -----

---- O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Dr. Marques para ter juízo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que quando toca nas



### Reunião de 13/07/2016

feridas do Senhor Presidente, que não estão saradas e dificilmente a sarará, o Senhor Presidente dói-se. Mas quando dizia ali que ele, Vereador Dr. Marque, fazia manigâncias para vender o posto da ZPL, o Senhor Presidente ria-se com um rasgado riso até às orelhas. Viu-se quem está a fazer manigâncias e viu-se quem é que se provou quando ele, Vereador Dr. Marques, dizia que estava tranquilo e que nada lhe doía. Queria felicitar o Senhor Presidente por dizer que a Câmara irá adquirir aquele terreno com prévia deliberação em reunião de Câmara. É obrigatório. E também não foi obrigatório o protocolo que o Senhor Presidente assinou com a Endesa? Mas aí já lá vão. Aí já lá vão e mesmo debaixo da coação do Senhor Presidente, mesmo debaixo da ameaça do Senhor Presidente, ele, Vereador Dr. Marques, vai votar contra o protocolo. Mesmo debaixo da ameaça do Senhor Presidente. Mesmo debaixo da ameaça dos comunicados e dizer que faz uma conferência de imprensa, que a fizesse porque o Senhor Presidente, mais uma vez, negociou, fez ali uma negociata sozinho, que nem o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da sua terra, que mais prejudicada ficou, convocou para dar qualquer tipo de esclarecimento. Aliás, teve o cuidado de o desafiar, o Senhor Presidente que tivesse calma, falou para ali uma hora e agora não o deixa falar 5 minutos? ----

---- O Senhor Presidente afirmou que tinha uma Conferência sobre Jovens Agricultores às 14 horas e tem às 15 horas uma reunião com a nova administração da EDM, sobre a Urgeiriça. --

---- O Senhor Vereador Dr. Marques afirmou que o Senhor Presidente devia ser comedido com o gasto do seu tempo, que devia ser igual para todos. O Senhor Presidente divagueia, divagueia, debita, debita, debita, debita. Quando os Senhores Vereadores querem falar o Senhor Presidente diz que tem assuntos para tratar e tem que se ir embora. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que questão de Girabolhos será falada depois e aconselhava o Senhor Vereador Dr. Marques a pronunciar-se sobre esta questão da Nelcivil. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que queria dizer ao Senhor Presidente que o felicitava por dizer, agora, se calhar pelos papeis que lhe tem mandado, agora vem dizer que vai apresentar à reunião e já lá vão discutir como é que o Senhor Presidente procedeu para as pessoas saberem como é que o Senhor Presidente mentiu dizendo que na Freguesia de Senhorim iam ser gastos 50%. O que é o Senhor Presidente fez? Incluiu a estrada da E.N. n.º 231 de Seia para a Felgueira como sendo território da Freguesia de Senhorim. Uma vergonha. Questionou o Senhor Presidente se lhe dava, ou não, os documentos que precederam a este seu ofício. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que tinha dito que esses documentos estavam disponíveis. --

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmo que aproveitava esta intervenção para fazer ali referência a vários assuntos entre eles aqueles que o Senhor Presidente de Câmara pediu a opinião dos Senhores Vereadores. Em primeiro lugar queria dizer ao Senhor Presidente duas coisas. A primeira era que tinha conhecimento que foi requerido para inclusão na Ordem de Trabalhos da reunião de hoje um assunto que o Senhor Presidente entendeu não agendar invocando um artigo qualquer do Código do Procedimento Administrativo. Ele, Vereador Adelino Amaral, como é óbvio, por acaso foi ler lá esse artigo que o Senhor Presidente invocou, mas antes de ler leu a primeira linha da apresentação do Código do Procedimento Administrativo que diz que o Código do Procedimento Administrativo regula as relações entre cidadãos e órgãos da administração pública. Portanto, se o Senhor Presidente se considera um órgão da administração pública e considera o Senhor



## Reunião de 13/07/2016

Vereador Dr. Alexandre Borges um simples cidadão, lamenta. A interpretação do Senhor Presidente está errada. O Senhor Dr. Alexandre Borges, distinto Vereador desta Câmara, faz parte do mesmo órgão da administração que o Senhor Presidente faz parte. E de acordo com o artigo 53.º, da Lei n.º 75/2013, portanto, a agenda das reuniões é estabelecida pelos Membros do Órgão desde que os assuntos sejam da competência do mesmo. Portanto, há ali uma violação clara da Lei o que torna esta reunião ilegal. E o alcance da ilegalidade desta reunião de não sabe qual é, não sabe quais são as implicações, não sabe se podia dar origem a pedidos de impugnação das deliberações que nela forem tomadas. O artigo 51.º, da mesma Lei diz que a ilegalidade é sanada se nenhum dos membros do órgão se opuser. Ele, Vereador Adelino Amaral, não se opõe, desde que haja garantias de que na próxima reunião o assunto seja agendado. Mas, como entretanto chegou o Senhor Dr. Alexandre, ele não sabia se ele tem alguma oposição em relação a isso, ou não. Por ele, Vereador Adelino Amaral, não, embora mais uma vez deixa ali o seu lamento e o seu protesto e o seu repúdio pela forma como estes assuntos, que são assuntos de meras formalidades, são tratados e mal, mais uma vez desrespeitando a lei e desrespeitando o próprio Órgão, Câmara Municipal. Em segundo lugar refere-se à intervenção que o Senhor Presidente de Câmara teve na última reunião, no final da mesma sobre um pedido de esclarecimentos que ele, Vereador Adelino Amaral, lhe fez a propósito do envolvimento dos Serviços da Autarquia, ou das suas funções enquanto Presidente, na execução, ou concretização de um negócio da sua vida particular, com o qual ele, Vereador Adelino Amaral, não tem nada a ver. Mas, de facto, o pedido de esclarecimentos abrangia tão só e simplesmente qual é que teria sido a intervenção dos Serviços e das funções do Presidente nesse processo e o Senhor Presidente desatou, como foi visível por todos, num enchorrillho de insultos e de ofensas de todo inqualificáveis. Quer lamentar isso. Queria dizer-lhe que não tem medo nenhum desses insultos, dessas provocações, dessas ameaças e dessas ofensas. Queria dizer-lhe que está no uso do seu direito inalienável de querer saber a verdade e a responsabilidade das funções públicas que todos os Membros da Câmara desempenham. Portanto, isso para ele, Vereador Adelino Amaral, é um ponto de honra. Aguarda pacientemente, já que o Senhor Presidente não lhe quis facultar cópia do processo, aguarda que a ata da reunião seja aprovada, o que também poderia ser hoje, mas, pelos vistos não houve tempo para a fazer, para depois, eventualmente, pedir um novo agendamento e, eventualmente, propor na reunião de Câmara a que o assunto seja remetido a um tribunal específico e não tão só ao Ministério Público. Entrando nas questões que o Senhor Presidente pediu e ele, Vereador Adelino Amaral, acha muito bem que o Senhor Presidente peça a opinião da Câmara antes de tomar decisões que comprometam a Câmara não tem nada contra e não tem nada a opor que a Câmara, tendo em conta a sua disponibilidade financeira e a sua capacidade de endividamento, possa adquirir tudo o que está à venda neste Concelho. Não tem nada contra, até seria interessante a Câmara ser proprietária de uma parte significativa das Zonas Industriais uma vez que há empresas que estão devolutas, que cessaram a atividade, eventualmente estarão em condições de vender. Não tem nada contra isso. Agora, parece-lhe é que a Câmara está a ir um pouco além daquilo que são as suas competências. O que é normal ali é a Câmara adquirir terrenos para promover a instalação de empresas, para que sejam criados postos de trabalho e para que seja produzida riqueza. Neste caso, o que a Câmara está a fazer, digamos que é, depois da empresa instalada, não sabe se houve ali apoios da Câmara na instalação da Nelcivil, ou não, também não é isso



Reunião de 13/07/2016

que está ali em causa, a empresa cessou atividade e a Câmara adquire aquele património, enfim, naturalmente terá utilidade e o Senhor Presidente já disse qual era a utilidade, mas que, do seu ponto de vista, cria ali um precedente. É que a partir de agora a Câmara poderá estar disponível para comprar todas as instalações industriais devolutas, o que lhe parece, de todo, uma coisa irrealista e irrealizável. Depois há ali uma outra questão. O Centro de Acolhimento Empresarial, ou o Centro de Formação, é uma ideia interessante e que já se falou ali para outras instalações em Nelas, ou no Concelho, para dar uso a outras instalações. Agora, há ali uma questão que tem que ser colocada. Quando o Senhor Presidente da Câmara apresentou ali os projetos das áreas de acolhimento empresarial e incluía lá este equipamento era no pressuposto que ele iria ter uma participação forte de fundos comunitários, ou de fundos nacionais. Neste caso concreto a aquisição de instalações usadas digamos que fica fora, pensa ele, de qualquer programa a que o Município se possa candidatar para receber fundos a fundo perdido. Acha que isto deveria merecer uma reflexão porque não estão em causa os 250.000,00 euros, é dinheiro, claro que é dinheiro, mais aquilo que é necessário gastar para adaptar aquele edifício à utilização que lhe vai ser dada. Ele, Vereador Adelino Amaral, repetia, não se opõe, não tem nada contra que a Câmara o adquira, assim como a questão dos Fornos Elétricos, não tem, rigorosamente, nada contra, até acha bem porque é uma forma de, pelo menos, manter aquilo em bom estado de conservação, agora, parece-lhe é que se o projeto era para fazer uma candidatura que seria financiada e agora abdicamos disso tudo e a Câmara vai investir ali trezentos e tal mil euros, enfim, acha que isso deve ser ponderado e essa ponderação deve ser também introduzida na discussão do negócio. Finalmente, em relação à possível restauração das Freguesias de Moreira e de Aguieira, pois do seu ponto de vista é uma questão de elementar justiça já que a sua extinção foi um atentado ao Poder Local, um atentado ao direito dos Cidadãos e das pessoas daquelas Freguesias. Foi uma medida injusta. Foi uma reforma feita a papel, a régua e esquadro no Terreiro do Paço sem ouvir as pessoas. Ou melhor, quando as pessoas e as instituições se pronunciaram as suas opiniões não foram tidas em conta e não foram ouvidas. É uma questão de elementar justiça a reposição de direitos que lhes foram retirados no Executivo anterior e a que, de facto, vieram a comprometer o direito das populações, portanto, o seu total apoio a que a Autarquia desenvolva todos os esforços, todos os meios para que se possa concretizar a reposição da verdade e da história e dos direitos daquelas duas Freguesias. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que em relação à questão das águas também toda a gente se preocupa com as águas, foi só a alertar porque aquilo que foi discutido ali e que foi protocolado não era aquilo que está agora a ser passado na Comunicação Social. Era só esse alerta. Na questão da Nelcivil e se não houve propostas e se vem cá o Administrador de Insolvência, acha que até era possível fazer um melhor acordo, em vez de três vezes se calhar em quatro vezes, ou cinco vezes, o valor. Se eles não têm ninguém também tem que haver ali uma contrapartida também deles. Em relação à Ribeirinha, também acha que quanto antes resolver a situação, acha que mesmo a ilha, tem muitas dúvidas que aquilo seja seguro tendo em vista a segurança que temos ali junto à Topack e para a Aquinos e para a LusoFinsa, em comparação com aquela acha que é muito mais perigosa e acha que era um alerta que deixava ali. Em relação às Freguesias, era assim, Freguesias, temos a de Senhorim que tem várias populações, agora acha que ninguém é contra aquilo que já estava instituído antes. Agora





## Reunião de 13/07/2016

também tem dúvidas é numa negociação que venha no futuro, com o atual Primeiro-Ministro, que era defensor de Freguesias a mais de 1.000 habitantes, não vamos até, se calhar, passar para o exagero e tirar ainda mais Freguesias. Era só isso que deixava ali o alerta. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente tinha dito que já falou com a EP – Estradas de Portugal, ou Infraestruturas, sobre a construção de algumas rotundas. Ficou triste, mesmo triste, quando o Senhor Presidente entende que a rotunda para os Aquinos é mais importante do que para a Topack, mas esse nome, pese embora cause algum engulho ao Senhor Presidente, para a Topack, ou para a LusoFinsa. Não está para a Topack, ou para a LusoFinsa, está para uma Freguesia, mais velha Freguesia do Concelho, que é Senhorim. É que a rotunda feita em frente à Topack e feita em frente à LusoFinsa servirá as populações da Freguesia de Senhorim, inclusivé o acesso ao vizinho Concelho de Mangualde. Lamentavelmente, o Senhor Presidente preteriu essa rotunda em prol dos Aquinos. Tudo bem. O Povo julgará aquilo que o Senhor Presidente assim decidir. Mas quer fazer ali o seu reparo porque para ele, Vereador Dr. Marques, é mais importante servir as populações de Senhorim, servir a Topack e servir a LusoFinsa e outras, a Movecho, do que servir ali uma coisa que não tem sequer saída, que termina por ali. Mas, pronto, a decisão é do Senhor Presidente. O Senhor Presidente lá saberá. Espera que quando as Infraestruturas de Portugal levante essa questão, o Senhor Presidente, sozinho, não vá negocia-la e diga alguma coisa aos Senhores Vereadores. Que o Senhor Presidente não se risse que as populações de Senhorim, o Senhor Presidente bem quer fazer crer com aldrabices e algumas histórias por aí, mas Senhorim não se deixa enganar pelo Senhor Presidente. Não sabia, até porque havia no passado um projeto, se a memória ali não o atraiçoa, do anterior Executivo, para um Núcleo de Empresas, ou como é que isso se chama, ali nas antigas casas da EDP. Perguntou ao Senhor Presidente o que é que fez a isso. Deixou cair? Fica lá para os ratos? Não se faz nada? Vou comprar, a correr, a Nelcivil, até lá fui advogado, pode ser que resolva aqui uns problemazitos. Queria saber o que é que o Senhor Presidente pensa, já que o anterior Executivo tinha o projeto na altura, o que é o Senhor Presidente pensa das casas que foram cedidas á Câmara Municipal em que estava previsto para aí um projeto, projeto esse que hoje o Senhor Presidente quer transferir, ou quer levar, ou quer criar na Nelcivil, o que é que o Senhor Presidente pensa disso. Reafirma, mais uma vez, para que fique bem claro e deve constar na ata da reunião de Câmara, que se opõe veementemente se este terreno e urbano, que o Senhor Presidente vai comprar, ou pretende comprar o terreno das antigas instalações da Nelcivil possam vir a ser transferidos para quem quer que seja sem o Órgão, Câmara Municipal, se pronunciar, embora seja uma competência da Câmara, mas já está habituado a que o Senhor Presidente faz as negociatas, ou faz lá as suas geringonças, falando politicamente e depois vou levar àqueles malandros dos Vereadores da Oposição que não têm coragem de dizer não porque eu ponho um comunicado, ou convoco uma conferência de imprensa. Para ele, Vereador Dr. Marques, os comunicados, a escrita nos jornais e tudo isso mais não o aflige. Aflige-lhe é ele, Vereador Dr. Marques, não cumprir, em consciência, o mandato que lhe foi mandatado em 2013. Isso é que o preocupa. Agora, as conferências de imprensa do Senhor Presidente, as suas ameaças, as suas coações, não está preocupado. Fez uma pergunta ao Senhor Presidente. -----

--- O Senhor Presidente afirmou que não queria responder. -----



Reunião de 13/07/2016  
**ORDEM DO DIA**

## **1 – ÓRGÃOS DA AUTARQUIA**

### **(203/20160713)1.1.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA ANTERIOR, REALIZADA EM 25 DE MAIO DE 2016**

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar relativamente ao teor desta ata. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que era para votar contra as atas. Aliás, porque sabia que o Senhor Presidente as censura de tal forma que até altera as suas intervenções. Mas para não votar contra, para não ser tão mauzinho, até se vai abster em todas as atas dado o alongar do tempo. O Senhor Presidente tem condições de trazer as atas imediatamente. É assim que deve ser feito. Aliás, já foi interpelado até por um Senhor Jornalista nessa matéria. O Senhor Presidente continua a teimar que as atas não podem sair porque eu tenho que as censurar e pôr ali o que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques diz e às vezes põe o que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques diz e não põe o que o Senhor Presidente diz, designadamente, javardo, designadamente, com o devido respeito pelo órgão, vou cagar, e por aí fora e Ó Rita vai bardamerda. O Senhor Presidente faz uma censura para seu belo prazer. Por isso mesmo, para não ser tão mau, abstêm-se nas atas. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a ata da reunião ordinária pública anterior, realizada em 25 de maio de 2016. -----

### **(204/20160713)1.2.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2016**

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar relativamente ao teor desta ata. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que vai votar contra esta ata porque na ata não constam praticamente nenhuma das afirmações insultuosas e ofensivas que o Senhor Presidente da Câmara proferiu nesta reunião e após o abandono da reunião de um conjunto de Vereadores, que ali estão identificados, o Senhor Presidente fez questão de continuar a ata fazendo considerações sobre os motivos, ou a falta deles, do abandono desses mesmos Vereadores. Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, tendo em conta que a ata não é explícita em relação às ofensas que o Senhor Presidente de Câmara proferiu contra vários Membros da Câmara, tendo em conta que os considerandos que se seguem à interrupção não faz sentido constarem da ata uma vez que a reunião acaba com a perda de quórum. Portanto, tendo em conta esses fatores, ele, Vereador Adelino Amaral, vai votar contra esta ata. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, de facto, o Senhor Vereador Adelino Amaral alterou-lhe o seu sentido de voto porque, de facto, ele, Vereador Dr. Marques, também queria votar contra a ata, mas para não o acusarem que estava ali mancomunado com o Senhor Vereador Adelino Amaral, vai-se abster, pese embora ele saiba que a sua abstenção não o iliba da responsabilidade da aprovação da ata. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que irá também votar contra esta ata porque ela não corresponde, de forma nenhuma àquilo que se passou ao longo de toda a reunião. Não sabia como é que o Senhor Presidente também



### Reunião de 13/07/2016

pensaria que ela poderia votar, qual o seu sentido de voto, independentemente dela ter sido censurada e não corresponder àquilo que aconteceu na reunião, nomeadamente ao comportamento do Senhor Presidente com as ofensas e insultos, ela esteve presente na reunião do dia 8 de junho, não pode estar presente na do dia 14 de junho. O Senhor Presidente põe tudo na mesma ata e ela pergunta-lhe como é que quer que ela, mesmo que concordasse com a primeira parte da reunião, com é que seria o seu sentido de voto. Acha que isto não é legal. Não é possível. Por esse motivo vota contra. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que foi a ata de 25 de maio e que agora era a ata de 27 de maio, que tinha um ponto único, que era: Candidatura do Município de Nelas para operações de acolhimento empresarial. Já votaram a de 25 de maio. Esta é a ata de 27 de maio. É das áreas de acolhimento empresarial. A ata que está em aprovação é 1.2. Aprovação da ata da reunião extraordinária anterior, realizada em 27 de maio de 2016. O Senhor Vereador Dr. Marques tinha os documentos. Ponto único: Candidatura do Município de Nelas para operações de acolhimento empresarial. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a ata da reunião extraordinária anterior, realizada em 27 de maio de 2016. -----

### **(205/20160713)1.3.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 08 DE JUNHO DE 2016, QUE TEVE CONTINUAÇÃO EM 14 DE JUNHO DE 2016**

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente a esta matéria, dá-se ali por reproduzido o que o Senhor Vereador Adelino Amaral, seguramente, disse relativamente ao teor da ata anterior, que queria referir-se a esta. A mesma coisa o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, supõe, e à Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves. Relativamente a esta ata, e que tinha a proposta de aditamento aos acordos de execução outorgados com acréscimo excecional de verbas a transferir para as Juntas de Freguesia. Tem a ver com propostas de protocolo a celebrar entre o Município de Nelas e Florinda Maria Aires Alves Tiago. Tem a ver com o contrato-promessa de compra e venda efetuado, nas Carvalhas, ao Senhor Raul. Tem a ver com a atribuição do nome da Rua Dr. António Pêga, em Canas de Senhorim. Tem a ver com o projeto de regulamento de incentivo à natalidade do Município de Nelas. São estes pontos, entre outros, que estavam em questão. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que queria que fossem reproduzidas neste ponto as declarações que fez anteriormente. Pede desculpa se houve alguma confusão da sua parte, mas pensa que o assunto também está sanado. Mas quer deixar claro ali uma questão que, aliás, foi muito bem referida pela Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves, que é o seguinte: O seu voto contra é a reunião do dia 8 de junho. A continuação dessa reunião, que deveria ter uma ata separada, tem o seu total apoio, tem o seu voto favorável. Ele, Vereador Adelino Amaral, vota contra a primeira parte e vota favoravelmente a segunda parte, que é aquela onde estão os assuntos que o Senhor Presidente de Câmara falou e bem, onde estão os assuntos que carecem de deliberação. Portanto, não há ali nenhum comprometimento em relação às deliberações da Câmara porque esta parte da ata está bem, a que está mal é a do dia 8, Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, vota contra a parte da ata do dia 8. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que não estava a perceber. Então a ata é só uma. Continua a ser só uma. Mas deviam ser duas. -----



## Reunião de 13/07/2016

---- O Senhor Presidente afirmou que era só uma ata porque é a mesma reunião. A informação que tem, juridicamente, da mesma reunião lavra-se apenas uma ata. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques e do Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira e quatro votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral, reprovou a ata da reunião ordinária anterior, realizada em 08 de junho de 2016, que teve continuação em 14 de junho de 2016. -----

---- O Senhor Presidente apresentou a seguinte declaração de voto: *“A minha declaração de voto é no sentido dos Serviços, da Jurista da Câmara, solicitar parecer à CCDR relativamente à validade duma minuta de uma ata que depois a ata não vem a ser aprovada e se são válidos os contratos de proposta de compra e venda feita ao Senhor Raúl para alargar a estrada nas Carvalhas, se é válida a aprovação da Rua Dr. António Pêga, em Canas de Senhorim, se é válida a aprovação da projeto de regulamento de incentivo à natalidade, que está em discussão pública, se são válidas as aprovações das propriedades, ao abrigo das quais a Câmara emitiu as declarações, se é válida a isenção que o Presidente de Câmara concedeu às Associações do Concelho para transportes, ou se temos que os cobrar às Associações, se é válida a licença que passámos à PT MEO para fazer obras de infraestruturação da rede de instalações de infraestruturas e comunicações eletrónicas passadas ao abrigo dessa minuta, ou se vamos ficar privados, que consequências é que isso tem. Portanto, se esses negócios celebrados ao abrigo dessa minuta se ficam prejudicados pela reprovação da ata por razões absolutamente laterais aos assuntos verdadeiramente em causa e de interesse para o Município de Nelas.”* -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: *“Vou usar os minutos que achar necessário porque o Senhor usa os minutos que quiser. Votei contra a ata considerando que elas são censuradas pelo Presidente da Câmara, omitindo os seus insultos e provocações aos Vereadores, não lhe permitindo e não traduzindo efetivamente o que efetivamente se passou na reunião, inclusivé para o uso de direito de defesa dos ofendidos. No entanto, os assuntos aí discutidos/deliberados foram aprovados e isso resulta também do teor da ata que foi aprovada e produzirá os seus efeitos legais para que os assuntos tenham, efetivamente, legalidade para serem executados. Não vale a pena o Senhor Presidente da Câmara vir com as ameaças, com o esturrilho de ameaças a dizer que isto não seja aprovado e pedir um parecer à CCDR que ele bem sabe que os assuntos que foram aprovados, foram efetivamente aprovados e lhe traduziram efeitos imediatos através da aprovação e que é completamente diferente da ata porque é censurada por ele, nela exara o que ele bem entende, omitindo aquilo que nos insultou, não nos permitindo, inclusivé, o direito de defesa da nossa honra e consideração porque quando lhe solicitamos o registo áudio ele nos o nega. Portanto, não vale a pena essa tortura baloufa de vir dizer na sua declaração de voto vir dizer que põe em causa os assuntos que foram discutidos. É mentira, não é verdade e na minha humilde opinião de Jurista que tirei um curso num aviário como várias vezes o Senhor Presidente me acusa, estes assuntos foram discutidos, foram aprovados, têm a sua validade.”* -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral apresentou a seguinte declaração de



Reunião de 13/07/2016

voto: *“Eu votei contra pelas razões que invoquei no período de discussão da ata em concreto pela não inclusão de todos os palavrões, os impropérios, as ofensas e as ameaças que o Senhor Presidente de Câmara proferiu na parte final da sessão do dia 08/06 antes da mesma reunião ser interrompida e também pelos considerandos que o Senhor Presidente da Câmara fez constar em ata mesmo depois da sessão estar formalmente finda uma vez que perdeu o quórum. Portanto, por essas duas razões votei contra. Permita-me que nesta declaração de voto deixe uma sugestão. Há duas formas de sanar isto. A primeira forma, que seria o mais normal em democracia, era o Senhor Presidente da Câmara mandar retificar a ata e submete-la de novo à aprovação. A segunda possibilidade, que eu agradeço, peço que inclua no pedido de parecer à CCDRC é se, em minha opinião, isso é perfeitamente legal e plausível, é se desta reunião poderão ser exaradas duas atas, uma de cada sessão e sendo assim a ata da sessão do dia 14 teria o meu voto favorável como disse há pouco.”* -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: *“Eu voto contra porque dado que as atas devem referir o que de essencial se passou e eu considero que há coisas que são essenciais e que não estão descritas na ata por aquilo que já foi anteriormente dito pelo Senhor Vereador Adelino Amaral, parece-me essencial que os insultos dirigidos aos Vereadores constem da ata e porque julgo, é apenas essa a razão, dado que a minuta foi aprovada, penso até que por unanimidade, não prejudica a execução das deliberações e se assim fosse nós não poderíamos estar o tempo que estamos ao longo deste mandato com atas por aprovar. Se isso fosse assim nós teríamos que aprovar as atas de imediato e não isso que aconteceu. Houve n situações que foram deliberadas e que foram aprovadas minutas logo de seguida e isso não prejudicou a execução de muitas deliberações ao longo do tempo até que as atas propriamente ditas fossem aprovadas. Portanto, não tenho a mínima dúvidas de que as deliberações que foram tomadas e que cada um dos Senhores Vereadores assumiu de acordo com a sua consciência tem a validade que a minuta determina.”* -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves apresentou a seguinte declaração de voto: *“Eu não quero deixar de dizer que acho vergonhoso e lamentável a forma como, não poupo os adjetivos, peço desculpa, eu volto a dizer vergonhoso e lamentável a forma como o Senhor Presidente nos tentou coagir, porque hoje tem aqui público, nomeando protocolos que fez, nomeadamente com associações, com a atribuição do nome da Rua Dr. Pêga, enfim, com uma série de pontos que vinham na Ordem de Trabalhos, todos nós sabemos quais eram e que não está em causa a aprovação desses pontos. O que está aqui em causa é que a ata não reflete aquilo que aconteceu verdadeiramente na reunião nomeadamente do dia 8, porque eu na do dia 14 nem sequer estive presente. Agradeço, também, ao Senhor Presidente, já que vai pedir um parecer à CCDRC que ponha também no pedido de parecer, que peça, por favor, um aconselhamento como votar, como é que a Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves deverá votar esta ata uma vez que esteve presente na reunião do dia 8, que terminou por falta de quórum, porque eu, como Presidente de Câmara, ofendi nomeadamente essa mesma Vereadora e outros Vereadores que se viram obrigados a abandonar a reunião e não podendo estar presente na do dia 14 e uma vez que a ata é única, pedia também um aconselhamento sobre o meu sentido de voto. Agradecia para ficar a saber. Seja como for a minuta, como disse o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, foi aprovada, portanto, aquilo que o Senhor fez não tinha nada que ter feito. Mais uma vez saiu mal na*



Reunião de 13/07/2016

*fotografia*” -----

---- O Senhor Presidente afirmou que fazia também uma sugestão quando fossem estas questões porque pelos vistos, no essencial, estão todos de acordo, que relativamente aos pontos concretos que foram aprovados e que têm efeitos externos relativamente a outras entidades e essa é uma faculdade que está aberta desde o princípio a todos, é, por um lado, fazerem-lhe chegar atempadamente as apreciações que hoje fizeram, não estão impedidos de o fazer. O Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges tem feito isso algumas vezes. Portanto, as atas são disponibilizadas na sexta-feira. E, por outro lado, não estão também impedidos de fazer uma declaração de voto e de fazer constar em ata aquilo que acham que, não tendo efeitos externos relativamente a entidades que são afetadas em concreto, façam constar da ata todas as apreciações, comentários, omissões, que achara por bem fazê-lo. A ele, Senhor Presidente, o que lhe parece é que não será muito democraticamente responsável estar a afetar os efeitos externos, o que não parece, na sua modesta opinião, pediu ao Senhor Vereador Dr. Marques a fineza de o deixar concluir, depois vem queixar-se de insultos e de provocações do Presidente da Câmara. Não o deixam dirigir uma reunião de Câmara. Tem que se calar ou deixar que o Senhor Vereador Dr. Marques fale para aí. Acusam-mo a ele, Senhor Presidente, de diarreia verbal e não o deixam reunir a reunião. Como é que querem que um Presidente de Câmara se porte com nobreza quando acaba de ser chamado mentiroso, são os adjetivos todos. Depois, vêm-se queixar do nível das reuniões de Câmara. Está-se a ver quem é que tem nível nas reuniões de Câmara. Agora que o Senhor Vereador Dr. Marques não o deixa dirigir a reunião como é que quer que ele, Senhor Presidente, reaja? O melhor é calar-se. Perguntou se podia concluir o seu raciocínio. Tem coisas importantes para tratar. Só queria dizer que considera que os objetivos políticos que pretendem atingir não vos deixe toldar a responsabilidade dos efeitos externos dos atos praticados nesta Câmara. A ata foi chumbada.

**(206/20160713)1.4.APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA ANTERIOR, REALIZADA EM 13 DE JUNHO DE 2016**

---- O Senhor Presidente afirmou que em matéria de insultos e de adjetivos e etc. estavam conversados quem é que insulta quem e quem é que está a insultar quem. Sobre esta ata de reunião extraordinária em que se aprovava, foi feita a ata da reunião e não havia quórum. É isso que estava ali em causa. O que ali estava evidenciado foi meramente a declaração da possibilidade de quem esteve presente. Relativamente a esta, o Senhor Presidente perguntou quem é que se queria pronunciar. Pediu, se os Senhores Vereadores não se importassem porque há assuntos de interesse para os Municípes e para o Concelho, que avançassem a questão das atas rapidamente e que não venham agora, durante os últimos quinze meses, para as reuniões de Câmara com assuntos laterais que o impeçam de gerir a Câmara. Pedia contenção, façam o trabalho de casa, tragam declarações de voto que serão juntas à ata. Deu a palavra aos Senhores para discutirem as atas que é o que os Senhores Vereadores querem discutir para o futuro do Concelho que são atas. A seguir estão as ETAR,s para construir, estão Escolas para construir, que o Senhor Vereador Dr. Marques deixasse lá os adjetivos, pedia-lhe por favor. -----

---- **O Senhor Presidente interrompeu à reunião por dois minutos.** -----

---- **Reaberta a reunião,** o Senhor Presidente afirmou que retomava a Ordem do Dia da reunião - Aprovação da ata da reunião extraordinária anterior, realizada em 13 de junho de 2016. -----



## Reunião de 13/07/2016

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente para perguntar aos Serviços se, nos termos do CPA, se a aprovação da minuta tem, ou não tem eficácia externa. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que antes de falar propriamente da ata queria dizer, aliás, respondendo a uma observação do Senhor Presidente fez ao sair da reunião queria dizer o seguinte: Condena de forma veemente as interrupções que sucessivamente são feitas durante as reuniões, quer pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques às intervenções do Senhor Presidente de Câmara, quer do Senhor Presidente de Câmara em relação às intervenções de alguns Vereadores, nomeadamente ele próprio e também do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques. Ele condena veementemente essas interrupções porque acha que são uma falta de respeito para com as pessoas, para com o Órgão e também não dignificam em nada a pessoa que profere e preconiza essas interrupções. No caso concreto acha que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques se excedeu de forma clara na reafirmação de uma coisa que foi reafirmando durante várias vezes com um único objetivo de interromper a intervenção do Senhor Presidente de Câmara e isso, ele, Vereador Adelino Amaral, condena de forma clara para que não haja ali dúvidas nem mal entendidos. A segunda questão é a seguinte, voltando ainda um pouco atrás, mas vem a propósito, quer dizer que o que consta naquela ata que ele votou contra na parte que já não é reunião e quando o Senhor Presidente mandou escrever que os Vereadores abandonaram a reunião sem qualquer justificação, ele queria deixar ali um agradecimento claro ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges porque foi ele que tomou a iniciativa de abandonar a reunião, sendo que não era ele o alvo dos insultos, ou não era ele o alvo preferencial dos insultos. E o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, de forma esclarecida, porque não estava envolvido nessa troca de palavras e mais uma vez de forma até corajosa, abandonou a reunião e nesse gesto foi seguido por eles e a razão foi clara e foi, de facto, a forma insultuosa como o Senhor Presidente de Câmara, não sabia se já estavam no período de intervenção do Público, ele calava-se para que as pessoas falem se o Senhor quiser dar a palavra às pessoas que estão no Público. -----

---- O Senhor Presidente pediu para não haver comentários. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que queria deixar ali essa nota porque o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges fê-lo, de facto, de forma esclarecida e o mais serenamente possível porque ele não estava a ser achincalhado, nem humilhado, nem ofendido. Depois, a terceira nota, em relação ao tempo e à aprovação das atas e aos Períodos de Antes da Ordem do Dia, ele, Vereador Adelino Amaral, não sabe se é possível fazerem o Período de Antes da Ordem do Dia depois da Ordem do Dia porque parece-lhe que isso era uma boa ideia, porque discutiam primeiro as questões que o Senhor Presidente diz que são de interesse para o Município, que são todas, obviamente, até aquelas que são faladas no Período de Antes da Ordem do Dia como foi hoje o caso da questão das Freguesias, da questão da aquisição da Nelcivil, dos Fornos e de outras questões, que são questões importantes, foram faladas no Período de Antes da Ordem do Dia. Ele, pessoalmente, já propôs ali que estas questões fossem agendadas, nomeadamente esta da Nelcivil deveria ter sido agendada. Não foi. Portanto, ela foi discutida no Período de Antes da Ordem do Dia e é uma questão importante. Mas se isso tiver alguma forma de enquadrar ele, se calhar, até simpatiza com um formato diferente que é primeiro discutem os pontos da agenda e depois falam nas outras questões, por ele, o Senhor Presidente que estivessem à vontade até porque quem consome



### Reunião de 13/07/2016

mais tempo do Período de Antes da Ordem do Dia é, de facto e sem dúvida nenhuma, as intervenções que o Senhor Presidente de Câmara faz nesse período. Agora, há uma coisa que ele acha que o Senhor Presidente de Câmara pode fazer, é pôr a aprovação das atas no final da reunião. As atas não têm que ser o primeiro ponto até porque faria sentido se estivessem a aprovar no primeiro ponto a ata da reunião anterior. Como não estão, é indiferente votá-las no início, ou no fim da reunião. Era uma questão de ver pelo Senhor Presidente de Câmara e de refazer a agenda por forma a que se entre diretamente naquilo que habitualmente se diz que são as questões importantes para o Município. Entrando na questão da aprovação da ata da reunião do dia 13, ele, Vereador Adelino Amaral, achou, enfim, um pouco surrealista a forma como lhe aparece uma ata dum reunião que não existe. Então não há reunião e há ata da reunião? Não houve reunião por falta de quórum e foi elaborada uma ata, ainda por cima podia ser um ata só com um parágrafo a dizer que a reunião não se realizou por falta de quórum e faltaram fulano, sicrano e beltrano, mas não. Depois a seguir vem uma explanação dos assuntos que o Senhor Presidente entende que são importantes e são de facto e isto, na sua ótica, não faz qualquer sentido. Portanto, ele, Vereador Adelino Amaral, vai votar contra esta ata. Estava indeciso se havia de abandonar a reunião e não participar nesta votação porque, se calhar, era essa a forma. Mas, enfim, para não criar ali mais sururus de abandonos e mais abandonos vota contra esta ata porque acha que ela não tem nenhuma razão de ser, não tem nenhuma razão de existir e como tal merece o seu voto contra. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que referia exatamente aquilo que foi dito pelo Senhor Vereador Adelino Amaral, uma reunião que não existiu porque não houve quórum, logo não houve reunião, como é que é possível haver ata de uma reunião que não existiu? Acha que não tem lógica nenhuma e por esse motivo ela vota contra porque se não houve reunião não tem que haver ata. Isso parece óbvio a toda a gente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que votava contra a ata exatamente porque não tendo havido reunião não tem que haver uma ata. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que só intervinha por causa do Senhor Vereador Adelino Amaral ter falado na sua conduta enquanto Vereador nesta casa. E recebe o conselho, já uma vez o recebeu nessa matéria. Mas também o Senhor Vereador Adelino Amaral lhe deve o reconhecimento de quantas vezes ele, Vereador Dr. Marques, disse ao Senhor Presidente da Câmara que se ele transmitisse a este Órgão a verdade que ele, Vereador Dr. Marques, entrava e saía calado. Ele não pode, nem poderá nunca, ao serviço das populações que o elegeram transformar esta mesa num périplo de mentiras. Não vai permitir. Se calhar defenderá a verdade com veemência, com menos calma e com alguma exaltação, mas é assim que ele faz para defender a verdade porque no dia que o Senhor Presidente da Câmara não quiser fazer passar o sol pela peneira, não quiser fazer chicana política de dizer para as populações que os Vereadores são uns malandros, uns sacanas, que nem sequer lhe aprovam isto quando sabem que tudo está a produzir os seus efeitos, ele, Vereador Dr. Marques, aí estará calado. Agora, também agradecia ao Senhor Vereador Adelino Amaral o seu conselho mas também lhe agradecia que a mentira é a frase mais usada que se pode aplicar ao Presidente da Câmara quando ele vem defender-se de uma forma esfarrapada. -----





### Reunião de 13/07/2016

---- O Senhor Presidente afirmou que antes de pôr à votação aquela ata queria dizer que nos termos do artigo 54.º, n.º 4, da Lei n.º 75/2013, diz: *Das sessões, ou reuniões canceladas por falta de quórum é elaborada ata na qual se registam as presenças e ausências dos respetivos membros, dando estas lugar a marcação de falta.* Portanto, tem que haver uma ata. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que não podia era haver o enchorrillho que o Senhor Presidente lá escreveu. A lei é clara. -----

---- O Senhor Presidente perguntou ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques se alguém lhe tinha concedido o uso da palavra naquele momento. Quem dirige a reunião é o Presidente de Câmara, e perguntou-lhe se lhe tinha concedido o uso da palavra. Que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques respeitasse, por favor, a figura do Presidente da Câmara. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques quer transformar as reuniões de Câmara num circo. Ninguém lhe concede a palavra, ele fala. Quer prosseguir a reunião. Que o deixassem gerir a Câmara. Limitou-se a dar uma informação que tem que haver uma ata. Agora, os termos da votação e da declaração de voto relativamente á ata ficam na liberdade dos Senhores Vereadores. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.ª Sofia Relvas Marques e do Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira e quatro votos contra, dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.ª Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral, reprovou a ata da reunião extraordinária anterior, realizada em 13 de junho de 2016, tendo os membros do órgão executivo que faltaram à reunião discordado e reprovado o teor desta ata, que deveria ter sido elaborada em conformidade com o disposto no n.º 4, do artigo 54.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

---- O Senhor Presidente pediu aos Senhores Vereadores para agilizarem as declarações de voto que ele quer discutir as coisas muito importantes para o Concelho. Que o deixem gerir a Câmara. Se o objetivo dos Senhores Vereadores é que ele não consiga fazer obras e gerir a Câmara, estão enganados. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: *“Votei contra a ata porque ela enferma o prescrito no artigo 54.º, n.º 4, da Lei n.º 75/2013, porque lá constam as verborreias mentais do Presidente da Câmara e não o que se passou.”* -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: *“Voto contra e peço apenas para fazer a declaração de voto tendo em conta os esclarecimentos que agradeço do Senhor Presidente dado que o n.º 4, do artigo 54.º, apenas diz que devem ser registadas as presenças e ausências e acho que era desejável que as considerações que estão na ata não deviam estar expressas, apenas por isso.”* -----

---- A Senhora Vereadora Dr.ª Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves apresentou a seguinte declaração de voto: *“Para não perdermos mais tempo subscrevo na íntegra aquilo que foi dito pelo Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges.”* -----

## 2 – OBRAS PÚBLICAS



Reunião de 13/07/2016

**2.1.CONSTRUÇÃO DA ETAR DE NELAS III E SISTEMA INTERCETOR -  
CONSTRUÇÃO DA ETAR DE NELAS III – RELATÓRIO PRELIMINAR DE  
ANÁLISE DAS PROPOSTAS – CONHECIMENTO**

---- Presente o Relatório preliminar de análise das propostas da obra de: “Construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor - Construção da ETAR de Nelas III”. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que iam entrar então no Período da Ordem do Dia e é a Construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor - Construção da ETAR de Nelas III, é o ponto 2.1. – Relatório preliminar de análise das propostas, é dar conhecimento. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar relativamente àquele assunto. Há uma comissão técnica de análise. Depois, vai ser dado conhecimento, ou já foi dado conhecimento daquilo para a audiência prévia a todos os concorrentes. No essencial, concorreram, no relatório preliminar das propostas da ETAR de Nelas III os Senhores Vereadores tinham ali uma ordenação das propostas. A ordenação das propostas avaliadas pela comissão de análise, constituída pela Senhora Eng.<sup>a</sup> Susana Mesquita, pela Senhora Eng.<sup>a</sup> Catarina Inês Mendonça Figueiredo e pela Senhora Dr.<sup>a</sup> Susana Rabaça Teixeira Henriques é de que em 1.º lugar está a CIMONTUBO – Tubagens e Soldadura, que apresentou, o preço base era 2 milhões de euros, apresentou o preço abaixo do preço considerado anormalmente baixo, que foi 1.950.000,00 euros. A Embeiral, 2.000.000,01 euros. Em 3.º lugar, João Tomé Saraiva - Fator e Serviços, 2.163.000,00 euros e em 4.º lugar a Fator Ambiente Pina e Delfim, 2.249.000,00 euros. Assim, concorreram 11 empresas. Não. Concorreram mais mas foram admitidas com preço e depois para coordenação, para efeitos de adjudicação que também será deliberado em reunião de Câmara, depois da audiência prévia, estas proposta e a questão que se põe depois ali é a questão de admitir, ou não, um preço anormalmente baixo a 80% que foi o que foi fixado no Caderno de Encargos. Põe-se esta questão entre a CIMONTUBO e a Embeiral. Vão ver o que é que em termos de audiência prévia eles também dizem relativamente a este assunto. Perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar relativamente a esta questão. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só tinha uma pergunta. Dado que o Senhor Presidente deu agora indicação que já foi para audiência prévia, se há alguma reclamação, ou se há algum pedido de esclarecimentos relativamente a essa audiência prévia de momento. Era só isso. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que não tinha conhecimento. -----

---- A Câmara tomou conhecimento do Relatório preliminar de análise das propostas da obra de: “Construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor - Construção da ETAR de Nelas III”. -----

**2.2.CONSTRUÇÃO DA ETAR DE NELAS III E SISTEMA INTERCETOR –  
SISTEMA INTERCETOR – RELATÓRIO PRELIMINAR DE ANÁLISE DAS  
PROPOSTAS – CONHECIMENTO**

---- Presente o Relatório preliminar de análise das propostas da obra de: “Construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor – Sistema Intercetor”. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o ponto 2.2 era a mesma questão relativamente ao Sistema Intercetor. Relativamente ao Sistema Intercetor foram admitidas também as propostas de 9 empresas, sendo que o concurso foi lançado, o preço base foi de 1.600.000,00 euros e



Reunião de 13/07/2016

existem 4 propostas do mesmo valor, que é 80% do valor acrescido de um cêntimo, que é Irmãos Almeida Cabral, a Embeiral, o António Saraiva & Filhos e MMG – Construcion, o valor de 1.280,000,01 euros, as quatro. Portanto, foram ordenadas em 1.º, 2.º, 3.º e 4.º lugares pela ordem que ele, Senhor Presidente, acabou de referir, 1.º - Irmãos Almeida Cabral, 2.º a Embeiral, 3.º - António Saraiva & Filhos e 4.º - MMG, porque há uma norma no Código da Contratação Pública que diz que em caso de igualdade de preço há uma ordenação temporal da entrada das propostas no concurso e a primeira que entrou, acha que até por 4, ou 5 segundos, por 44 segundos, foi a proposta dos Irmãos Almeida Cabral. -----

--- A Câmara tomou conhecimento do Relatório preliminar de análise das propostas da obra de: “Construção da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor – Sistema Intercetor”. -----

**(207/20160713)2.3.ESCOLA BÁSICA DE VILAR SECO – APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

---- Presente o Projeto de execução da Escola Básica de Vilar Seco. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Executivo, relativamente à requalificação das Escolas, tem inscrito no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Viseu Dão-Lafões um investimento para requalificação de Escolas do 1.º Ciclo, 166.129,30 euros e está uma candidatura em aberto, um aviso, que é o Aviso Centro 73-2016-01. Está aberto ali o prazo de candidaturas, um dos prazos está a decorrer entre 1 de julho e 31 de agosto. Foi feito o projeto de requalificação das Escolas pelos Serviços Técnicos da Câmara destas 3 Escolas, mas neste caso concreto de Vilar Seco, ponto 2.3, ele, Senhor Presidente, fez um ajuste direto ao Senhor Eng.º Guilherme Almeida para fazer as especialidades relativamente à requalificação desta Escola de Vilar Seco, que orça no valor de 129.000,00 euros. O Executivo vai candidatar este assunto no âmbito do Pacto da CIM Viseu Dão-Lafões a ver se ainda consegue fazer esta obra este ano. Ele, Senhor Presidente, participou, entretanto, e os Senhores Vereadores também têm conhecimento relativamente a estas obras do PT 2020, foi anunciado um acelerador de investimento que pode, desde que executados 30% da obra neste ano de 2016, serem majorados com 10% do valor da obra e em 2017 com 7% do valor da obra, daí que há todo o interesse em acelerar as candidaturas e a aprovação dos projetos e a execução dos mesmos. Iam ver se isso também já acontece com a questão da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor. Relativamente a esta questão da Escola não sabia se estavam ali disponíveis os projetos. Foi enviada a memória descritiva. No essencial é a requalificação das Escolas com caixilharias, telhado, interiores, um novo sistema de aquecimento/arrefecimento, que é a questão mais cara na ordem da orçamentação, como os Senhores Vereadores podiam ver, até é um sistema caro. É dar condições de qualidade e conforto para os próximos anos no âmbito também daquilo que o Executivo tem disponível no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM Viseu Dão-Lafões estas escolas. Relativamente a esta Escola Básica de Vilar Seco – Aprovação do projeto de execução, o Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores se queria pronunciar. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que em relação a este ponto e aos seguintes, portanto, de Santar e Carvalho Redondo, queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente, a ver se também foi ouvido, isto é complicado porque isto é uma candidatura, por aquilo que entendeu, para efeitos também de apoio. Só que não gosta de ser politicamente correto e acha que estarmos a investir dinheiro nas Escolas conforme estão e com a falta de alunos não sabe



### Reunião de 13/07/2016

se é a melhor opção, sinceramente. Visto que Santar tem uma sala, há salas vagas no Centro Escolar, há uma redistribuição depois da rede escolar que, eventualmente, poderá, ou não encerrar algumas dessas Escolas e estarmos a investir nestes equipamentos para efeitos de educação não era a melhor solução que ele considera. No entanto e porque também vão falar a seguir depois na situação do protocolo, acha que é importante beneficiá-las não só com a perspetiva de educação, mas também da perspetiva de outro futuro em termos de associações, ou em termos até de equipamento social para essas localidades. Acha que se deve aproveitar isso nesse sentido. Não na parte da educação porque prevê que, se calhar, Vilar Seco, principalmente, Santar e Carvalhal Redondo, nem tanto, mas Vilar Seco poderá ser uma das Escolas que perca alunos e que poderá ser encerrada e ir para o Centro Escolar. Era só nesse sentido. Também só dizer ao Senhor Presidente e fazer uma pergunta, porque foi logo no início tão propalado o Conselho Municipal de Educação, quantas vezes mais foi reunido o Conselho Municipal de Educação e se tem sido também ouvida essa opinião deles. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que foi inscrita no Pacto a estimativa do valor de obra para Vilar Seco 129.000,00 euros. Coloca-se essa questão mas também se não se der condições de qualidade e conforto nas aldeias nas Escolas lá existentes também estamos a contribuir para que elas, progressivamente, um dia destes vai lá a DGESTE e diz que aquilo não tem condições de funcionamento e também as encerram, apesar de terem um quadro de alunos e a expectativa que o Executivo tem também em termos das políticas que tem adotado de crescimento económico e de empregabilidade que as aldeias, as localidades todas sejam reforçadas em termos de atratividade de famílias e também de incentivos à natalidade, que estão em discussão pública, etc. e que temos que contrariar esta questão que é tão cara às populações e havendo possibilidade de financiamento no montante de 160.000,00 euros e a Câmara dá o resto, mesmo que haja o risco de não haver turmas no futuro, os edifícios estão requalificados, estão recuperados, podem ser ocupados para efeitos sociais, para efeitos culturais. Acha que é um investimento que, independentemente, da rede escolar se justifica perfeitamente. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que só queria dizer que ele, como era sabido, no passado assumiu ali a defesa duma certa corrente de opinião que era favorável à construção de Centros Escolares e da inclusão, nesses Centros Escolares, de uma grande parte da população em idade escolar. No entanto, até porque o Centro Escolar de Nelas, e é uma opinião pessoal, defraudou um pouco que era a sua expectativa do que devia ser um Centro Escolar com diversos equipamentos de apoio, ficou um pouco dececionado, confessava, com a concretização daquela obra, mas mesmo continuando a defender, por princípio, esse formato, acha que a ideia de requalificar as Escolas de Vilar Seco e de Santar são projetos que ele apoia porque são equipamentos emblemáticos para as aldeias, para as Freguesias, e mesmo no futuro e esperamos que haja população escolar que continue a justificar a sua existência, mas mesmo que no futuro isso não aconteça é preferível ter um imóvel requalificado e em condições de utilização, do que ter Escolas, ainda por cima são edifícios com algum valor arquitetónico e patrimonial, tê-los degradados e em ruínas e isso é que lhe parece mal. Acha que a Câmara deve fazer um esforço para que sejam requalificados todos esses edifícios e sejam mantidos em condições de uso, quer seja para atividades letivas, ou para outras atividades. -----



Reunião de 13/07/2016

---- O Senhor Presidente afirmou que a Senhora Vice-Presidente Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas lhe deu a indicação que a aprovação destes projetos depois tem que ser submetido à aprovação do Conselho Municipal de Educação, que vai ser convocado para o efeito, proximamente. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução da Escola Básica de Vilar Seco. -----

**(208/20160713)2.4.ESCOLA BÁSICA DE SANTAR – APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

---- Presente o projeto de execução da Escola Básica de Santar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que também foi feito um ajuste direto para as especialidades ao Senhor Eng.<sup>o</sup> Machado e que o valor da obra orçará 104.290,54 euros e também são obras da mesma natureza das de Vilar Seco, requalificação do telhado, caixilharias, sistema de aquecimento/arrefecimento. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que queria fazer algumas considerações relativamente aos três projetos. Não o fez no início porque há ali um pequeno lapso que detetou, nada de grave, mas já agora aproveita para o corrigir. No ponto 5 é referida a Escola de Carvalhal Redondo e não a de Santar e era importante fazer essa pequena correção. No ponto 5 da memória descritiva. Nada de grave. Fala nas portas da Escola de Carvalhal Redondo e não nas portas da Escola de Santar. O texto é similar em todas as memórias descritivas e deve ter havido um copy paste qualquer e ficamos a saber com isto que a memória descritiva da Escola de Carvalhal Redondo deve ter sido a primeira a ser feita. Concorda com aquilo que disse o Senhor Vereador Adelino Amaral. Também acha, como o Senhor Presidente referiu, é importante, dado que existem financiamentos, que a Câmara tente contrariar a tendência que o Senhor Vereador Artur Ferreira referiu, mas que a Câmara tente, por todos os meios, contrariar a tendência de desertificação dando condições às Escolas que ainda funcionam, esperando e desejando que elas continuem a funcionar com melhores condições, sem chuva, sem pestes, com as melhores condições possíveis e fica contente por estas candidaturas estarem disponíveis e por podermos candidatar-nos a elas. O Senhor Presidente referiu que o prazo de execução será até ao final do quadro que era para sofrer majoração, perguntava qual o prazo de execução e se há alguma novidade relativamente ao Agrupamento de Escolas de Canas de Senhorim, nomeadamente à possibilidade, ou não, de se construir um Centro Escolar para aquele Agrupamento, ou se há alguma indicação em sentido contrário. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente a essa questão que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges colocou, só numa reprogramação, que está em curso, dos quadros comunitários, é que se poderá prever essa questão do Centro Escolar de Canas de Senhorim. O Executivo, no âmbito das áreas de reabilitação urbana, previu como uma ação, eventualmente candidatável, no âmbito da ARU, ou do PT 2020m, ou do PO Regional, a questão da zona da CUF-Quimigal ser um Centro Cultural Educativo. Ele está inscrito no próprio Pacto de Coesão e Desenvolvimento Territorial da CIM com financiamento zero. No âmbito de uma reprogramação que venha a suceder de um reforço de verbas poderá vir a ser contemplado. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução da Escola Básica de Santar. -----



Reunião de 13/07/2016

**(209/20160713)2.5.ESCOLA BÁSICA DE CARVALHAL REDONDO – APROVAÇÃO DO PROJETO DE EXECUÇÃO**

---- Presente o projeto de execução da Escola Básica de Carvalhal Redondo. -----  
 ---- O Senhor Presidente afirmou que a intervenção prevista em Carvalhal Redondo é no valor de 163.056,00 euros. As especialidades foram feitas pelo Senhor Eng.º Frederico e o projeto base foi feito ali pelos Serviços da Câmara Municipal. -----  
 ---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projeto de execução da Escola Básica de Carvalhal Redondo. -----

**3 – ZONAS INDUSTRIAIS**

**(210/20160713)3.1.AQUISIÇÃO DE ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO N.º 2528, DA FREGUESIA DE NELAS – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 4893, datada de 04 de julho de 2016, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, que a seguir se transcreve: -----  
 ---- *“Aquisição de artigo matricial rústico n.º 2528, da Freguesia de Nelas -----*  
 ---- *Face à necessidade em prevenir o risco de incendio junto das Zonas Industriais no Concelho e havendo interessados em vender, solicito a V. Exa autorização para adquirir o seguinte artigo matricial: -----*  
 ---- *- Artigo matricial n.º 2528 – Rustico, sito em “Valinhos-Fonte do Ouro” composto de pinhal, na Freguesia de Nelas, confrontando a norte com Caminho-de-ferro, sul caminho, Nascente com Fernando Pais Morais e a poente com António Marques Monteiro. -----*  
 ---- *A proprietária, Maria Helena Alves Pais com o contribuinte n.º 113519672 residente na Rua Nova n.º 6 em Vale de Igreja, 6270-134 Paranhos de Beira, aceitam vender o prédio acima descrito pelo preço total de 1.270,00 € -----*  
 ---- *Parecer dos Serviços: -----*  
 ---- *Atendendo ao interesse deste Municipio em ter junto da Zona Industrial II no Chão do Pisco uma área de proteção e prevenção a incêndios, julga-se ser de aceitar o valor proposto. -----*  
 ---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª.” -----*  
 ---- O Senhor Presidente afirmou que segundo a informação dos Serviços será uma parcela de 1.282 m<sup>2</sup>, sito aos Valinhos, Fonte do Ouro, composto de pinhal, na Freguesia de Nelas, confrontando a norte com Caminho-de-ferro, sul caminho, Nascente com Fernando Pais Morais e a poente com António Marques Monteiro. A proprietária, Maria Helena Alves Pais residentes em Vale de Igreja, Paranhos de Beira, aceita vender o prédio acima descrito pelo preço total de 1.270,00 €. Este terreno está fora da Zona Industrial do Chão do Pisco, mas tem na origem um conflito que tem um advogado envolvido também, um advogado de Penalva do Castelo, e no âmbito dos trabalhos de limpeza duma envolvente de proteção industrial à Zona Industrial do Chão do Pisco e em função também dos incidentes de incêndio que tem havido, foi aberto e limpo um terreno, foi feito ali um largo e esta Senhora de Vale de Igreja não se tem conformado com essa situação e para evitar recurso a tribunal onde a mera constituição de um advogado poderia ser muito mais oneroso, ele, Senhor Presidente, está a propor à Câmara que a Câmara adquira estes 1.282 m<sup>2</sup>, onde está, não um caminho, mas um largo, e é uma área de proteção da envolvente da Zona Industrial do Chão do Pisco, a 1 euro o m<sup>2</sup>. Foi o



Reunião de 13/07/2016

preço a que foi possível chegar. Ele, Senhor Presidente, ainda ofereceu 750,00 euros para resolver o assunto mas a Senhora veio regatear ao tostão e foi o preço que foi possível, o que permite manter à Câmara, na zona sul da Zona Industrial do Chão do Pisco uma faixa de terreno sempre limpa para impedir fogos, ou incidentes ligados a isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que agradecia os esclarecimentos que o Senhor Presidente porque estava inclinado a votar contra esta situação porque justificar com o risco de incêndio a aquisição de um terreno neste local parece-lhe excessivo. Tendo em conta os esclarecimentos que o Senhor Presidente deu, dada a situação, acha quem independentemente, daquilo que foi feito, parece-lhe uma solução boa para evitar contratemplos para a Câmara. Apenas relembra que de acordo com a legislação que define a defesa da floresta contra incêndios, o 124, temos um conjunto de possibilidades para o fazer, que a Câmara tem muito bem feito ao longo do tempo. A zona da Borgstena até tem a facilidade, para a prevenção de incêndios, da existência de uma linha férrea que determina que depois a proprietária tenha que fazer a limpeza das confinantes com isso. Era apenas isso que queria dizer. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que só queria dar um esclarecimento ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, que a IP, que agora, quer a linha férrea, quer as estradas nacionais são da mesma entidade, foram notificadas formalmente pela Câmara para cumprirem o nosso Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios e limparem, numa faixa de 10 metros, conforme está previsto no mesmo Plano, e a REFER já anda a fazer isso. Já fez em Canas de Senhorim e também na E. N. n.º 234. Invocam que não podem limpar a faixa de 10 metros porque não são proprietários dos terrenos. É uma expropriação antiga e não o podem fazer. Neste caso concreto fica também ali a zona de um caminho de acesso ao Folhadal, é a zona do Vale do Gato. Ficará sempre ali um largo, um tampão de proteção e de limpeza e no âmbito da conflitualidade que ele, Senhor Presidente, referenciou. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a aquisição do artigo matricial n.º 2528 – Rustico, sito em “Valinhos-Fonte do Ouro”, composto de pinhal, na Freguesia de Nelas, confrontando a norte com Caminho-de-ferro, sul com caminho, Nascente com Fernando Pais Morais e a poente com António Marques Monteiro, de que é proprietária, Maria Helena Alves Pais, com o contribuinte n.º 113519672, residentes na Rua Nova, n.º 6, em Vale de Igreja, 6270-134 Paranhos de Beira, pelo preço total de 1.270,00 €, bem como autorizar o respetivo pagamento e autorizar a celebração de escritura de compra e venda. -----

### **(211/20160713)3.2. AQUISIÇÃO DE ARTIGO MATRICIAL RÚSTICO N.º 4797, NA ZONA INDUSTRIAL 1, DE NELAS – APROVAÇÃO**

---- Presente a informação interna n.º 5064, datada de 05 de julho de 2016, do Serviço de Apoio Industrial, Comercial e Empresarial, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Aquisição de artigo matricial rústico n.º 4797 na Zona Industrial 1 de Nelas -----*

---- *Face à necessidade em adquirir terrenos para fins industriais, estando em estudo a ampliação das Zonas Industriais do Concelho e havendo interessados em vender, solicito a V. Exa autorização para adquirir o seguinte artigo matricial -----*

---- *Artigo matricial n.º 4797 – Rustico, sito ao “Carvalhal composto de terra com vinha e fruteiras, na Freguesia de Nelas, confrontando a norte com Manuel Paula, sul e nascente com João Manuel Santos e a poente com Abílio Marques Pereira. -----*

---- *A Herança de Mário de Paiva Alves com o contribuinte n.º 743028392 com morada na*



Reunião de 13/07/2016

*Rua Dr. Avelino Pais de Brito n.º 2 em Algeraz, aceita vender o prédio acima descrito pelo preço total de 2.800,00€.* -----

---- *Parecer dos Serviços:* -----

---- *Atendendo ao interesse deste Município nesta aquisição, para apoiar o desenvolvimento económico local, e o preço se encontrar dentro do praticado na zona, julga-se ser de aceitar o valor proposto.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.ª* -----

---- O Senhor Presidente afirmou que estava sinalizado qual era o terreno. Está em zona de expansão industrial. É junto às vinhas do Senhor Arlindo quem vai de Nelas para Mangualde, do lado esquerdo, esta bem sinalizado. A área do terreno são 1.400 m<sup>2</sup>. O preço que está proposto são 2.800,00 euros, o que dá 2,00 euros o m<sup>2</sup>. Isto prende-se também com o facto de haver disponibilidade para a Câmara poder ir comprando pequenas frações e proprietários que se disponibilizam a negociar com a Câmara terrenos para indústria, a Câmara ir aumentando a sua capacidade de oferta de terrenos para a instalação de empresas e é o que estava ali a propor. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a aquisição do artigo matricial n.º 4797 – Rustico, sito ao “Carvalho” composto de terra com vinha e fruteiras, na Freguesia de Nelas, confrontando a norte com Manuel Paula, sul e nascente com João Manuel Santos e a poente com Abílio Marques Pereira, de que é proprietária a Herança de Mário de Paiva Alves, com o contribuinte n.º 743028392, com morada na Rua Dr. Avelino Pais de Brito n.º 2 em Algeraz, pelo preço total de 2.800,00€, bem como autorizar o respetivo pagamento e autorizar a celebração de escritura de compra e venda. -----

### **3.3. INFRAESTRUTURAS EM ZONAS INDUSTRIAIS – PREPARAÇÃO DE UM LOTE NA ZONA INDUSTRIAL DA RIBEIRINHA, EM CANAS DE SENHORIM – INFORMAÇÃO AO SENHOR VEREADOR DR. MANUEL DA CONCEIÇÃO MARQUES**

---- Presente a informação interna n.º 4723, datada de 22 de junho de 2016, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, que a seguir se transcreve: -----

---- *“Infraestruturas em zonas industriais – Preparação de um lote na Zona Industrial da Ribeirinha, em Canas de Senhorim* -----

---- *De acordo com o despacho de V. Ex.ª para informar sobre os esclarecimentos solicitados pelo Dr. Manuel da Conceição Marques, vereador do CDS/PP, relativos à contratação da empresa “FozVias, Unipessoal, Lda” em 07/09/2015 para a execução da empreitada “Execução de infraestruturas em Zonas Industriais – Preparação de um lote de terreno na Zona Industrial de Canas de Senhorim” e ao contrato celebrado com a empresa “Oliveiras, S.A.” em 10-05-2016 para a execução da empreitada “Execução de infraestruturas em Zonas Industriais – Preparação de um lote de terreno na Zona Industrial de Canas de Senhorim”, informa-se o seguinte:* -----

---- *-Em 2015, na sequência das ordens de V. Ex.ª solicitou-se orçamento à empresa “FozVias, Unipessoal, Lda.” para proceder à preparação de um lote na Z.I. da Ribeirinha, cujos trabalhos consistiam na desmatação, carga e transporte a vazadouro e na escavação em aterro correspondente a cerca de 7.834,00 m<sup>3</sup>, valor correspondente ao material necessário remover para a cota inicialmente prevista.* -----





Reunião de 13/07/2016

---- - *Em 2016 houve necessidade de se proceder á abertura de um novo ajuste direto, ao abrigo do artigo 19º do CCP, dado que as cotas de implantação do projeto e o estipulado no protocolo estabelecido acarretavam um acréscimo de movimento de terras na ordem dos 18.300,00 m<sup>3</sup> de terreno, para que o lote de terreno fica-se com a mesma cota de soleira em toda a sua área. Foram solicitados informalmente vários orçamentos, incluindo á empresa “FozVias, Unipessoal, Lda”, tendo a empresa “Oliveiras, S.A.” apresentado o preço mais baixo e em simultâneo existir a possibilidade da empresa necessitar de algum deste material para outra obra da sua responsabilidade, ficando a seu cargo a escavação e o transporte do material, permitindo assim a redução dos custos.* -----

---- *Relativamente ao prazo de execução, o prazo indicado foi o prazo considerado como necessário para a execução dos trabalhos, tendo os mesmos sido iniciados, por indicação de V. Ex.<sup>a</sup>, previamente á assinatura da consignação atendendo á necessidade de a empresa iniciar os trabalhos de construção do pavilhão.* -----

---- *Quanto cumpre informar, à consideração V. Ex.<sup>a</sup>.”* -----

---- O Senhor Presidente afirmou que tinha os processos ali disponíveis para o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques consultar relativamente ao procedimento que foi feito quer com a FozVias, quer relativamente ao procedimento que foi feito com a empresa Oliveiras. ---

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que tinha duas, ou três perguntas, breves, dado o adiantado da hora. Tinha uma informação dos Serviços em que louva a coragem dos Serviços, que vem exatamente rematar aquilo que o Senhor Presidente sempre tem afirmado. E é bom que o Senhor Jornalista ouça isto. *“Relativamente ao prazo de execução, o prazo indicado foi o prazo considerado como necessário para a execução dos trabalhos, tendo os mesmos sido iniciados, por indicação de V. Ex.<sup>a</sup>.”* O que quer dizer que os trabalhos foram feitos, começaram a andar, como fez a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, sem ter qualquer tipo de procedimento, que só foi posterior. Queria perguntar ao Senhor Presidente em que norma do Código da Contratação Pública, Decreto-Lei n.º 18, é que está previsto que foram solicitados informalmente vários orçamentos. Era a norma que gostava de saber. Depois, a informação que lhe foi dada pelos Serviços não corresponde ao seu pedido dado que, se a memória não o atraiçoa, mas tem isso na máquina fotográfica, no dia 18 de dezembro de 2015 foi ao local e viu lá este equipamento todo da Câmara a trabalhar. Pretendia saber o que é que cada um fez. O que é que fez a Oliveiras, S.A., o que é que fez a Câmara Municipal e o que é que fez a FozVias, porque a Câmara Municipal andou com a FozVias, andou com a Oliveiras, S.A., a fazer aqueles trabalhos. Já assinalou nos dossiers que já consultou quando o Senhor Presidente interrompeu a reunião, pedia-lhe que desse autorização aos Serviços para lhe entregar as fotocópias que ele acha necessárias para esclarecimento da verdade. A sua questão é essa. Não põe ali em causa o lote em Canas de Senhorim. Não põe ali em causa a seriedade do processo em Canas de Senhorim. Não põe ali em causa a transferência da Covercar para Canas de Senhorim. Põe em causa, como o Senhor Presidente compreenderá, os dois pesos e as duas medidas que o Senhor Presidente tem no cumprimento do CCP em que acusou barbaramente, podia dizer isto, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques com as participações que fez de um queijos que a Câmara comprou para oferecer às entidades oficiais no valor de 500,00 euros e o Senhor Presidente até isso lamentavelmente participou à IGF. O Senhor Presidente está a fazer o que fez a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro. Só que o Senhor



Reunião de 13/07/2016

Presidente tem feito para legalizar aquilo que o anterior Executivo não teve tempo para legalizar. Aliás, acresce a tudo isso que foi dito pelo Senhor Presidente que os Serviços lhe disseram que não havia fundos disponíveis para esta matéria, designadamente para a FozVias, para a buldózer que lá anda. Que o Senhor Presidente pusesse a mão na consciência e que assumisse e que pedisse desculpa dos ataques que fez ao anterior Executivo nessa matéria. O Senhor Presidente está a cumprir, a fazer rigorosamente o mesmo, louva a coragem da Senhora Eng.<sup>a</sup> por ela ter escrito isso na informação, que o Senhor Presidente não conseguiu rasurar, nem omitir. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que estavam disponíveis os projetos. Tudo o que se faz na Câmara resulta da lei. É por indicação do Presidente da Câmara, que assume que tudo aquilo que a Câmara faz e os Serviços fazem é por indicação dele, Senhor Presidente. Afirmou que ninguém concedeu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, que fizesse o favor de o deixar falar. Tudo o que é feito na Câmara Municipal é por sua indicação, seja por ação, seja por omissão. Assume a responsabilidade de tudo aquilo que é feito na Câmara. Não há ali surpresa nenhuma. Era o que faltava. Por outro lado, diz à Câmara que ele tem possibilidade legal de fazer ajustes diretos de serviços até 75.000,00 euros e empreitadas até 150.000,00 euros. Tem sempre o cuidado, no âmbito da gestão da Câmara, de procurar vários preços para comparar e para fazer esses ajustes diretos. Evidentemente que depois formalmente o que fica evidenciado na Câmara, no âmbito da cobertura legal que a lei dá ao Presidente da Câmara é fazer um ajuste direto, um conjunto de contactos, pedidos de orçamentos, etc., que não geraram depois um convite a mais que uma entidade, a várias entidades, geram um dossier apenas de ajuste direto e tenta fazer sempre as coisas pelo melhor preço que consegue no mercado e ao abrigo das normativas legais. Por outro lado, queria dizer também que na Zona Industrial da Ribeirinha a Câmara tem outros terrenos, todos os terrenos que vão desde a E.N. n.º 234 até o arruamento interior em frente à Officelan e à Covercar, são terrenos da Câmara. Portanto, houve muito do material, das pedras, do aterro, que foi também colocado em frente, que, aliás, foi nivelado agora por uma buldózer e foi colocado ali também. Além daqueles procedimentos que ali estão, já tinha referenciado noutra dia ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que há um outro procedimento porque apareceu pedra e foi contratada uma empresa para retirar a pedra do próprio lote. Além destes procedimentos há mais esse procedimento. No âmbito das cooperações que a Câmara tem com os empreiteiros das situações, para onde é que se leva o material, para onde é que se tiram as pedras, tudo isso, é natural que a Câmara dê esse auxílio e esse apoio e essa indicação. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques tem os processos para consultar e iam continuar a reunião. O Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para o deixar prosseguir a reunião. Se o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques o volta a interromper ele, Senhor Presidente, suspende a reunião. Fica já avisado e pediu-lhe por favor para respeitar a direção dos trabalhos. Está dado o conhecimento que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques pediu. Que o deixasse falar por favor. O Senhor Presidente ditou para a ata o seguinte: *“Uma vez que não tenho condições como Presidente da Câmara; Considerando o que está evidenciado desde o início da presente reunião um comportamento permanente de obstáculo à direção dos trabalhos por parte do Presidente da Câmara, por parte do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques e cujos termos estarão devidamente evidenciados na ata com insultos de mentiroso, interrupções continuadas dos trabalhos, como está a acontecer neste momento, em que não*



## Reunião de 13/07/2016

*deixa o Presidente da Câmara ditar um requerimento para a ata, uma vez que está evidenciado a ata que se dá aqui por integralmente reproduzido, um comportamento de impedimento continuado e recorrente por parte do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, eu, ao abrigo do disposto dos artigos 4.º, n.º 2, do Regimento e ao abrigo do disposto no artigo 35.º, n.º 1, alínea q), da Lei n.º 75/2013, suspendo a presente reunião por não haver condições para a continuar e agendo para sua continuação o dia de amanhã, às 14 horas. Esta suspensa a reunião às 12 horas e 45 minutos.”* -----

---- No dia 14 de julho de 2016, às 14 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Nelas, teve reinício a reunião da Câmara Municipal, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira e Dr.ª Sofia Relvas Marque, tendo faltado à reunião os Senhores Vereadores Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.ª Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. À hora marcada para o reinício desta reunião apenas o Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques tinha apresentado justificação para a sua falta. Verificando-se a falta de quórum a que alude o artigo 54.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, e o artigo 7.º, do Regimento da Câmara Municipal de Nelas, o Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do n.º 3 e do n.º 2, das regras acima citadas, designou, para continuação da presente reunião, o dia 27 de julho de 2016, às 9 horas, sendo que se manterá a reunião ordinária estabelecida para esse dia, que se iniciará à hora marcada, ou imediatamente a seguir à reunião que ora se agenda. -----

---- No dia 27 de julho de 2016, às 9 horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Nelas, teve reinício a reunião da Câmara Municipal, com a presença do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, estando presentes os Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr.ª Sofia Relvas Marque, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.ª Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que a presente reunião tinha sido interrompida no dia 13 de julho de 2016, suspensa e depois cuja continuação não foi possível realizar. A Ordem de Trabalhos é a mesma a partir do ponto 3.3. que era - Infraestruturas em Zonas Industriais – Preparação de um lote na Zona Industrial da Ribeirinha, em Canas de Senhorim – Informação ao Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques. Foi distribuída aos Senhores Vereadores a informação dos Serviços Técnicos. Foi, entretanto, requerido mais informação relativamente a este dossier, deu indicação aos Serviços para estarem disponíveis, às 10 horas, mais informação que foi requerida entretanto. Em relação a este ponto 3.3 não sabia se o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques queria acrescentar mais alguma coisa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que este processo ia ser alvo de processo judicial e à política o que é da política e à justiça o que é da justiça. A única questão que lhe surge e que o Senhor Presidente não o esclareceu e por isso ter pedido fotocópias é que não consegue discriminar o que é que fez a FozVias e o que é que fez a Oliveiras, S.A. Era só isso. E não consegue discriminar desde o primeiro dia, ou talvez ainda antes, todo este equipamento da Câmara que lá andou, apenas quer saber o que é que cada um fez, para conseguir avaliar se o procedimento está correto, se não está, é só a descoberta da verdade. O Senhor Presidente fez dois ajustes. Vêm ali um compressor a trabalhar lá da Câmara Municipal. Vêm ali um camião, com uma giratória a trabalhar lá da Câmara



Reunião de 13/07/2016

Municipal. Vêm ali mais um camião da Câmara Municipal. Vêm ali uma buldózer da Câmara Municipal. Quer saber o que é que cada um destes três operadores, Câmara Municipal, FozVias e Oliveiras, S.A., que resulta do Caderno de Encargos, certamente das medições também dos autos de medição. É isso que quer. Não quer mais nada. No dia que o Senhor Presidente lhe disser isso, ele, Vereador Dr. Marques, cala-se e se calhar nem requererá ao Tribunal para esclarecer essa matéria. Que o Senhor Presidente lhe desse por escrito o que ele, Vereador Dr. Marques lhe requereu e acaba ali grande parte desta confusão. Desde que o Senhor Presidente lhe dê esses dados e se entender que há matéria para participação ao Tribunal, participará, se entender que não há não participará. O Senhor Presidente recebeu no dia 14 exatamente esse pedido. O Senhor Presidente dá-lhe isso. Ele, Vereador Dr. Marques, estuda. Se entende que está dentro das normas, dentro da legalidade, ele, pessoalmente, arquiva esta matéria e deixa de a discutir. Quer saber o que é que cada um fez. Para ele é estranho ver lá a trabalhar os três. Não sabe o que é que fez a Câmara, o que é que fez a FozVias e o que é que fez a Oliveiras, S.A. porque há ali uma questão que o surpreendeu bastante. Porque carga de água é que o Senhor Presidente interrompeu o contrato com a FozVias e depois vai adjudicar á Oliveiras, S.A, por 77.000,00 euros. Vem dizer que foi o preço mais baixo a Oliveiras, S.A. Não resulta dos papéis que o Senhor Presidente lhe deu para consultar que houvesse qualquer outro tipo de procedimento ou outra proposta de pedido de orçamento. Não há. O Senhor Presidente diz informalmente. A ele, Vereador Dr. Marque, é lanacaprina. Que o Senhor Presidente o esclarecesse e ele cala-se. Se não lhe dá os esclarecimentos não se cala até chegar à descoberta da verdade. -----

---- A Câmara tomou conhecimento da informação interna n.º 4723, datada de 22 de junho de 2016, da Unidade Orgânica de Planeamento, Gestão Urbanística, Ambiente e Obras Municipais, referente a Infraestruturas em Zonas Industriais – Preparação de um lote na Zona Industrial da Ribeirinha, em Canas de Senhorim, que disponibilizou ao Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques. -----

#### 4 – DIVERSOS

##### **(212/20160727)4.1.PROTOCOLO PARA UTILIZAÇÃO PÚBLICA DE ESPAÇO URBANO PARTICULAR CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE NELAS E A. CALDEIRA, SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A. – CONHECIMENTO E RATIFICAÇÃO**

---- Presente o protocolo para utilização pública de espaço urbano particular, celebrado em 5 de julho de 2016, entre o Município de Nelas e A. Caldeira, Sociedade Imobiliária, S.A., que a seguir se transcreve: -----

---- *“PROTOCOLO PARA UTILIZAÇÃO PÚBLICA DE ESPAÇO URBANO PARTICULAR*

---- *Entre:* -----

---- *1.º “MUNICÍPIO DE NELAS”, com sede no Largo do Município, 3520-001 Nelas, titular do NIPC 506 834 166, representado, nos termos legais, pelo Exmo. Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Borges da Silva, como Primeiro Outorgante e adiante designado “Município”, E -----*

---- *2.º “A. CALDEIRA, SOCIEDADE IMOBILIÁRIA, S.A.”, com sede em Lisboa, titular do NIPC 502934123, representada, nos termos legais, pelo Administrador Único António*



Reunião de 13/07/2016

*Joaquim Escarigo Caldeira, como Segunda Outorgante e adiante designada “Proprietária”;*  
 ---- *É celebrado o presente protocolo que se rege pelas cláusulas seguintes: -----*

---- *Cláusula 1.ª -----*

---- *A “PROPRIETÁRIA” é dona e legítima proprietária dos seguintes prédios: -----*

---- *a) Prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 3676, sito na Rua do Comércio, n.º170, freguesia de Canas de Senhorim, concelho de Nelas, com a descrição de casa de 1 piso em ruínas, com a área de 22,70 m<sup>2</sup>, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Nelas sob o n.º 6060 (Anexos I e II); -----*

---- *b) Prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 2714, sito na Rua Dr. Abílio Monteiro, freguesia de Canas de Senhorim, concelho de Nelas, com a descrição de casa de habitação em ruínas, com a área de 143,48 m<sup>2</sup>, que confronta a Norte com Rua Dr. Abílio Monteiro, a Sul com Aristides Correia Rosa, a Nascente com António Pereira dos Santos, a Poente com João Carlos Pereira Mendes, e descrito na Conservatória do Registo Predial de Nelas sob o n.º 3457 (Anexos III e IV); -----*

---- *c) Prédio urbano inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 1311, sito ao Rossio, freguesia de Canas de Senhorim, concelho de Nelas, com a descrição de prédio não licenciado, em condições muito deficientes de habitabilidade, com a área de 84 m<sup>2</sup>, sendo que 60 m<sup>2</sup> correspondem a área coberta e 24m<sup>2</sup> correspondem a área descoberta, que confronta a Norte com Estrada, a Sul com José Marques Vieira, a Nascente com Rua e Herd. de Joaquim Quintas, a Poente com João Mendes Rosa (Anexo V). -----*

---- *Cláusula 2.ª -----*

---- *1 - O “PROPRIETÁRIO” cede gratuitamente os prédios identificados na cláusula anterior ao “MUNICÍPIO” para que este proceda à sua demolição, sem custos para aquele, e aquela área seja utilizada provisoriamente (vide Anexos VI e VII – planta/levantamento topográfico), passível de utilização coletiva, passando a constituir um ponto de acesso da Rua Dr. Abílio Monteiro à Rua do Comércio. -----*

---- *2 - O “MUNICÍPIO” é responsável pela adequada conservação e manutenção da área resultante da demolição durante o período de vigência do presente protocolo. -----*

---- *3 - O “MUNICÍPIO” responde pela culpa ou pelo risco, nos termos da lei geral, por quaisquer danos causados no exercício das atividades incluídas no objeto do presente protocolo. -----*

---- *4 - A pedra resultante da demolição continuará propriedade da “Segunda Outorgante” e será colocada, sem custos para aquela, no espaço envolvente ao Hotel da Urgeiriça, em local a indicar por esta. -----*

---- *Cláusula 3.ª -----*

---- *Os prédios identificados na cláusula primeira serão devolvidos à “PROPRIETÁRIA” para edificação particular por simples solicitação da mesma com a antecedência mínima de 180 dias sobre a data em que pretenda a entrega definitiva, através de carta registada com aviso de receção, obrigando-se o “MUNICÍPIO” a remover tudo o que tenha implantado no referido prédio e seja removível, sendo que não haverá lugar a qualquer compensação e/ou indemnização reciprocamente. -----*

---- *Cláusula 4.ª -----*

---- *O presente protocolo é celebrado pelo prazo de 3 (três) anos, com início na data da respetiva assinatura e renovável por iguais períodos de tempo, salvo se for denunciado por*



Reunião de 13/07/2016

*qualquer das partes com a antecedência mínima de 180 dias, através de carta registada com aviso de receção.* -----

---- *Cláusula 5.ª* -----

---- *Qualquer alteração ou adaptação ao presente Protocolo carece de prévio acordo de ambas as partes, a prestar por escrito.* -----

---- *Pelos Outorgantes foi declarado que aceitam o presente protocolo com todas as suas condições, de que tomaram inteiro e perfeito conhecimento e a cujo cumprimento se obrigam nos termos nele expressos e nos demais impostos pela Lei.* -----

---- *E por estarem de acordo vão assinar as partes, em dois exemplares.*” -----

---- O Senhor Presidente afirmou que aquele protocolo vem sendo negociado há quase três anos com o Senhor Caldeira no centro de Canas de Senhorim, relativamente à demolição daqueles prédios que se encontram em ruína e mantendo a A. Caldeira a propriedade do terreno enquanto não lhe der destinado diverso, ser disponibilizada aquela passagem, ou aquele terreno, para utilização pública e para constituir até uma travessa, um arruamento, que vai ali das Quatro Esquinas às antigas instalações do Zé Pataco. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que a questão que queria levantar é se, de facto, este espaço que a Câmara, que lhe disseram lá pessoas, quer fazer ali um parque com mesas, com cadeiras, se era verdade, ou não era verdade, ou é só para demolir e a Câmara nunca mais vai aproveitar aquele espaço, pessoas de Canas de Senhorim que lhe disseram que o anterior Executivo não conseguiu demolir aquilo e vai ser feito ali um jardim. Gostava de saber o que se vai lá fazer. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges cumprimentou o Senhor Presidente, todos os presentes, Vereadores e restante Público e Funcionários. Afirmou que só tinha ali uma questão. Para já dar ao Senhor Presidente os parabéns por esta iniciativa. Existem ali aqueles prédios que estão, se calhar, podem considerar em ruína, ou perto disso, e a ideia de fazer alio uma praça, ou uma ligação entre o Mercado de Canas de Senhorim e as Quatro Esquinas é, concerteza, uma boa ideia. Só tinha ali uma pergunta que tem a ver com a questão dos 180 dias para entregar ao proprietário. Se o Senhor Presidente tem ideia de quanto é que vai custar á Câmara Municipal a demolição e a limpeza e se com esta cláusula de reversão, ou de entrega ao proprietário, bastando que para isso que ele, com 180 dias manifeste essa vontade, se vamos fazer alguma coisa porque parece-lhe pouco prudente, embora tenha esta dúvida relativamente a isto. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral cumprimentou todos os presentes. Afirmou que, no fundo, também queria partilhar destas preocupações que foram ali expressas porque, concordando em absoluto com a intenção de demolição de prédios em risco de ruína e aproveitamento para criação de um espaço público, que pode ser um espaço qualquer, não é uma simples zona de passagem, mas pode ter um aproveitamento para utilização coletiva, parece-lhe um pouco estranha a forma como a Câmara vai fazer uma demolição de uma obra particular que provisoriamente terá o usufruto durante três anos e ao fim de três anos, se o proprietário requerer é-lhe devolvida a propriedade desse espaço. O que acha esquisito é imagine-se que a Câmara faz ali um investimento, embora possa ser em equipamentos amovíveis, mas imagine-se que a Câmara faz um investimento com alguma dimensão e as pessoas habitam-se a usar aquele espaço para convívio, para outras atividades e daqui a 3 anos o proprietário diz que não, eu agora quero construir ali qualquer coisa, devolvam-me



## Reunião de 13/07/2016

então o terreno. Não estava a ver é como é que a população depois vai aceitar de bom grado, olhem, desculpem lá, vocês agora tinham aqui estas mesinhas e estas cadeiras e este jardim e estas árvores, agora vamos ter que arrancar tudo porque o proprietário reclamou a posse disto. Parece-lhe uma forma um pouco estranha de lidar com estas coisas. É evidente que não há nenhum proprietário que depois de três anos de um espaço estar a ser ocupado para fins públicos, duvida que algum proprietário tenha coragem, ou se tiver, arrisca-se a vir reclamar a devolução desse espaço para os fins que entender convenientes. Concorda com aquilo. Acha que deveria ter era uma forma definitiva e não uma forma provisória, com um prazo de três anos, parece-lhe é que deveria ser procurada uma solução definitiva em termos de propriedade para não ficar depois essa dúvida e essa possibilidade depois de haver equívocos e de haver mal entendidos e de haver confrontos e conflitos. Fora isso, naturalmente, aprova o protocolo.

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado a palavra. Cumprimentou todos os presentes. Afirmou que achava que nesta situação devia ser-se mais prudente e a Câmara fazer mesmo a aquisição dos prédios para o domínio público para acautelar esta situação. Falam ali num prazo de 3 anos, mas também pode ser até antes, se alguma das partes denunciarem pode ser até antes. Concorda com o Senhor Vereador Adelino Amaral, acha que também depois disto é difícil, se calhar, o proprietário querer construir, mas está no seu direito de construir e é de todo incompreensível depois de 3 anos, ou de um ano, estarmos com um jardim e com alguma solução a bem da comunidade termos ali outra vez uma construção. Perguntou se havia mesmo possibilidade de fazer a aquisição do imóvel, se foi posta a aquisição dos imóveis e se a resposta foi negativa, ou se não foi negativa. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente à questão levantada pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, a intenção que presidiu a este acordo, que é sempre um acordo entre um proprietário e a entidade administrativa, em que a entidade administrativa está numa relação de igual para igual com o proprietário. Não pode impor as condições e vice-versa. O proprietário também tem o seu direito de propriedade e negocia nas condições que entende. O objetivo é fazer ali uma travessa, um arruamento de ligação daquela rua das Quatro Esquinas ao arruamento de trás, que vai dar ao Mercado. Não é para ocupação. O investimento que está projetado, existem já orçamentos, crê que ronda os quatro mil euros a demolição. Vai pedir aos Serviços o valor estimado para a demolição deste conjunto de habitações que é para depois dar informação aos Senhores Vereadores. É para um arruamento. Inclusivé a Residencial requereu a licença de esplanada e ele, Senhor Presidente, conversou com eles para o fazerem só por o prazo de um mês porque estava prevista a possibilidade de uma demolição daqueles prédios e que depois disso poderia prejudicar a esplanada nos termos em que eles a estavam a requerer. O Executivo não tem ideia nenhuma daquilo depois ser transformado numa esplanada exclusiva, mas sim num espaço que, aliás, como está previsto na cláusula 2.<sup>a</sup>, n.º 1, que é, a área seja utilizada provisoriamente, passível de utilização coletiva, passando a constituir um ponto de acesso da Rua Dr. Abílio Monteiro à Rua do Comércio. Está escrito na cláusula 2.<sup>a</sup>. O prazo de 3 anos, o contrato não é denunciável antes dos 3 anos porque, senão teria que estar escrito ali assim, a todo o tempo. Portanto, o prazo inicial é dos 3 anos, está na cláusula 4.<sup>a</sup>, renovável por iguais períodos de tempo e não está lá escrito, salvo se for denunciado por qualquer das partes a todo o tempo, ou antes disso, não está lá dito. Portanto, o prazo mínimo são três anos. Depois, na cláusula 3.<sup>a</sup>, os 180 dias, não é



Reunião de 13/07/2016

o proprietário dizer, eu quero o terreno. Não é só isso que lá está previsto. Diz-se que o proprietário, para edificação particular. O proprietário tem que comprovar através dum devido processo de obras que pretende dar àquele espaço um aproveitamento de edificação. Aliás, está falado também com o Senhor Caldeira que mesmo no projeto, visto que ele tem um projeto de construção daquilo, ele tinha sempre projetado fazer um arruamento, uma travessa entre a Rua Abílio Monteiro e a parte de trás para ter o melhor aproveitamento do espaço, fazia uma passagem inferior de um lado para o outro, o que permitia fazer circular as pessoas e valorizar a área útil da edificação. E é isso também que ele pretenderá fazer no futuro. Ele, Senhor Presidente, concorda com todos. A primeira iniciativa que teve e por isso este assunto demorou quase 3 anos a conversar, era a compra. Partilha, inteiramente, de que devemos fazer obra, devemos fazer investimento que não sabia se era volumoso. A demolição fica no valor de 5.250,00 euros. O Senhor Caldeira, só por um dos prédios, porque aquilo são vários prédios, referenciou ao Senhor Presidente sempre que o havia comprado por 100.000,00 euros. O Senhor Caldeira também nunca fixou verdadeiramente o valor. Falou-lhe apenas num prédio de 100.000,00 euros e ele, Senhor Presidente disse-lhe, antes de negociar e ele, Senhor Caldeira, também não excluiu essa possibilidade no futuro de vir a negociar com a Câmara Municipal a compra, a cedência, em termos definitivos, daquele espaço. Com a demolição, a consolidação do edificado e com, eventualmente, a colocação de uma calçada, estavam a falar de um valor de 7, ou 8 mil euros, seguramente, não mais, porque aquilo é uma área reduzida, não é uma área grande. Estavam a falar de um prédio de 160 m<sup>2</sup>. Portanto, foi nestes pressupostos e também naturalmente com a vontade do Senhor Caldeira, que é o proprietário daquele espaço e com outro pressuposto, é que, de facto, as Quatro Esquinas, em Canas de Senhorim, fruto também de muito investimento que lá foi feito naquele prédio, está requalificada e está, de facto, ali uma ferida em termos urbanísticos no principal sítio de encontro e de estar da comunidade canense que são as Quatro Esquinas. Foi com este pressuposto, presumindo esta intenção de requalificação urbana que, ou enquanto não houver uma edificação nos termos que o Executivo está a acordar com o proprietário, aquilo servirá para utilização coletiva e para melhoramento do aspeto urbanístico do centro de Canas de Senhorim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que leu o protocolo e até nem estava assim tão baralhado como depois da intervenção do Senhor Presidente. Vendo a cláusula 2.<sup>a</sup> - *O “PROPRIETÁRIO” cede gratuitamente os prédios identificados na cláusula anterior ao “MUNICÍPIO” para que este proceda à sua demolição, sem custos para aquele, e aquela área seja utilizada provisoriamente (vide Anexos VI e VII – planta/levantamento topográfico), passível de utilização coletiva.* De facto, tinha lido aquilo pela rama. Mas agora pergunta ao Senhor Presidente se este acesso de ligação da Rua Dr. Abílio Monteiro à Rua do Comércio continuará a existir depois do Senhor Caldeira construir as suas edificações particulares que pretende construir na área que foi objeto de demolição. Porque se não se isso não continuar a existir, se não constar do protocolo esta palavra provisoriamente e passível aquela condição que o Senhor Presidente usou para fazer este protocolo cai pela base porque o Senhor Caldeira vai construir e o tal acesso vai embora, passados 3 anos. Pergunta ao Senhor Presidente se este acesso, mesmo que o Senhor Caldeira lá querendo construir não tem que ter ligação da Rua Dr. Abílio Monteiro à Rua do Comércio e é passível da utilização coletiva, ou não é passível de utilização coletiva depois do Senhor Caldeira construir. Ele tem um projeto





Reunião de 13/07/2016

que o Senhor Presidente devia ter trazido para os Senhores Vereadores verem e certamente melhor discutiriam ali aquele protocolo, mas o Senhor Presidente dá só as meias verdades e meias inverdades. Pensou abster-se na sua votação. Com a última intervenção do Senhor Presidente vai ter que votar contra porque, de facto, o Senhor Presidente ou retira a palavra provisoriamente, ou garante ali à Câmara que depois do Senhor Caldeira ter construído garante na mesma o acesso para estas duas ruas. Se for assim vota favoravelmente, ou até se abstêm. Se não conseguir explicar-lhe isso tem que votar contra porque aquilo é um prejuízo para o erário público e para o Município, independentemente, de ter uma grande amizade pelo Senhor Caldeira. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que já respondeu a estas questões. Afirmou que já respondeu a estas questões. Já respondeu a estas questões. E pela natureza das coisas que é provisório. Não é uma coisa definitiva. O proprietário pode vir a construir. Era evidente. O Senhor Vereador Dr. Marques não estava a perguntar, estava a afirmar. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que tinha só uma questão. A formalização deste negócio é só este protocolo? Não há escritura. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que era só este protocolo. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que era que a cláusula que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques invoca, na sua opinião, Vereador Adelino Amaral, deveria ser: *O "PROPRIETÁRIO" cede gratuitamente os prédios*. Não devia ser os prédios mas devia ser era os imóveis construídos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que prédios eram entendidos no sentido lato, quer um, quer outro. Prédios era tudo, inclusivé o terreno. Um terreno, um prédio em sentido lato. Pediu ao Senhor Vereador Dr. Marques para o deixar dar esclarecimento ao Senhor Vereador Adelino Amaral. Prédio em sentido lato é um prédio urbano, uma construção, ou um prédio rústico. Quando está ali dito prédio é nesse sentido. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que a sua questão era, o que é cedido não é propriamente o terreno. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que vai ser demolido. Era o espaço. -----

----- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que o que vai ser cedido é aquilo que vai ser demolido e o espaço é cedido a sua utilização. Não fica claro mas ele também acha que é uma benfeitoria e se ao fim de 3 anos, de facto, este negócio não der em nada, pelo menos dará nas condicionantes que a Autarquia, que a Câmara deve impor nas obras que vierem a ser realizadas e deve ser salvaguardada a questão da passagem entre as duas ruas. Mas mesmo que não dê em nada, utilizar este espaço para fins públicos com uma contrapartida de fazer demolição de um prédio que ainda por cima ameaça ruína parece-lhe bem e não tem nenhuma objecção em relação a isso. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que só queria dizer que, ao contrário daquilo que expressou o Senhor Vereador Artur Ferreira, acha que esta é provavelmente a melhor solução. Acha que não faz sentido a Câmara comprar aquele terreno havendo esta possibilidade. Gostaria e se isso fosse possível, mas também conhecendo o Senhor Caldeira como conhece não lhe parece que seja uma pessoa de fugir à palavra dada, mas dizia ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, que se isto pudesse ficar ali numa clausula que se manteria a passagem, de uma forma qualquer. Mas pensa que esta é a melhor solução do que comprar, especialmente pelos valores que foram ali aventados, seria disparatado comprar



## Reunião de 13/07/2016

aquelas casas por 100.000,00 euros para fazer uma praça. Havendo esta possibilidade, acha que é a solução mais adequada. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves cumprimentou todos os presentes. Afirmou que era só para perguntar porque ficou na dúvida, o Senhor Presidente referiu que havia realmente um projeto para o Senhor Caldeira edificar uma construção neste espaço. Mas tem, ou teve? -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Caldeira teve um projeto antigo que não está na Câmara e não tem conhecimento que ele vá edificar. Teve, em tempos, um projeto que mandou fazer e nesse sentido previa uma passagem inferior. Mas, atualmente, não há nada nos Serviços Administrativos. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com quatro votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara Dr. José Manuel Borges da Silva, da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques e dos Senhores Vereadores Dr. Alexandre João Simões Borges e Adelino José Borges Amaral e três abstenções dos Senhores Vereadores Dr. Manuel da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Artur Jorge dos Santos Ferreira, ratificar o protocolo para utilização pública de espaço urbano particular, celebrado em 5 de julho de 2016, entre o Município de Nelas e A. Caldeira, Sociedade Imobiliária, S.A., atrás descrito. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado Senhor Presidente. A minha intenção era votar contra este protocolo. No entanto, arrastado pelas explicações do Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges e do Senhor Vereador Adelino Amaral, em que, de facto, é uma benfeitoria, mas é uma benfeitoria temporária, é uma benfeitoria que durará só até às eleições porque aquilo era um objeto que as populações de Canas de Senhorim queriam ver resolvido e sei claramente que isto vai ser deitado abaixo, vai ao fim de 3 anos, certamente vai voltar outra vez para o proprietário. Mas, pelo menos estes 3 anos, a população de Canas de Senhorim vai usufruir desta benfeitoria e por isso absteve-me.”* -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: *“Muito obrigado Senhor Presidente. A abstenção vem só no sentido de não estar evidenciado que seria definitivo para o Município apesar de também concordar com o que disse o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, conhecendo também pouco o Senhor Caldeira nalgumas situações que tive com ele, parece-me uma pessoa de palavra e acho que no futuro também não vamos ter grandes problemas em ter ali uma travessa, uma passagem para a outra rua. No entanto, à cautela, devia estar aqui previsto no protocolo essa situação.”* -----

--- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que subscrevia a declaração de voto feita pelo Senhor Vereador Artur Ferreira. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral apresentou a seguinte declaração de voto: *“Eu também não quero justificar o meu voto favorável, mas simplesmente chamar à atenção pelas objeções que foram aqui colocadas em relação à eventualidade de se vir a construir naquele espaço, da manutenção da passagem entre as duas ruas, isso deve, na minha ótica, deve ser uma recomendação que o Senhor Presidente fará o favor de tomar em devida nota para apreciação de um futuro projeto que venha a ser apresentado nos Serviços da Câmara Municipal, essa condição ser imperativa para que nessa edificação fique*



Reunião de 13/07/2016

*salvaguardada, de facto, essa serventia e como tal é a única reserva que aqui foi colocada e acho que faz todo o sentido e não inviabiliza em nada, portanto, a concretização deste protocolo.”* -----

#### **4.2.ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE CALDAS DA FELGUEIRA – RELATÓRIO DE CONTAS – CONHECIMENTO**

---- Presente um ofício da Associação Recreativa e Cultural de Caldas da Felgueira, com sede em Caldas da Felgueira, que envia o seu relatório de contas do ano de 2015. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que foi levantada ali relativamente à aprovação de um subsídio para animação termal das Caldas da Felgueira. O relatório de contas, que ele, Senhor Presidente, se tinha comprometido a trazer, portanto, estão evidenciadas as contas nesse documento entregue pela Associação. -----

---- A Câmara tomou conhecimento do relatório de contas do ano de 2015 da Associação Recreativa e Cultural de Caldas da Felgueira. -----

#### **(213/20160727)4.3.ACORDO QUADRO CELEBRADO ENTRE A HIDROMONDEGO – HIDROELÉTRICA DO MONDEGO, LD.ª E O MUNICÍPIO DE NELAS – RATIFICAÇÃO**

---- Presente o Acordo Quadro, celebrado em 30 de junho de 2016, entre a Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Ld.ª e o Município de Nelas, ficando um cópia anexa a esta ata (Anexo I), fazendo dela parte integrante. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente a este protocolo, queria dar uma explicação aos Senhores Vereadores, que foi por ele assinado no dia 30 de junho de 2016 e que foi negociado também por ele, pelos Senhores Presidentes das Câmaras de Mangualde, de Seia e de Gouveia e que foi teve grande intervenção do Senhor Ministro do Ambiente. Tomou muito boa nota daquilo que, aquando da discussão da decisão de não construção da Barragem de Girabolhos foi manifestado ali em Câmara no dia 27 de abril de 2016 e que resulta do texto da ata, decorrendo da mesma que era depositado no Presidente da Câmara a confiança para negociar o conjunto de investimentos que minorassem, na medida do possível, os impactos negativos da não construção da Barragem de Girabolhos. Foi com esse pressuposto que ele, Senhor Presidente, presumindo o consentimento e a aceitação de todos e naquilo que foi possível negociar, consensualizou com a Endesa um conjunto de investimentos no Município de Nelas que, de acordo com o protocolo que foi assinado, tem a possibilidade de ter variações em função da execução concreta das obras. Quem vai fazer as obras é a Endesa, que vai pedir os orçamentos aos empreiteiros, conseguiu-se negociar isso. Cada uma das Câmaras indica um responsável de acompanhamento dos projetos e as Câmaras têm a possibilidade de dizer, por esse preço e nesse prazo a Câmara indica aquele fornecedor concreto desde que esse fornecedor cumpra as normas e as regras da própria Endesa. O Executivo vai ter sempre a possibilidade, não da Endesa contratar com a empresa Oliveiras uma obra por 100, quando a Câmara tem um fornecedor local, os Irmãos Almeida Cabral, ou a Embeiral, ou outros, que possa fazer por 80, ou por 70. Por isso no Anexo ao Protocolo não estão valores. Existe uma estimativa. Não estão referenciados valores, estão identificadas uma série de medidas, de obras, e que serão realizadas segundo o compromisso assumido pela Endesa, terão que ser iniciadas todas até ao final do ano de 2017 e serão que ser finalizadas até ao final do verão de 2017, mas, pelo menos iniciadas têm que ser por razões orçamentais internas da própria Endesa. Além deste investimento líquido para o Município de Nelas de 1,5 milhões de euros



### Reunião de 13/07/2016

em obras, este valor pode chegar aos 2 milhões de euros em função de duas variáveis que também estão expressas ali no Acordo, que é o cumprimento da DIA – Declaração de Impacto Ambiental, implicar um valor inferior àquele que está projetado pela própria Endesa, que são 2 milhões de euros. Portanto, no Município de Nelas foi o caso da pavimentação do arruamento que foi aberto entre a Póvoa dos Luzianes e a margem do Rio Mondego, cerca de 500 metros. E do lado de Seia, cerca de 5 kms de pavimentação de um arruamento que foi aberto. Presumiram os Municípios que daí ainda se possa libertar, para os quatro, no mínimo mais 1 milhão de euros porque não serão necessários 2 milhões de euros para acabar de cumprir a Declaração de Impacto Ambiental, o que dá mais 250.000,00 euros para cada Município. Além disto, foi pedida uma informação ao Ministério das Finanças se as obras a serem efetuadas pela Endesa se: 1.º - a que taxa de IVA é que estavam sujeitas e se a Endesa podia deduzir o IVA, sendo que, no caso de deduzir o IVA, o IVA seria neutro. Sendo neutro, acrescia aos 1,5 milhões de euros mais o valor do IVA. É o que está previsto também no acordo. Tudo conjugado, o acordo, se a Endesa poder deduzir o IVA das obras e se a Endesa não gastar mais de 1,5 milhões de euros no cumprimento da DIA, este valor de obras líquidas a realizar pela Endesa e a transmitir depois para o Município de Nelas, pode chegar a um valor próximo dos 2 milhões de euros. Além disso, foi também assumido o compromisso pelo Ministério do Ambiente, no dia 30 de junho, que em setembro ia haver uma reunião com os quatro Municípios, com projetos concretos para abertura de um aviso fechado dirigido a Nelas, Mangualde, Seia e Gouveia, de 6 milhões de euros, para investimentos no âmbito do PO SEUR, no domínio do ciclo da água, que o Executivo vai tentar que seja também da iluminação eficiente, que seja também de recuperação de zonas industriais degradadas, que seja noutros âmbitos. O Executivo está também internamente a preparar um conjunto de projetos e de ideias para em setembro se sentarem com o Senhor Ministro do Ambiente para ele abrir um aviso fechado aos Municípios, de 1,5 milhões de euros para cada um deles. Foi efetuada uma estimativa para cada uma das obras. A obra que o Executivo considerou e ele, Senhor Presidente, considerou desde logo extremamente importante para a Freguesia de Senhorim, se bem que isto é uma infraestrutura cuja não execução não prejudica só a Freguesia de Senhorim, é o Município de Nelas. Era o emprego que se ia gerar, era a mais-valia, eram as dormidas, era a hotelaria, era todo o Município que está em causa e não, exclusivamente, a Freguesia de Senhorim, se bem que a Freguesia de Senhorim foi logo salvaguardada a preservação dos seus interesses, em três áreas essenciais. Por um lado a rede viária. E considerou rede viária da Freguesia de Senhorim, a mais afetada, que seria a estrada de São João do Monte à Póvoa dos Luzianes. Está prevista a requalificação dessa estrada com guardas de proteção e com um novo pavimento. Essa estrada tem até o mesmo nome, que é a 1.446, ou 1.445, que é a estrada de ligação de São João do Monte às Caldas da Felgueira. A continuação da requalificação do troço entre a E.N. n.º 231 e as Caldas da Felgueira era a consequência natural da acessibilidade junto ao Rio Mondego, quer não só da Freguesia de Senhorim, como também da Freguesia de Nelas, que é ribeirinha do Rio Mondego. Está previsto para a estrada de ligação de São João do Monte à Póvoa dos Luzianes 194.000,00 euros e para a ligação da E.N. n.º 231 às Caldas da Felgueira 241.000,00 euros. Portanto, rede viária principal salvaguardada e também tinha sido feito sentir pelo Senhor Presidente da Junta essa preocupação há muitos meses, que era não descurar a requalificação daquela estrada que estava a ser utilizada no âmbito da execução das obras. Por outro lado era a parte



### Reunião de 13/07/2016

ambiental e no âmbito do estudo que o Executivo tem feito existem na Freguesia de Senhorim, nos 13 povoados dispersos em pequenos núcleos populacionais seria muito oneroso construir uma ETAR, ou duas ETAR,s de 1,5 milhões de euros, 2 milhões de euros, que seria o custo delas. Foi também feito um estudo relativamente à requalificação da rede de saneamento das fossas sépticas, requalificar as fossas sépticas, modernizá-las com um novo sistema que permita colocar os efluentes dentro dos valores limites de emissão para os cursos de água. Portanto, requalificar as fossas sépticas não apenas da Freguesia de Senhorim, que são 19 nas 13 localidades, mas mais 10, ou 11 do resto do Concelho, incluindo Fontanheiras, Póvoa de Santo António, Pisão. De acordo com o compromisso da Endesa será uma obra também que avançará rapidamente e custará à volta de 136.000,00 euros. Depois a parte social da Freguesia de Senhorim. E que para potenciar a aquisição que foi feita há 10 anos da Casa Almeida Henriques, em Vila Ruiva e dos contactos que houve com o Ministério da Solidariedade recentemente também com a presença do Senhor Presidente da Junta, foi prevista uma verba de 90.000,00 euros, por via deste acordo, para começar o processo de requalificação daquela Casa, acrescentando a isto a perspectiva, que estão a elaborar o projeto, de candidatura de uma oferta social para a Freguesia de Senhorim com Centro de Dia e Apoio Domiciliário, em Vila Ruiva, acrescentando a isto a aquisição da casa da família Félix para demolição e criar acessibilidades a este Centro de Dia. Portanto, foi feita esta aposta em termos sociais e também na requalificação da Escola Primária da Vila, onde está previsto gastar à volta de 30.000,00 euros, 32.000,00 euros, para fazer um Centro Comunitário que abranja ali as populações da Vila. De resto, foi tentado também distribuir estes 1,5 milhões de euros por outras necessidades que têm a ver também com a Freguesia de Senhorim. Existe ao lado da Faurécia a instalação de duas empresas, que é uma empresa de pálets e vai instalar-se uma empresa de transportes. É preciso requalificar e pavimentar aquele acesso na Zona Industrial, que é o que é referenciado na Zona Industrial ao lado da Faurécia previsto gastar 121.000,00 euros. É necessário dotar as instalações da empresa QBeiras, ou pelo menos fazer chegar até à entrada dessa empresa também condições dignas de acesso, pavimentadas, infraestruturadas, e foi estimado gastar 82.000,00 euros. É necessário fazer um acesso também pavimentado e infraestruturado, da E.N. n.º 234 à zona da empresa Batista & Loureiro, onde está também a Enernel já a funcionar com algumas dezenas de trabalhadores e do lado esquerdo o Ecoponto e também foi previsto gastar 89.000,00 euros. Só não foi ali, entretanto, incluída a requalificação, que era urgente fazer, da Zona Industrial da Ribeirinha, em Canas de Senhorim, pelas razões que ele, Senhor Presidente, já explicou, a Auto Europa exigiu que até ao final dos meses junho/julho, estão a acabar as obras, estão em grande progresso, foi possível reunir em termos orçamentais próprios internos da Câmara um investimento que permite dotar a Zona Industrial da Ribeirinha. Portanto, investimentos em áreas industriais, que ainda que não sendo investimento direto na Freguesia de Senhorim, são investimentos transversais a todas as Freguesias do Concelho. Depois ainda a questão de ruas e de situações que existem no Município de Nelas e que por via desta possibilidade de investimento podiam ter um incremento e podiam ser resolvidas. Há um problema grave de acessibilidades e de trânsito pesado no interior de Santar e, portanto, é continuar a Variante que foi começada há alguns anos e pavimentar e infraestruturar a Rua da Soma no sentido de permitir o desvio da maior parte do trânsito do centro de Santar para a Rua 25 de Abril e para a E.N. n.º 231. Na Aguieira existe uma Variante, rasgada há mais de 10 anos, a que as



Reunião de 13/07/2016

populações também não compreendem como é que passaram 10 anos, ou 12 anos e a Variante seja apenas rasgada em terra e todos os anos temos que passar lá a motoniveladora várias vezes e também está previsto ali avançar com investimentos de pavimentação, e infraestruturização da Variante da Agueira. E na Lapa do Lobo existe uma rua que há décadas, onde vivem já dezenas de pessoas e onde há mais de uma dezena de habitações, que é a Rua do Castelão, também está em terra batida sem quaisquer infraestruturas há muito tempo. Estes 1,5 milhões de euros são uma estimativa para este centro de custos porque a Câmara Municipal e os Serviços Técnicos da Câmara estão envolvidos em múltiplas candidaturas, quer na candidatura da ETAR de Nelas III e Sistema Intercetor, uma obra superior a 4 milhões de euros, quer na negociação agora no lançamento do concurso para a Loja do Cidadão, quer na candidatura e agora na negociação e depois nas candidaturas concretas dos investimentos do Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial da CIM, como as Escolas Primárias, pedir projetos e acompanhar a execução das obras, quer na negociação e depois acompanhar os projetos das áreas de acolhimento empresarial a que o Executivo se candidatou e tem expectativa de haver investimento de 1 a 2 milhões de euros pelo menos, que o Executivo se candidatou num valor de 10 milhões de euros, mas cuja expectativa é ter neste momento, sem prejuízo de reprogramações futuras, de pelo menos 2 milhões de euros. Acompanhar os projetos e a execução dos mesmos das 6 ETAR,s a que a Câmara se candidatou, num valor de 1,5 milhões de euros e a um novo sistema de água com telegestão de mais 1,5 milhões de euros. Ele, Senhor Presidente, entendeu criar um centro de custos próprio para acompanhamento destas obras da Endesa e nesse sentido contratou uma empresa para acompanhar durante um ano a execução de todos estes projetos e que permita através da possibilidade do Executivo indicar fornecedores alternativos, de fazer medições de trabalho, de acompanhar no terreno a execução das obras cujo dono de obra é a Endesa. Entendeu, por bem, criar ali um centro de custos autónomo e contratar a empresa Norma Point, representada pelo Senhor Eng.º Álvaro Carvalho Figueiredo que por um custo aproximado, cujo procedimento está feito, de 20.000,00 euros, ou 24.000,00 euros, 2.000,00 euros por mês, durante um ano, que sejam 30.000,00 euros no máximo, acompanhará um investimento de 1,5 milhões de euros e que pode chegar aos 2 milhões de euros, acompanhando de perto, dia a dia, a feitura destas obras. Portanto, foi com este espírito e com estas obras que todas elas podemos questionar maior volume aqui, ou menor volume além, ele, Senhor Presidente, fez uma estimativa das obras direta e indiretamente ligadas à Freguesia de Senhorim, tirando a questão da E.N. n.º 231 às Caldas da Felgueira, dá cerca de 30% de investimento na Freguesia de Senhorim, que são as obras ligadas diretamente ligadas á Freguesia de Senhorim e 1/7 do investimento nas zonas industriais porque a Freguesia de Senhorim também faz parte do Concelho. Quer transmitir á Câmara que neste processo sente-se muito confortável. Não foi tentado a fazer obras que não fossem absolutamente necessárias, que não fossem investimentos completamente reprodutivos dos pontos de vista ambiental, social, industrial e do ponto de vista urbanístico e das acessibilidades, que abrangessem de uma forma generalizada no Concelho todo, toda a população. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só queria que, de facto, este protocolo e este assunto tem corrido na maior das inverdades que ele já viu. Não trouxe mas pode apresentar na próxima reunião de Câmara que o Senhor Presidente dizia que este investimento da



### Reunião de 13/07/2016

HidroMondego ia para 3 milhões de euros. Está escrito. Teve o cuidado de falar com o Senhor Presidente da Câmara de Mangualde e perguntar-lhe se, de facto, era verdade, ou não e ele disse que não, Manuel Marques, não é verdade, isso é mentira. Isso saiu na imprensa. Por acaso não tirou essa cópia. Mas hoje o Senhor Presidente já vem dizer 2 milhões de euros. É como a questão das zonas industriais. Começou em 10 milhões de euros, hoje já vem dizer que possivelmente, eventualmente, vamos ter 1 milhão de euros, não vamos chegar aos 2 milhões de euros. É uma forma eleitoralista de lidar com os números e uma forma tão inverdadeira que o Senhor Presidente tem para lidar e para apresentar às populações. Não é verdade que ele, Vereador Dr. Marques, na reunião que o Senhor Presidente referiu de 27 de abril de 2016, lhe tenha dado toda a anuência à decisão do Senhor Presidente. Aliás, teve o cuidado de dizer que o Senhor Presidente afastou claramente deste processo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim que foi democraticamente eleito tanto quanto o Senhor Presidente, ou mais ainda porque na Freguesia de Senhorim não surgiram dúvidas quanto ao resultado das eleições e no Concelho surgiram aqueles resultados que elegeram o Senhor Presidente e por isso é que ele diz que o Senhor Presidente é um Presidente de direito e não de facto. Indo à questão da formalidade do contrato o Senhor Presidente tenta puxar para fazer ver ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim e às populações da Freguesia de Senhorim que este projeto foi quase todo para Senhorim. Até diz que ao lado da Faurécia vai lá investir 120.000,00 euros, que na QBeiras vai lá investir 182.000,00 euros e diz que isto também é para Senhorim. Pois, obviamente, se construir, no modo de explicação do Senhor Presidente e no seu modo de pintar as questões, se fizer uma questão nas Caldas da Felgueira, ou se fizer uma questão nas Fontanheiras, ou se fizer uma questão na Lapa do Lobo, a Freguesia de Senhorim, certamente, também beneficiará por isso. Ótimo. Acha muito bem. Mas há ali uma coisa que o Senhor Presidente juntou a per si nesta questão do protocolo. Eliminou logo de início o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim. Eliminou, secundariamente, os Senhores Vereadores, ao contrário das outras Câmaras Municipais que foram participativas neste protocolo. Ele, Vereador Dr. Marques, teve o cuidado de pedir autorização ao Senhor Presidente da Câmara de Mangualde porque não foi às outras, o edital 97/2016, que diz: Reunião Extraordinária da Câmara Municipal de Mangualde – João Nuno Ferreira Gonçalves Azevedo, Presidente da Câmara, convoca uma reunião extraordinária para o Órgão Executivo a realizar no próximo dia 30 de junho, quinta-feira, exatamente no mesmo dia que o Senhor Presidente foi a Lisboa assinar o protocolo, pelas 9 horas, no Auditório dos Paços do Concelho, com a seguinte Ordem do Dia e ponto único – Acordo quadro a celebrar entre a HidroMondego – Hidroelétrica do Mondego, Ld.<sup>a</sup> e o Município de Mangualde como forma de atenuar o impacto negativo do cancelamento do projeto de aproveitamento hidroelétrico de Girabolhos – Aprovação. É assim que funcionam as questões. É assim que se respeita o Órgão Câmara Municipal. Não. O Senhor Presidente preferiu arranjar para aí mais uma manigância de distribuir mais uns dinheiros aí para uns indivíduos quaisquer como fez com os indivíduos dos fundos disponíveis, como fez para os fitofarmacêuticos, como fez com a AGR, e já vamos para aí nos 400.000,00 euros de pessoas de apoio ao seu gabinete e arranja para ali um indivíduo que nem sabe quem é, para vir gerir as questões do impacto ambiental, passando um atestado de incompetência aos Funcionários da Câmara. Essas é que são as verdades dos factos e o Senhor Presidente daí não pode escamotear. Em bom rigor jurídico e pese embora tenha tirado o curso no tal aviário, acha que



Reunião de 13/07/2016

no protocolo devia constar efetivamente, porque ele não foi aprovado na reunião de Câmara que isto ficaria sujeito à ratificação do mesmo órgão para lhe transmitir vínculo jurídico e vínculo administrativo. Teve algum cuidado de fazer um documento escrito porque já sabe como o Senhor Presidente é, vai às atas e elimina aquilo que ele, Vereador Dr. Marques, diz e sobrepõe aquilo que o Senhor Presidente quer dizer, para, claramente, no futuro e quem vier ver que, de facto, isto não é nada disto. Eu é que era o bom e o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques é que arranjava para ali as confusões. Mas ia ler aquilo: *Reunião Ordinária de 27 de julho de 2016 – Continuação da reunião ordinária de 13 de julho de 2016 – Acordo Quadro celebrado entre a Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Ld.ª e o Município de Nelas – Ratificação – Declaração de voto – Na sua senda da política antidemocrática, de inverdades, que em alguns casos nem o “Botas de Santa Comba” usou, o atual Presidente da Câmara Municipal de Nelas decide unilateralmente casos de maior importância para o nosso Concelho sem sequer dar conhecimento aos Vereadores da Oposição. Estamos a falar concretamente no acordo celebrado com a Hidroelétrica do Mondego, Ld.ª e o Município de Nelas que hoje aqui apresenta nesta reunião para ratificação. Antes de entrar no conteúdo objetivo do protocolo, “pela rama”, na minha humilde opinião quero afirmar que este ato está ferido de vício de procedimento gerando a anulabilidade. Pois que o mesmo não foi sujeito à deliberação do órgão, nem no seu clausulado consta que o mesmo seria sujeito a ratificação, eventualmente faltou-se à verdade aos representantes legais da Hidromondego. A figura da ratificação resultante do n.º 3, do artigo 35.º, da Lei n.º 75/2013, de 12/09, prescreve o seguinte: Em circunstâncias excecionais e está sublinhado meu, no caso de por motivo de urgência não poder ser possível reunir extraordinariamente a Câmara Municipal, sublinhado meu, o Presidente da Câmara pode praticar quaisquer atos da competência desta Câmara, ficando os mesmos sujeitos a ratificação na primeira reunião realizada após a sua prática sob pena de anulabilidade. A figura da ratificação, de uma forma contínua, usada pelo Presidente da Câmara, na minha modesta opinião, é um procedimento ilegal considerando que nunca foi votado o preceituado na norma. Assim, circunstâncias excecionais e não ser possível a reunião reunir extraordinariamente em Câmara Municipal. Ora, toda a gente sabe que o Presidente da Câmara Municipal de Nelas já convocou reuniões extraordinárias para discutir e aprovar questões de lanacaprina, sem grande interesse para o nosso Concelho. Aliás, recordo os ataques cerrados nessa reunião que foi para esse efeito convocada ao anterior Executivo. Recordo, para já, tão só e apenas a reunião convocada para o dia 4/12/2013, entre outras. Com um simples gesto, um telefonema do telemóvel pago pelo Município que serviu para fins partidários, designadamente convocar militantes e simpatizantes do Partido Socialista, dar-nos-ia conhecimento do conteúdo do protocolo que hoje aqui se pretende ratificar. Os Senhores Presidentes de Câmara dos outros Concelhos envolvidos convocaram reuniões extraordinárias só para os efeitos de aprovação do protocolo. Tem-nos demonstrado a prática corrente que Borges da Silva entende a gestão da Autarquia como sua, comparando-a à sua quinta, centralizando-a em si próprio toda a gestão da Autarquia. Saiba-se lá bem porquê. Recordo aqui a opinião de um velho militante socialista da nossa praça com responsabilidades autárquicas e diretivas no Partido Socialista que vai dizendo: Este Presidente da Câmara é comparável a uma criança. Deram-lhe um brinquedo. Enquanto não se aborrecer dele não permite que alguém lhe toque. Prometeu o atual Presidente da Câmara, através da imprensa, e disso deu conhecimento aos*





Reunião de 13/07/2016

*Municípios, uma gestão autárquica de transparência e aberta. Efetivamente tem-se visto exatamente o contrário. Por isso, desde a primeira hora que condeno a atitude do Presidente da Câmara em chamar só para si todas as negociações da Autarquia, nas quais se incluem estas negociações do protocolo, excluindo mesmo o Senhor Presidente da Junta da Freguesia mais afetada. Para atenuar esta falta de democracia e de respeito por quem foi eleito pelo Povo e aqui refiro-me concretamente ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, o Presidente da Câmara emite a expensas dos cidadãos, uma vergonhosa nota de imprensa, mais uma vez usando a mentira política nos seguintes termos: “Endesa vai investir pelo menos 1,5 milhões de euros em obras no Concelho de Nelas. Freguesia de Senhorim absorve 46%”. É exatamente esta notícias que temos aqui neste jornal. Rotundamente falso. Consultando o mapa anexo ao contrato verificamos o seguinte: Listagem geral das obras no valor de 1.516.444,55 euros. No mapa também verificamos os investimentos na Freguesia de Senhorim: Ligação da Estrada de São João do Monte – Caldas da Felgueira – 194.676,22 euros; Oferta Social: Centro Comunitário de Vila ruiva – 90.000,00 euros; Requalificação da Escola Primária da Vila – 32.000,00 euros e Requalificação da Rede de Saneamento – Fossas Séticas - 136.351,71 euros. Ora, somando estes valores verifica-se que da indemnização pelo cancelamento da Barragem de Girabolhos a Freguesia de Senhorim absorve apenas e tão só, 453.027,93 euros, correspondendo tão só e apenas 30% do valor do apoio dado pela Endesa. Mais uma vez aqui o Presidente da Câmara faltou à verdade. Abandonou o Presidente da Câmara Municipal de Nelas as obras prometidas na reunião de Câmara de 27.04.2016 em que se comprometeu: melhoria das acessibilidades da Freguesia de Senhorim; um bom caminho entre a Póvoa de Luzianes e a pista de motocross em Vila Ruiva, uma ligação ao Concelho de Mangualde, falou ainda na ligação Moinhos/Póvoa de Luzianes. Também prometeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim e está ali presente, a pavimentação da estrada de Vila Ruiva a São João do Monte que foi deteriorada completamente pelos camiões e a pavimentação do caminhos que liga Vila Ruiva à estrada de ligação das Carvalhas ao Outeiro de Espinho. Miseravelmente para enganar as populações, designadamente as da Freguesia da área da minha residência, adicionou o valor de 241.237,44 euros, para dar os tais 46%, correspondendo à ligação da E.N. n.º 231, estrada de Seia - Caldas da Felgueira, como sendo território da Freguesia de Senhorim. De facto, está mais rica a Freguesia de Senhorim e está mais pobre a Freguesia de Nelas. É que a Freguesia de Nelas chega até metade da ligação da estrada, mais ou menos aí, da estrada entre a ponte e a Póvoa de Luzianes. Pelo menos é isso que quando há limpezas é o que lhe têm dito, Nelas ajuda a participar. Também para enganar as populações das Freguesias inclui no protocolo as fossas de Senhorim, documento n.º 2. Mas então o saneamento básico da Freguesia de Senhorim não vai ser contemplado pelas candidaturas do PO SEUR? Certamente, sim. E isso resulta da nota de imprensa distribuída pela Câmara Municipal no dia 27/07/2016, na qual se refere como: Câmara de Nelas candidata-se a 6 novas ETAR,s, funcionamento comunitário de 85% em fase de adjudicação e recuperação de 29 fossas com carvão ativado 19, sendo 13 das localidades da Freguesia, documento 3. Eventualmente, não poderemos estar presentes de uma forma ilegal de obtenção de fundos comunitários? É a pergunta que eu levanto. Em política não vale tudo! Pelo menos as inverdades constantes às populações. Eu próprio mentiria se não desejasse que toda a indemnização dada pela não construção da Barragem de Girabolhos fosse aplicada na Freguesia de Senhorim. Só que*



Reunião de 13/07/2016

*todo o nosso Concelho foi afetado no seu desenvolvimento económico e fixação de população que diminuiu ao contrário do que o Presidente da Câmara diz e queria ver ao fim do mandato que produziu 350 pessoas, e porque sou Vereador e vejo o nosso concelho como um todo, é legítimo ver a indemnização ser distribuída por todas as populações. Mas, obviamente, que a Freguesia de Senhorim deve ter uma majoração na distribuição da indemnização dado que a malha viária da Freguesia sofreu grandes danos pela situação de veículos pesados ao serviço das obras de início da construção da barragem. Acresce ainda a este facto o abandono de alguns projetos turísticos que alguns particulares levariam a cabo na zona da albufeira de que pelos menos um destes temos conhecimento. Lamentavelmente, as obras indicadas na listagem geral, anexa ao protocolo, resulta da sua leitura que algumas populações não beneficiam de um cêntimo desta indemnização, designadamente: Vilar Seco, Carvalhal Redondo, Nelas e Canas de Senhorim. Para cego ver, com o devido respeito que esses deficientes me merecem, junta ao protocolo uma listagem das nossas Associações para eventualmente protocolar, protocolar o quê? Só se for para servir mais uma vez a campanha ilusionista do Presidente da Câmara. Quando na listagem geral aparece lá o valor de 0,00 euros, mais uma inverdade, mais uma farsa eleitoral. Aliás, consultámos alguns protocolos dos outros Concelhos envolvidos e não anexaram esta listagem. E quanto eu saiba esta negociação foi unânime aos 4 Concelhos. Voltando às elencadas obras referidas pelo Presidente da Câmara após agora à Freguesias de Nelas na Zona Industrial. Obras aí previstas foram objeto de candidatura aos fundos comunitários, os tais 10 milhões de euros que agora voltam a chegar eventualmente a 1 milhão de euros, ou 2 milhões de euros. Não estaremos aqui também a configurar uma obtenção ilegal de fundos comunitários? Por todas estas injustiças na distribuição do valor da indemnização e todas as inverdades aí usadas e eventuais ilegalidades, solicito ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas que aqui nesta reunião se comprometa a solicitar à Endesa uma alteração ao protocolo, devidamente aprovado pelo órgão, Câmara Municipal. Já me bastaram processos judiciais de denúncias cobardes, eivadas de ódio e perseguição de dois, ou três que se esconderam atrás do anonimato, ou no uso indevido do nome de uma cidadã desta terra. Refiro-me ao processo das bombas do Pingo Doce. Não o fazendo, mesmo sob a ameaça e coação do Presidente da Câmara Municipal de Nelas, que nos vai habituando pela verdade votarei contra as inverdades, contra as farsas e contra as injustiças e inevitavelmente votarei contra este protocolo e disso darei conhecimento aos responsáveis legais da Hidromondego e às populações. Por isso quero terminar, fazendo um apelo ao Presidente da Câmara Municipal de Nelas, que trate este órgão, Câmara Municipal, com verdade e certamente todos os incidentes ocorridos nas reuniões de Câmara, de uma vez por todas, terminarão e não necessitará de, abusivamente e ilegalmente, suspender, ou encerrar reuniões. Nelas, 27 de julho de 2016. O Vereador do CDS/PP.” Estava ali a nota de imprensa do Senhor Presidente a dizer que havia 46% quando não chega a 30%, estava ali a dizer que o Senhor Presidente vai requalificar as 13 fossas de Senhorim com o dinheiro da Barragem. Estava ali o Senhor Presidente a dizer que as 3 fossas são objeto de candidaturas de financiamento e que serão cofinanciadas por 85% e estão ali 10 milhões de euros em estras que agora o Senhor Presidente quer ver alcatroadas e requalificadas com o dinheiro da Endesa. Estão ali sobreposição de obras e para ele, Vereador Dr. Marques, é uma fraude na obtenção dos fundos comunitários. Já teve alguns processos judiciais dos quais foi denunciado vilmente,*



## Reunião de 13/07/2016

cobardemente e felizmente que nos 10 processos judiciais que teve em todos foi absolvido exceto naquele que defendeu o anterior Presidente da Câmara do Partido Socialista que Deus lá tenha em descanso e que a terra lhe seja leve, quando foi responder processado pelo atual Senhor Presidente da Câmara e pela sua escola num processo de liberdade de imprensa de um artigo que saiu no Planalto. Ele, Vereador Dr. Marques, não está sujeito, com convicção, votar uma causa que lhe pode trazer responsabilidades criminais e civis. Ou o Senhor Presidente altera este protocolo, no mínimo retira-lhe as obras que são objeto de candidatura aos fundos comunitários e votará mesmo a custo porque o Senhor Presidente abusou deste Órgão porque sabia com ele fazia, ia pôr um comunicado na rua a dizer que os marotos, os malandros, os terroristas, os javardos, como o Senhor Presidente costuma apelidar os Senhores Vereadores, não quiseram aprovar este protocolo. Não. É uma questão de lei. É uma questão de justiça. Foi ouvido pela PJ 10 vezes enquanto Autarca, foi constituído arguido não sabia quantas vezes enquanto Autarca, mas foi sempre envolvido pelas injustiças que aquela terrível escola que vigorou desde 2005 em que atacaram Presidentes de Câmara, em que atacaram o Partido Socialista, em que atacaram os industriais deste Concelho, não vai dar para esse peditório. Ou o Senhor Presidente corrige o protocolo e manda a correção para a Endesa, que está a todo o tempo de o fazer, ou então ver-se-á obrigado, com muito custo e sob pena de vir a sofrer na pele aquelas inverdades do Senhor Presidente e o seu modus operandi de fazer política, mas a sua consciência diz-lhe que não quer mais processos em tribunal, pelo menos que ele, Vereador Dr. Marques, os faça em consciência. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que em relação ao protocolo também gostaria de ter tido uma opinião mais cedo. No entanto, estão ali a discutir o que têm ali agora. Nesse sentido sugeria ao Senhor Presidente que, depois da intervenção que fez, se houver ainda lugar a inserir ali algumas obras, ou algumas situações, que fossem tidas em atenção algumas que ia apontar ali. Desde logo, uma estrada que liga em Casal Sandinho a rotunda da vinha até à Zona industrial de Nelas, acha que também necessitava de ser intervencionada. A Escola das Carvalhas, nas escolas todas da Freguesia de Senhorim, é aquela que está em pior estado e também se podia ter aproveitado. Gostava de ouvir o Senhor Presidente em relações às associações o que é que reflete este valor de 0 e o que é que poderá trazer para as associações. Na parte do apoio social, que foi falado ali aquando do Orçamento Municipal, o reforço do apoio social na Freguesia de Senhorim, acha que devia também ficar ali até com algum meio de transporte para que pudesse ser feito esse apoio a nível das localidades da Freguesia. Por último e porque foi feito um investimento significativo na aquisição do terreno para o cemitério de Senhorim. Na altura falou ali no crematório, acha que podia ser também aproveitado esse valor para fazer um crematório no Concelho de Nelas e situado na Freguesia de Senhorim. Gostava só de saber na parte das associações, os valores, como é que se poderá refletir, ou não, nas associações. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que queria manifestar o seu apoio em relação ao conteúdo do protocolo, mas um desacordo completo em relação ao anexo em que é elencado um conjunto de obras e de intervenções que ficou a saber agora e pede para o Senhor Presidente depois confirmar, nem sequer seria necessário indicar, ou obrigatório indicar. Votaria favoravelmente este protocolo se ele fosse expurgado do seu anexo, ou eventualmente, podem votar em separado o protocolo e o anexo. Mas o protocolo



### Reunião de 13/07/2016

com o anexo incluído não poderá merecer a sua aprovação porque, de todo, discorda do conteúdo do anexo. Assume esse desacordo. Assume a sua origem na Freguesia de Senhorim e a defesa intransigente num momento único, que não se repetirá tão cedo, a defesa intransigente daquilo que serão os mais elementares e legítimos direitos da Freguesia a ter uma oportunidade para se valorizar, para ter algum investimento digno desse nome e não, como se faz ali naquele anexo, disfarçadamente incluem-se umas verbas para Senhorim. No fundo o que se pretende é fazer outras obras que são importantes, contra as quais não tem rigorosamente nada, mas que não foram executadas por inépcia de Executivos anteriores, foram prometidas e são reclamadas desde há muitos anos. Justifica-se a sua execução. Mas não, repetia, não à custa daquilo que será a minimização de um pacote financeiro que deveria ser exclusivamente, ou quase, dedicado à Freguesia de Senhorim. Não pode deixar passar em claro, porque é uma questão política também importante, o facto do Presidente da Câmara ter assinado este protocolo sem ele ter sido previamente discutido, ou sequer dado nota, ou sequer uma simples informação à Câmara Municipal e teve, de facto, oportunidade para o fazer porque além da figura da reunião extraordinária, poderia ter usado uma reunião ordinária que decorreu 2, ou 3 dias antes e que pensa que o Senhor Presidente já estaria na posse destas informações, portanto, não custava nada dar essas informações à Câmara e como tal envolver também os restantes Vereadores nesta discussão e na aprovação deste protocolo. O protocolo em si não tem nada de mal. Agora, as obras elencadas, é que lhe parece que não são justas e mereciam uma redefinição. Portanto, se o Senhor Presidente de Câmara quiser retirar o anexo e votar apenas o texto do protocolo, votará favoravelmente. Se incluir o anexo não votará. E porque também não foram respeitadas as recomendações que ali foram proferidas, pelos diversos Vereadores, numa reunião já há algum tempo em que foi abordado este assunto e em que o Presidente de Câmara foi mandatado para negociar os termos do protocolo e depois traria a reunião de Câmara a conclusão dessa negociação para ser, por eles, aprovada antes da sua assinatura. E essas recomendações apontavam para que as verbas provenientes deste protocolo fossem exclusivamente, ou quase exclusivamente, aplicadas na Freguesia de Senhorim. Isto seria uma oportunidade única que a Freguesia de Senhorim tinha para recuperar algum atraso. Todos sabem e todos concordam, embora nem todos o tenham defendido e o continuarão a defender, que a Freguesia de Senhorim é uma Freguesia com um nível de desenvolvimento muito inferior às restantes Freguesias. É uma Freguesia muito carente, até pela sua dispersão, de todo o tipo de infraestruturas, desde rodoviárias, até saneamento, sem falar nos equipamentos sociais. É uma Freguesia carente em todas as áreas, muito mais carente que as outras Freguesias e teriam ali uma oportunidade de ouro para introduzir ali um fator de justiça e aquilo que se chama uma discriminação positiva em relação à Freguesia de Senhorim. Desde logo e porque é uma obra emblemática que vendo reclamada desde algumas gerações a construção de um equipamento social a sério. Sabem que ele, Vereador Adelino Amaral, esteve envolvido num projeto deste tipo que, infelizmente, não foi objeto de financiamento apesar da candidatura ter sido aprovada e teriam ali uma oportunidade para repor a ideia, ou para repor o sonho desse equipamento. O Senhor Presidente e os Senhores Vereadores Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas e Dr. Alexandre Borges, lembram-se, estiveram naquela mesa, reunidos com os responsáveis da Endesa quando eles vieram apresentar ali o projeto. E a única frase que lhe ouviram dizer, as únicas palavras que ele disse durante essa reunião foi exatamente isto, quando houvesse contrapartidas pela execução da



Reunião de 13/07/2016

Barragem de Girabolhos, ou quando houvesse disponibilidade por parte da empresa para avaliar a possibilidade de haver essas contrapartidas, por favor lembrem-se que a Freguesia de Senhorim é uma Freguesia carente e necessita urgentemente dum equipamento social a sério. Esse foi o seu pedido. Essa é a sua ideia. Esse é o seu sonho que hoje ali renova depois de o ter feito aos responsáveis da Endesa. Portanto, não lhe chocaria nada e diz com toda a franqueza, que todo este dinheiro que vem desta compensação fosse aplicado numa obra social na Freguesia de Senhorim. Esta obra social não tem rigorosamente nada a ver com as duas pertenças obras sociais que estão incluídas no anexo, que é a recuperação de um edifício em Vila Ruiva e é a recuperação da Escola da Vila de Senhorim, 90.000,00 euros previstos para a requalificação de uma casa, 90.000,00 euros para a requalificação de uma casa para Centro Comunitário em Vila Ruiva, 32.000,00 euros para requalificação da Vila, sim senhor, é bom requalificar a Escola, requalificar o edifício que foi adquirido para integração na via pública, ou para, eventualmente, algum equipamento coletivo também é bom. Mas não se pode confundir estas duas rubricas com aquilo que são as necessidades sérias e reais da Freguesia de Senhorim, que só com um grande investimento, com um investimento de grande dimensão podem ser mitigadas. O que é curioso é que estas duas obras, o Centro Comunitário de Vila Ruiva e a requalificação da Escola Primária da Vila foram apresentadas pelo Presidente de Câmara como tendo o apoio do Governo e do Senhor Ministro dos Assuntos Sociais para a sua concretização. Se tinham o apoio do Governo, se foram anunciadas e garantida a sua concretização por apoio do Governo porquê incluí-las neste protocolo? Então vai haver duplicação de investimento nestas duas rubricas? Então o Governo vai fazer um Centro Comunitário em Vila Ruiva e a Endesa vai fazer outro? O Governo vai requalificar uma parte da Escola Primária da Vila e a Endesa vai requalificar outra? Das duas uma, ou há uma mentira velada, ou há uma duplicação de investimento. O mesmo se passa com as fossas sépticas na Freguesia de Senhorim. Então elas não são objeto de candidatura? Então as candidaturas, se aprovadas, depois anula-se o efeito deste anexo? Então se anula o efeito deste anexo então é melhor à partida redefinirem o que consta do anexo. O mesmo em relação às intervenções previstas nas zonas industriais. Então se elas serão objeto de candidatura porquê incluí-las neste protocolo? Este protocolo, na sua opinião, deveria ser dirigido para obras que não são passíveis de candidatura, para obras de vulto na Freguesia de Senhorim. Outra obra que está incluída e que lhe parece até um pouco ridícula é a requalificação da estrada de São João do Monte aos Luzianes. Quem passa naquela estrada, que é uma estrada fundamental neste momento, vê que o seu traçado sinuoso, apertado, cheio de curvas, com grandes inclinações, é um traçado perigoso. Ali não se trata de, pura e simplesmente, como vem ali no caderno de encargos, pôr-lhe uma camada de alcatrão e alargar e limpar as valetas. Esta obra deveria ser objeto duma retificação do seu traçado e de uma requalificação profunda. É uma obra importante, mas aquela intervenção que estava ali prevista parece-lhe de todo insuficiente. Também deriva ali das recomendações da reunião de Câmara que na eventualidade de não ser aplicado todo o pacote financeiro em Senhorim poderia eventualmente estender-se e foi essa a interpretação que ele, Vereador Adelino Amaral, pretendeu ali deixar e fez, ela poderia ser alargada à zona ribeirinha do Rio Mondego. Eventualmente, poder-se-ia aproveitar, até para fazer um plano estratégico, para fazer alguma intervenção em toda a zona ribeirinha que vai até à Felgueira, que se pretende fomentar como centralidade em como coração de uma zona termal e ribeirinha para aproveitamento turístico e



Reunião de 13/07/2016

isso tudo. Seria essa, no seu ponto de vista, a única exceção. Todas as outras obras que, repetia, não merecem nenhuma objeção da sua parte, mas todas as outras obras que são reclamadas há muito tempo não deveriam ser executadas à custa deste pacote financeiro que, repetia, deveria ser alocado quase, ou exclusivamente, à Freguesia de Senhorim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que queria secundar as opiniões do Senhor Vereador Adelino Amaral, o que o Senhor Presidente ficou mandatado para negociar e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também não tem nada de fundo, ou mesmo nada contra o protocolo em si. Acha que é um bom protocolo, a Câmara poder encaixar até 2 milhões de euros relativamente às compensações que a Endesa eventualmente terá que fazer pela não construção da Barragem de Girabolhos. Mas quanto aos anexos e às obras ele também tem algumas reservas. Algumas são aquelas que o Senhor Vereador Adelino Amaral referiu. A estrada de ligação entre as Caldas da Felgueira e a E.N. n.º 231, pelo que viu não tem um metro que seja na Freguesia de Senhorim e o que têm ali é menos de 30% do valor investido na Freguesia. Ressalvar ali que o investimento que a Câmara fizer na Freguesia de Nelas, eventualmente, beneficiará todo o Concelho, mas isso é válido para todas as Freguesias. Também repara que a Freguesia de Canas de Senhorim tem 0 euros de investimento e a Freguesia de Vilar Seco também tem 0 euros de investimento. Também lhe parece que estar ali a duplicar, não sabe qual foi a abordagem e também gostaria de perceber, têm ali cerca de 300.000,00 euros de investimentos em zonas industriais que podiam, de alguma forma, ser redirecionados para candidaturas, que não podem ser objeto de candidaturas nomeadamente vias de comunicação. Por exemplo, em Vilar Seco a ligação à Zona Industrial a estrada também está a precisar de ser requalificada. Há ali aquelas questões. Também não tem absolutamente nada contra nenhuma daquelas obras. Percebe que não se possam fazer todas porque o dinheiro não é elástico, têm que se tomar opções. Agora, ele acha que o Senhor Presidente devia ter trazido aquilo a reunião de Câmara para se discutir porque estão a falar de 2 milhões de euros de investimento, não estão a falar de 150.000,00 euros, são 2 milhões de euros de investimento e, portanto, acha que a Câmara devia e deve ter uma palavra a dizer relativamente aonde é que este dinheiro vai ser aplicado e não se lembra de no mandato que os Vereadores atribuíram ao Senhor Presidente isso estar implícito. Acha que há ali um défice na Freguesia de Senhorim, devia ser maior, já foram ali avançadas algumas possibilidades. Ou este dinheiro é para distribuir por todas as Freguesias e distribuem por todas, ou então não ficam a chover no molhado que é investir em Nelas, que é aquilo que o anterior Executivo também fazia com muita frequência e o Senhor Dr. José Correia ainda mais e as outras Freguesias ficavam a olhar. Felizmente não é isso que tem vindo a acontecer. Ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também não queria que isso acontecesse. Estão ali alguns investimentos que foram candidatados a financiamento, não faz sentido que a Endesa os faça, porque não é a Câmara, é a Endesa que depois os vai fazer. Depois a Câmara desiste das candidaturas de fundos comunitários e o financiamento se as obras forem aprovadas e fica esse dinheiro para devolver a Bruxelas? Vota favoravelmente o protocolo se estas medidas forem reponderadas e também, não sabe se foi um lapso, mas a estrada que liga a E.N. n.º 231 às Caldas da Felgueira não tem um metro que seja na Freguesia de Senhorim. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que havia ali uma questão que tinha deixado passar. O Senhor Presidente teve uma reunião ordinária no dia 26/06/2016,



## Reunião de 13/07/2016

assina o protocolo no dia 30/06/2016, já tinha o protocolo na sua posse, aliás, resulta do artigo 53.º, n.º 2, da Lei n.º 35/2013, de 12/09, que os documentos têm que ser enviados aos Vereadores dois dias antes. Se o Senhor Presidente da Câmara de Mangualde convoca uma reunião extraordinária no dia 27 e juntou os documentos aos Senhores Vereadores da Oposição e aos do Poder, o Senhor Presidente, no mínimo, teria em seu poder no dia 27 o protocolo. Lamentavelmente, porque o Senhor Presidente queria negociar à sua boa maneira eleitoralista e já não engana ninguém. Para descoberta da verdade requer à mesa e que o Senhor Presidente sujeite a votação que abra uma exceção nesta reunião e que lhes permitissem que ouvissem o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, que lhe fez sinal que queria falar, queria ser ouvido, pois tem grandes questões para apresentar porque grande parte das suas questões também são da lavra do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, designadamente a promessa que o Senhor Presidente da Câmara lhe fez da ligação de Vila Ruiva à Povoia de Luzianes, a São João do Monte, a ligação do Caminho dos Barreiros às Carvalhas. Agora refere-se às questões levantadas pelos Senhores Vereadores Adelino Amaral, Artur Ferreira e Dr. Alexandre Borges. Se o Senhor Presidente decidir suspender este protocolo ele gostaria de ver algumas obras ali contempladas como fez o Senhor Vereador Artur Ferreira. A questão de votar em separado, sim senhor, concorda com o Senhor Vereador Adelino Amaral e então nesse caso retiraria também o seu voto contra a este protocolo se de facto vota contra o anexo e vota favoravelmente o protocolo. Os Senhores Vereadores têm o mesmo direito de voto que o Senhor Presidente tem. Têm o mesmo tempo de antena que tem o Senhor Presidente. O Senhor Presidente está ali para dirigir as reuniões, mas o seu voto não vale por dois, nem vale por três, nem vale por quatro. Por isso, faz uma proposta à Mesa neste ponto, neste assunto, que se crie uma exceção e para descoberta da verdade e para ver quem é que está a falar verdade nesta matéria, que o Senhor Presidente dê oportunidade ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, que veio cá para isso, que lhe permita usar da palavra. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente a esta matéria, dizer o seguinte: Foi ali referenciado, no essencial, pelo Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, a questão da forma e não a questão da substância. Relativamente às obras, de facto, o que lhe particularmente importou foi a questão da substância, da matéria e do investimento que é necessário fazer no Município e aquilo que também considera, no seu juízo, aquilo que são obras absolutamente prioritárias, não sumptuárias, a realizar no Concelho de Nelas. A informação que tem é que em Gouveia foi assinado o protocolo pelo Presidente de Câmara e foi ratificado posteriormente pela Câmara. Em Seia houve uma reunião de Câmara. E em Mangualde houve também uma reunião de Câmara extraordinária que começou às 9 horas e salvo o erro, acabou ou às 9 horas e 5 minutos, ou às 9 horas e 15 minutos. A consulta que foi feita à Oposição foi, estão aqui as obras que vão ser feitas em Mangualde, quem vota a favor, quem vota contra, em 5 minutos, ou 15 minutos, foi o assunto discutido. Pediu à Senhora Dr.ª Marta se tinha cópia da ata da reunião da Câmara de Mangualde para o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques ver se não foi assim. Por outro lado, a questão que foi levantada relativamente à candidatura aos fundos comunitários, quer de investimentos em áreas de acolhimento empresarial, quer outros, essas candidaturas foram feitas com um conjunto de obras que vão ser agora negociadas com a CCDR. O dinheiro não é gasto nessas obras, será gasto o dinheiro que couber a Nelas noutras obras que também estão lá identificadas. Não há ali nenhuma



Reunião de 13/07/2016

acumulação. Vai haver uma reunião na próxima sexta-feira na CIM Viseu Dão-Lafões com a Senhora Dr.<sup>a</sup> Isabel Damasceno referente às candidaturas às áreas de acolhimento empresarial, às candidaturas das áreas de reabilitação urbana e que são, como foram os PEDUS, de Mangualde, de Seia, de Gouveia, sujeitos a uma negociação de um montante financeiro e para um conjunto de medidas que será consensualizado com a CCDR. Não há ali nenhuma duplicação, na sua modesta opinião, não há ali nenhuma acumulação, nem duplicação de candidaturas sem transparência a fundos comunitários. Seria necessariamente uma fraude se a Endesa fizesse a obra paralela à Faurécia e depois a Câmara obtivesse uma candidatura no âmbito do PT 2020 para fazer a mesma obra. Isso não acontecerá assim. Não acontecerá desta maneira. Por outro lado, quando ele, Senhor Presidente, falou e o que saiu, que eram 3 milhões de euros, pelo menos, e está bem evidenciado no que tem dito, é 1,5 milhões de euros de obras líquidas mais um aviso aberto no PO SEUR de mais 1,5 milhões de euros. No conjunto do acordo poderá haver 3 milhões de euros, como referenciou vai haver uma reunião em setembro em que será apurado um conjunto de projetos que podem ser levados a cabo no Município de Nelas. O acordo permite esta flutuação de valores e é admissível e ele, Senhor Presidente, está sujeito a isso e aceita isso com naturalidade de periodicamente fazer um ponto da situação da evolução das obras com os Senhores Vereadores, qual o valor que está a ser gasto em cada uma das obras. Ele, Senhor Presidente, diz que, além deste valor que está previsto no protocolo, a Câmara terá, por via do seu orçamento, complementar também essas obras porque, por exemplo, se virem no anexo, as redes não estão incluídas na obra. Terão que ser feitas as redes de saneamento, de águas e de águas pluviais e outras redes. A Câmara terá um orçamento, acompanhará este orçamento e estas obras também com o seu orçamento. Particularmente, para os Senhores Vereadores Adelino Amaral e Dr. Alexandre Borges, ele, Senhor Presidente pediu que o deixassem dizer que muita coisa mudou desde o dia 27 de abril para hoje. E toda a gente que os estava a ouvir e os referidos Senhores Vereadores sabem o que é que mudou? No dia 27 de abril dizia o Senhor Vereador Adelino Amaral: *Só podia lamentar que o Governo do Partido Socialista possa abandonar este evento e acha que o Senhor Presidente da Câmara deve ficar mandatado para negociar, da melhor forma possível, essas compensações a que o Concelho de Nelas tem direito.* Algo mudou muito também na posição do Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges desde abril até hoje e eles também sabiam o que é que mudou, que: *Queria dizer que confiava na capacidade do Senhor Presidente de Câmara em que possa, de alguma maneira, arranjar as melhores contrapartidas para o Concelho, fruto deste cancelamento, e que, à semelhança do que os Senhores Vereadores Adelino Amaral e Artur Ferreira, já expressaram, também lhe parece que seria indicar que a Freguesia de Senhorim pudesse ser a que mais, beneficiada não é, mas que, de alguma maneira o prejuízo inerente ao cancelamento possa ser atenuado, concretamente, na questão das infraestruturas viárias, além de mais, algumas das infraestruturas que já estavam degradadas foram ainda mais degradadas, nomeadamente a estrada que liga São João do Monte até à Póvoa de Luzianes. Acha que se essas compensações pudessem ser feitas em Senhorim seria um ato de inteira justiça.* A população de Senhorim representa 8,5%, da população total do Concelho. A área territorial de Senhorim representa 24% da área total territorial do Concelho. Ele, Senhor Presidente, afirmou que na sua introdução, referenciou que estava também projetado incluir a Zona Industrial da Ribeirinha como área a incluir nas compensações de Girabolhos. Todas as obras que constam





## Reunião de 13/07/2016

do anexo evidentemente que têm inscrito e que são as obras que ele, Senhor Presidente, referenciou, as obras viárias, melhoramento da ligação da E.N. n.º 231 às Caldas da Felgueira, o início da oferta social em Vila Ruiva, na Escola da Vila, a feitura da Rua da Soma, de um bocado de estrada da ligação Moreira – Nelas, a Variante da Agueira, a Rua do Castelão, a Zona Industrial da Faurécia, a QBeiras, a requalificação da Zona Industrial do Ecocentro, são obras que estão previstas ali no protocolo, que estarão prontas no verão do ano que vem. E se este protocolo não for aprovado hoje, é evidente que o que se alterou desde o dia 27 de abril para hoje é que os Senhores Vereadores sabem que o quem impedir e querem impedir o Presidente de Câmara e a Endesa de fazer estas obras. E estão a pôr em causa um investimento de 2 milhões de euros que o Presidente de Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que o Senhor Presidente é que pôs em causa o protocolo por não ter dado conhecimento ao órgão daquilo que assinar, que não viesse com essa coação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques já estava inscrito para falar. O que estava em causa ali, o que está negociado e tem havido reuniões já entre o Técnico indicado pelo Município e que está contratado para o efeito e os outros Técnicos das outras Câmaras, é estas obras iniciarem-se todas em outubro. A requalificação das fossas iniciar-se imediatamente em agosto. E o que está ali em causa, dizia aos Senhores Vereadores com toda a clareza, fruto também do que está previsto no protocolo, que as obras serão concretizadas até ao verão do ano que vem e terão que ser iniciadas durante o ano de 2017, senão a Endesa fica livre de as realizar, o que está, manifestamente ali em causa e ele, Senhor Presidente, apelava ao bom senso e que deixassem as questões políticas e pessoais de lado, deixem a Endesa realizar estas obras concretas que estão ali referenciadas em todas as Freguesias. Só não é em Canas de Senhorim porque, entretanto, a obra da Ribeirinha já está a decorrer. Não é em Vilar Seco porque a obra do cemitério, que é a obra mais importante requalificar, também já está orçamentada e prevista. Pediu o favor aos Senhores Vereadores de deixarem que aquilo que mudou desde abril até hoje não redunde em prejuízo do Município de Nelas. Pedia e apelava aos Senhores Vereadores que ponham de lado as questões pessoais e políticas porque se este protocolo não for ratificado pela Câmara Municipal não terá as condições. O protocolo está assinado pelo Presidente de Câmara. O que os Senhores Vereadores estão a fazer, ou se o protocolo não for assinado, é uma desautorização pública e política nacional do Presidente de Câmara com prejuízo para as populações depois de lhe terem dado, depois do Presidente de Câmara ter negociado o protocolo ao abrigo dum voto de confiança passado pelos Senhores Vereadores Adelino Amaral e Dr. Alexandre Borges em abril. Está negociado 1,5 milhões de euros, pode chegar a 2 milhões de euros, com obras concretas em todo o Concelho. Cada um dos Senhores Vereadores vai assumir ali as suas responsabilidades. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente fartou-se de avivar a memória e dizer que a memória, nem queria falar nisto de avivar a memória. Então ia avivar a memória do Senhor Presidente. Um relatório da Polícia do Conselheiro do Procurador Geral da República, questão da Topack, todos os Vereadores se demonstraram favoráveis à venda possibilitando assim que aquela empresa ficasse com a sua propriedade plena declarada igualmente terem tido conhecimento que o objetivo daquela empresa, é para lhe avivar a memória, que o Senhor Presidente atacou toda a gente. O Senhor



Reunião de 13/07/2016

Presidente atacou, de uma forma vil, o Senhor Dr. José Correia, o Partido Socialista e só uma pessoa que estava sentada no Público é que sofreu na carne. -----

---- O Senhor Presidente alertou o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que se estava a desviar do assunto e que, ou voltava ao assunto em discussão, ou retirava-lhe a palavra. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques afirmou que nessa altura o Senhor Presidente atacou o Partido Socialista e que o Senhor Professor Borges sofreu na carne os ataques do Senhor Presidente e que andou a correr para Coimbra, para os tribunais com ele, Vereador Dr. Marques. Pediu ao Senhor Presidente para pedir à Senhora Dr.<sup>a</sup> Marta que exiba cópia da ata onde consta, no protocolo da Câmara a listagem das Associações, desafiava o Senhor Presidente e que isto só apenas como uma farsa eleitoralista para tentar ensebar as Associações. Que o Senhor Presidente lhe mostrasse o protocolo das outras Câmaras onde constava aquilo. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que queria fazer um ponto de ordem à Mesa. Podiam ter a discussão toda que tiverem, no sentido que quiserem e apelava à elevação da discussão. -----

---- **De seguida, o Senhor Presidente suspendeu a reunião durante três minutos.** -----

---- **Reaberta a reunião, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques.** -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que o Senhor Presidente estava a melhorar e revelava ali a sua modesta ignorância. Perguntou se uma candidatura ao PR 2020, ao PO SEUR no qual são incluídas e discriminadas as obras, o Senhor Presidente pode alterar umas por outras. Foi o que entendeu da intervenção do Senhor Presidente. Nunca viu uma coisa dessas mas também não acompanha toda a legislação que está no ordenamento jurídico português nem das candidaturas. Então elenca uma candidatura de obras e depois não faz aquelas e faz as outras? Era estranho. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves afirmou que queria apenas referir que achava lamentável o Senhor Presidente, uma vez mais, tentar coagir o voto dos Senhores Vereadores, tentando responsabilizá-los pelo investimento de 2 milhões de euros, como fez aquando da aprovação do empréstimo. Pedia desculpa ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques e perguntava ao Senhor Presidente, no dia 29 de junho houve uma reunião ordinária e não no dia 26, um dia antes da assinatura deste protocolo e se não estava em erro foi o Senhor Vereador Dr. Marques que perguntou ao Senhor Presidente várias vezes durante a reunião se o Senhor Presidente não iria a Lisboa, ou se não estava para ir a Lisboa assinar um protocolo, se já tinha alguma ideia, se iria, ou não, trazê-lo a reunião de Câmara e o Senhor Presidente não respondeu. Ela, Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves, nesse mesmo dia à noite, através do Jornal Centro Notícias, verificou que o Senhor Presidente fez uma comunicação em que dizia e dava a conhecer que ia assinar o protocolo com a Hidromondego. Acha que o Senhor Presidente estava ali em falha, que antes disto e de agora coagir e responsabilizar os Senhores Vereadores deveria ter tentado falar com eles, Vereadores e em conjunto, decidirem o que era melhor e o que não era. Claro que o Senhor Presidente foi mandatado para negociar mas daí agora a vir ali com um protocolo, com um anexo com obras com as quais os Vereadores não concordam e tentar coagi-los a votar acha que não é o mais correto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que ainda bem que o Senhor Presidente leu a ata. Não via nenhuma incongruência no dia 27 de abril e aquilo que estava ali a dizer. Se o Senhor



Reunião de 13/07/2016

Presidente quer falar de coisas que mudam, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, podia-lhe falar de pessoas que já foram candidatas pelo CDS, pelo PSD, pelo Partido Socialista, por tudo e mais alguma coisa que estivesse disponível para servir os intentos. Não querai ir por aí, mas já que o Senhor Presidente foi também que o deixasse dizer isso. Não via nenhuma incongruência e havia ali outra questão, depois de ter sido dito ao Senhor Presidente que a Freguesia de Senhorim devia ser a Freguesia com maior investimento e isso foi aprovado ali, o Senhor Presidente meter ali, a martelo, o nome de Senhorim naquela estrada, nem estava contra a execução dessa estrada, acha que ela deve ser feita. Agora tem ali 300.000,00 euros de zonas industriais que acha que deviam ser redirecionadas e já que o Senhor Presidente quer endurecer o discurso, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também é capaz de falar alto. Lista das Associações a eventualmente protocolar. Não sabia se aquilo era propaganda pura, ou não, mas então a Endesa vai dar subsídios a indicação de quem? Sua, do Senhor Presidente? Ou da Câmara Municipal? É que ele não quer que as pessoas se sintam coagidas por serem Presidentes, ou por serem Membros de alguma Associação, de Aguireira, de Canas de Senhorim, ou fazes o que eu mando, ou o dinheirinho da Endesa não entra. Não, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não vota isto, era o que lhe faltava, porque isto tem que ser entregue, se for, de acordo com a vontade da Câmara Municipal como, aliás, é normal. Não sabe se aquilo foi alguma forma do Senhor Presidente poder, de alguma forma, alargar a sua influência através de dinheiro da Endesa e tem um bolo que são 500.000,00 euros e vamos ver como é que a gente vamos dar aqui. Ou fazes o que eu quero, ou então não há dinheiro. Se calhar é isso. Não o espantaria muito que fosse. Vota favoravelmente o protocolo e chumba o anexo. Se o Senhor Presidente quiser separar as coisas, muito bem, se não. -----

---- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que em relação ao protocolo, também não podiam fazer as contas como o Senhor Presidente fez em termos de Senhorim com a percentagem porque depois faltariam as outras Freguesias. No entanto, há uma situação que há uns tempos foi dita ali que era o Senhor Presidente ser irritante otimista, e há o ditado também que diz que o sonho comanda a vida, mas a vida também não pode ser comandada por sonhos. Quando foram aprovadas as candidaturas foi dito ali que dificilmente a Câmara de Nelas ia ter acesso a todos os valores. Diz o Senhor Presidente que pode haver modificação desses valores e podem ser adstritos a outras obras. Se for assim é uma situação que podem ultrapassar. Agora também é verdade que se a Câmara se está a candidatar as zonas industriais como sendo da Freguesia de Senhorim. É necessário que tenham a certeza que isso pode ser assim, se aquilo que foi candidatado pode ser não modificado mas podem ser definidos esses valores para outras obras que estejam naquelas candidaturas. Acha que, em termos de coação, não podem estar ali agora até ao fim do mandato em que o Senhor Presidente está sempre a dizer que se os Senhores Vereadores não aprovarem determinadas coisas não vai fazer nada na Freguesia tal, ou no Concelho, também não podem continuar nesses termos e acha que, já o disse ali uma vez, a situação do Concelho de Nelas já era sui generis, tem que haver uma maior abertura da parte do Senhor Presidente, os Senhores Vereadores estão disponíveis para colaborar. Os Senhores Vereadores não estão ali para dificultar a vida ao Senhor Presidente naquilo que é a gestão diária da Autarquia. Quando for nestes casos, ou noutros casos que tragam algum problema à partida para o Concelho, ou seja valores significativos, que houvesse uma consensualização com todos os Senhores Vereadores. Deixava a sugestão que a



### Reunião de 13/07/2016

partir de outubro, quando vai começar a execução destas obras, que na primeira reunião de cada mês, relativamente ao mês anterior, que viesse à reunião a execução que está a ser feita e que essa execução tivesse a validação da Endesa e de todas as entidades intervenientes. -----  
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral perguntou o que é que mudou depois da reunião de 27 de abril. Era uma pergunta que deixava ao Senhor Presidente de Câmara. Que ele saiba e pelo que percebe e pelo que ouviu da leitura da ata que o Senhor Presidente fez o favor de ler, o mandato que lhe foi concedido foi para negociar e não para assinar o protocolo, e não para assumir, em nome da Câmara, as responsabilidades com esse protocolo. Foi mandatado para negociar o melhor possível. Mas a seleção das obras que, eventualmente, seriam contempladas, parecia-lhe lógico que seriam matéria de discussão em sede própria, em reunião de Câmara. Invoca o Senhor Presidente de Câmara uma distribuição, ou uma hipotética distribuição de acordo com a percentagem de população e de acordo com a percentagem da área da Freguesia de Senhorim. Pois, então, ele, Vereador Adelino Amaral, faz um desafio muito simples ao Senhor Presidente. Então vamos fazer a distribuição dos investimentos municipais da mesma forma, todos os anos, por todas as Freguesias e ver ao longo das décadas e década se a Freguesia de Senhorim foi minimamente contemplada com investimentos próximos, ou parecidos, com aquilo que o Senhor Presidente de Câmara invoca como sendo uma justificação e um direito para a distribuição de investimentos. E vai ver que não. Que a Freguesia de Senhorim tem sido ao longo das décadas e décadas esquecida, ostracizada, minorizada, em relação à distribuição do Orçamento Municipal pelas várias Freguesias. É evidente que há ali duplicação de inscrição de rubricas. A recuperação da casa em Vila Ruiva e a recuperação da Escola da Vila foram anunciadas pelo Senhor Presidente como tendo o apoio do Governo e do Senhor Ministro para a sua concretização. E o Senhor Presidente anunciou uma visita em conjunto com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, da qual visita resulta esse compromisso. Se há um compromisso do Governo para a realização dessas obras, porquê inclui-las neste protocolo? Será mentira que havia compromissos da parte do Governo? Ou vão fazer dois Centros Comunitários em Vila Ruiva e vão requalificar duas escolas na Vila? Há uma duplicação. Então e se a requalificação das fossas na Freguesia de Senhorim, que é urgente, que é necessária, que é prioritária, que é imperativa, também é objeto de uma candidatura ao PO SEUR, porquê inclui-las também neste protocolo? Se elas forem feitas de acordo com as verbas, ou com recurso às verbas deste protocolo, naturalmente, é prejudicada a candidatura ao PO SEUR e o Concelho e o Município fica prejudicado porque perde verbas a que teria direito. Há ali também uma clara duplicação de inscrição de rubricas. O mesmo se passa com os estradões previstos para as zonas industriais. Se as infraestruturas nas zonas industriais também são objeto de candidaturas também há ali uma duplicação de inscrição de verbas. O Senhor Presidente não pode, de todo, impor a sua vontade através da coação e da ameaça. Não pode sob pena deste Órgão, Câmara Municipal, perder todo o sentido. Então é melhor dissolve-lo, todos pedirem a demissão e vão todos embora porque não faz sentido que a Câmara não possa tomar posição e não possa ter opinião em questões fundamentais como são estas. Não está em causa a capacidade negocial e o mandato que foi atribuído ao Senhor Presidente para negociar este protocolo. O que está em causa é que a Câmara deveria ser chamada a opinar e a decidir sobre esta matéria como sobre algumas outras que o Senhor Presidente teima em assumir como tendo competências que não são suas e depois vem, de forma pouco democrática, impor à



Reunião de 13/07/2016

Câmara a sua vontade através da ameaça e da coação. A proposta que tinha feito é votar em separado o protocolo e o anexo. O anexo não merece, na inclusão das obras, a sua aprovação. Não tem nada contra as obras que constam do anexo. Imagine-se que ele, Vereador Adelino Amaral, sempre defendeu a construção como sendo uma via prioritária e fundamental a ligação Nelas – Moreira, a estrada Nelas – Moreira, sempre defendeu essa obra, imagine-se que ele agora estaria contra essa obra. Não está contra essa obra. Defende essa obra como defende a conclusão da Variante da Aguieira, como defende todas as obras que estão ali incluídas, defende-as com unhas e dentes. Agora, não defende é que a Freguesia de Senhorim seja prejudicada com o desvio de verbas que lhe são devidas e que é da mais elementar justiça que sejam aplicadas em Senhorim, não concorda é que a Freguesia de Senhorim, mais uma vez, seja preterida, seja ignorada, seja esquecida, para que sejam realizadas obras que já deviam estar feitas há muitos anos. Já em 2005 quando o Senhor Dr. José Correia e o Partido Socialista deixaram o Executivo Municipal, já em 2005 a estrada Nelas – Moreira já se tinha iniciado a ser rasgada, já se tinha iniciada a construção, ou pelo menos havia projeto, da Variante da Aguieira. E ao fim de 11 anos, ou 12 anos, essas obras ainda não foram executadas. Isso é que é de lamentar, que essas obras não foram ainda concretizadas. Isso é que merece o nosso mais vivo repúdio. É evidente que os Executivos anteriores têm nisso uma responsabilidade imensa porque andaram sempre a prometer, andaram sempre a empurrar com a barriga para a frente e nunca foram capazes de realizar essas obras. Não é contra essas obras, bastante pelo contrário. Defende essas obras e todas as outras com todo o empenho e com todo o fervor. E a prova de que as defende é que se a proposta de Orçamento para 2017 não incluir essas obras ele próprio fará uma proposta para que essas obras sejam incluídas no Orçamento Municipal para 2017 e possam ser concretizadas. Pedia, por favor, aos seus Colegas Vereadores, que se ele se esquecer na altura, ou por qualquer razão não estiver presente na reunião de Câmara que façam o favor de lhe lembrar porque para ele, Vereador Adelino Amaral, é um ponto de honra que essas obras que agora ele defende que não devem ser incluídas neste protocolo, seja incluídas no Orçamento de 2017 porque este protocolo, há quem diga que quando vem uma barragem trás muitos benefícios. Depois quando não há barragem já se diz, afinal de contas aquilo nem sequer trazia grandes benefícios. O que é verdade é que criou na Freguesia de Senhorim uma expectativa que a Barragem de Girabolhos seria um motor fundamental para o desenvolvimento e para a recuperação do atraso da Freguesia de Senhorim e essa expectativa foi defraudada com uma decisão que ele condena, uma decisão do Governo do Partido Socialista que ele condena. Sendo defraudada essa expectativa na Freguesia de Senhorim há que, no mínimo, é da mais elementar justiça que as compensações financeiras sejam canalizadas e sejam aplicadas no seu todo, ou na sua maior parte, na Freguesia de Senhorim. Defende isso e defende, não lhe choca nada e aí vai estar em desacordo se o Senhor Presidente da Câmara aceder ao pedido e puser em cima da mesa a discussão das obras a incluir neste anexo, ele, Vereador Adelino Amaral, vai estar em desacordo com o Senhor Presidente porque vai defender em primeiro lugar que sejam um grande equipamento social, que seja um grande investimento, nem que o absorva todo, a primeira prioridade é um equipamento social na Freguesia de Senhorim. Essa é, para ele, a primeira prioridade, e é isso que irá defender. Renovava ao Senhor Presidente a pergunta e pedia a resposta e ia dá-la, o que mudou depois do dia 27 de abril. Responda o Senhor Presidente de Câmara porque para ele, Vereador Adelino Amaral, não mudou nada. ---



## Reunião de 13/07/2016

---- O Senhor Presidente afirmou que queria dizer relativamente a esta questão que a Câmara de Nelas não conhece, em concreto, as obras que vão ser feitas em Mangualde. Cada Município negociou por si só, por si próprio, de forma autónoma, com a Endesa, um conjunto de obras. Não sabia quais eram as obras de Gouveia, em concreto, nem sabia quais eram as obras, em concreto, de Mangualde. Sabia de Seia porque o Presidente da Câmara lhe enviou um mapa e está lá algumas. Relativamente à questão das associações, ele, Senhor Presidente, admite, mesmo com o acompanhamento, também já o referenciou, que a Câmara faça o acompanhamento da execução das obras. Toda a flutuação e o dinheiro que for gasto relativamente às obras, a Câmara acompanha essa flutuação e o valor e que depois disso seja ajustado e as verbas sejam atribuídas em função da prioridade em obras em sede das associações e que isso seja deliberado em reunião de Câmara. É uma matéria que está em aberto e que ele, Senhor Presidente, admite perfeitamente que venha a reunião de Câmara para ser consensualizado. Também tem sido visto nas reuniões de Câmara que as associações têm merecido amplo apoio por parte da Câmara Municipal e grande carinho pela sua parte que tem agendado subsídios para obras nas associações, apoio para todas as atividades e os Senhores Vereadores votaram favoravelmente. Na Conta de Gerência de 2015 houve um aumento de transferências de verbas para as associações de 36%. E ele, Senhor Presidente, relembra, relativamente a tudo e à questão da confiança, houve outras situações em que os Senhores Vereadores Adelino Amaral e Dr. Alexandre Borges, estão expressas em ata, em diversas situações em que manifestaram a confiança no Presidente da Câmara relativamente à negociação de determinadas matérias e depois ratificaram, sem qualquer oposição, a confiança que tinham depositado no Presidente da Câmara. Tudo que ele, Senhor Presidente, fez foi ao abrigo de um voto de confiança concedido pelos Senhores Vereadores em abril à semelhança do que havia acontecido anteriormente e que está evidenciado em diversíssimas atas e cuja confiança na gestão liderada por ele na Câmara Municipal, está expressa na ausência de qualquer voto contra ali na Câmara, ou na Assembleia Municipal, do Relatório de Gestão do ano de 2015. Ninguém votou contra. Nenhum Autarca do Concelho de Nelas votou contra a gestão liderada pelo Presidente da Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu ao Senhor Presidente para ser verdadeiro porque estava novamente a mentir e que o Senhor Presidente sabia porque é que ele tinha votado favoravelmente as contas de 2015. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que eram 11,20 horas e está marcada outra reunião a seguir. Admitia que o que está verdadeiramente ali em causa, para ele, Senhor Presidente, são a questão das obras concretas e obras essas que já têm projetos feitos pelos Serviços da Câmara Municipal. O Executivo não contratou nenhum projeto fora. Os Técnicos da Câmara têm estado no último mês a preparar todos os projetos que estão preparados para a Endesa avançar com as obras. Há ali um equívoco qualquer que não sabia onde é que os Senhores Vereadores o foram arranjar. A requalificação das fossas de Senhorim não foram candidatas ao PO SEUR, que desculpassem, estavam distraídos, o que candidata foi a construção de 6 ETAR,s. Numa reunião de Câmara anterior, ele, Senhor Presidente, fez foi o relatório do estado ambiental do Concelho. Foi candidata a requalificação das 30 fossas que ficam em causa e que eram para arrancar imediatamente. Não foram candidatas ao PO SEUR. Não vai haver requalificação das fossas, nem sequer na Freguesia de Senhorim. Que desculpassem, mas andavam muito distraídos os Senhores Vereadores. Veio à Câmara, na



Reunião de 13/07/2016

última reunião de Câmara de junho, para candidatar até ao dia 5 de julho, a candidatura de 6 ETAR,s. Que os Senhores Vereadores vissem a Ordem de Trabalhos. Foram candidatas 6 ETAR,s. As fossas não foram candidatas a requalificação no âmbito do PO SEUR porque havia a possibilidade delas serem incluídas nas contrapartidas de Girabolhos. Ele, Senhor Presidente, admite criar uma Comissão de Acompanhamento das obras no âmbito da Câmara Municipal. Admite o que o Senhor Vereador Artur Ferreira propõe de fazer em cada uma das reuniões do mês um relatório relativamente ao andamento de cada uma das obras e aos valores que vão sendo gastos. Admite trazer a reunião de Câmara que as sobras e que o dinheiro do IVA e que o dinheiro que não vai sendo gasto na DIA seja deliberado em reunião de Câmara porque é um valor que está completamente em aberto e estão a falar de mais 500.000,00 euros. Admite que as obras que possam vir no Aviso que foi prometido, fechado ao Município de Nelas, de 1,5 milhões de euros, de uma série de projetos, com o contributo dos Senhores Vereadores, para ele, Senhor Presidente, negociar com o Senhor Ministro do Ambiente, no âmbito destas contrapartidas, projetos concretos que os Senhores Vereadores queiram incluir e levar a Lisboa para serem candidatados nesse Aviso. É mais 1,5 milhões de euros. Agora, pede o favor à Câmara é que, e discursos inflamados, dirigindo-se ao Senhor Vereador Adelino Amaral, relativamente à oferta social em Senhorim, é melhor não lhe puxar pela língua. O Senhor Vereador Adelino Amaral é que andou apaixonado a lutar pelo Centro, é que andou anos e anos a lutar por um Lar de Idosos que nunca conseguiu concretizar. E na Freguesia de Senhorim dizem até que o Senhor Vereador Adelino Amaral ainda tem contas a prestar dessa Associação, há quem diga lá na Freguesia de Senhorim. Além disso, o Senhor Dr. Alexandre Borges quando aceitou vir com este homem, salta-pocinhas, que muda de partido, ali para a Câmara, a ganhar o dobro do salário que ganhava na Proteção Civil, aceitou vir para a Câmara e aí já não era salta-pocinhas. Ele, Senhor Presidente, com o devido respeito, assinou o protocolo que trás 2 milhões de euros de investimento para o Município de Nelas. Se, no alto critério da Câmara, este protocolo não for ratificado com o seu anexo, os Senhores Vereadores têm toda a legitimidade para não o ratificar e o Povo e toda gente e ele, Senhor Presidente, tirará daí as devidas consequências, que deixa de ter condições por obstaculização, ainda por cima numa matéria cuja confiança lhe foi dada pelos Senhores Vereadores Adelino Amaral e Dr. Alexandre Borges em abril, ele, Senhor Presidente, tirará e anunciará ao Povo que estamos a deitar fora 2 milhões de euros de investimento. Há uma reunião de Câmara a seguir. Relativamente ao referenciou relativamente ao Senhor Vereador Adelino Amaral fez uma insinuação, pede desculpa por ela e tem a palavra para poder responder relativamente a essa insinuação. Pede desculpa, ou vão avançar com a votação. Tem a palavra o Senhor Vereador Adelino Amaral porque ele, Senhor Presidente, falou numa questão em que ele esteve envolvido, que era a construção do Lar de Idosos, que nunca conseguiu concretizá-lo, claramente, aliás está à vista que não concretizou nada e que houve pessoas que tinham a expectativa de ver ser construído esse Lar e não foi construído. Entretanto, ele, Senhor Presidente, perguntou à Segurança Social pelo Estatuto de IPSS então conseguido pelos Amigos de Senhorim e deixaram-no caducar, Foi a Segurança Social que lhe disse. Além disso quer acrescentar, dirigindo-se ao Senhor Vereador Adelino Amaral que, ele, Senhor Presidente, não trouxe ali um cheque do Senhor Ministro da Solidariedade. O Senhor Ministro da Solidariedade sugeriu que fosse feita uma candidatura no âmbito da Aviso que vai abrir na oferta social onde pudesse ser incluído o Centro de Dia e a oferta domiciliária



## Reunião de 13/07/2016

na Freguesia de Senhorim. Ele sugeriu-lhe que fosse feito isso. Não lhe disse assim: Tem aqui um cheque e tem aqui o compromisso. Além disso há o Lar, o Centro de Dia, para aprovar, de Carvalhal Redondo, há o Lar de Deficientes de Canas de Senhorim e há o Lar da Santa Casa da Misericórdia de Santar e as verbas para apoio social negociadas pelo Governo anterior são reduzidíssimas e o Senhor Ministro da Solidariedade Social não lhe podia dar essa garantia. --  
---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que era muito feio da parte do Senhor Presidente vir ali com insinuações e com acusações baixas em matéria que ele, Vereador Adelino Amaral, teve oportunidade de, de forma mais ou menos minuciosa, esclarecer ali numa reunião de Câmara e em que os Senhores Vereadores todos e o Senhor Presidente incluído demonstraram ter percebido o porquê das coisas e o que é que aconteceu. Mas para que não fiquem dúvidas nenhuma ia dizer ao Senhor Presidente que em primeiro lugar em relação ao dinheiro porque é uma coisa que a ele lhe faz um bocado confusão pôr em causa a honestidade e a forma como ele, Vereador Adelino Amaral, faz a gestão de dinheiros que não são dele. O dinheiro que foi recolhido, ou melhor, houve duas fontes de financiamento. A Câmara Municipal atribuiu um subsídio de 10.000,00 euros e as atividades que a ATS, na altura, desenvolveu recolheu cerca de, não foram outros 10.000,00 euros, mas foram também uns largos milhares de euros. E foi pago o projeto e foram pagas as despesas com a candidatura com esses dinheiros e sobraram cerca de 10.000,00 euros. Esses 10.000,00 euros, para que fique claro e para que o Senhor Presidente não venha ali replicar coisas que o Senhor Presidente diz que dizem porque o diz que disse é uma coisa muito feia, não fica bem ao Senhor Presidente e muito menos a um Presidente de Câmara isso fica bem. Esses 10.000,00 euros que sobraram estão depositados numa instituição bancária onde sempre estiveram. Nunca saíram de lá. Se o Senhor Presidente quiser ele, Vereador Adelino Amaral, pede à gestão do Banco Espírito Santo, agora Novo Banco, que lhe passe um documento e que lho trará, não a gosto, a contra gosto, porque acha que é uma insinuação torpe, é uma insinuação muito baixa da parte do Senhor Presidente, mas traz-lhe esse documento onde se prova que todo o dinheiro da ATS foi depositado numa instituição bancária na altura donde nunca saiu, donde nunca saiu, está lá. Perguntou ao Senhor Presidente se entendeu. E em relação ao projeto, de facto, é um sonho de gerações a esta parte, a concretização duma obra social em Senhorim porque é a Freguesia mais carenciada. É a nível do Distrito de Viseu, a Freguesia que na altura e foi isso que o envolveu nesse projeto, dito pelos Técnicos da Segurança Social, a Freguesia de Senhorim era, a nível do Distrito de Viseu, das mais carenciadas em matéria de apoio social. Foi por isso que ele, Vereador Adelino Amaral, se envolveu nesse projeto sabendo das dificuldades que havia, das carências a nível financeiro que havia, mas lutaram até ao fim. Concretizaram em tempo record a candidatura, o projeto foi alterado 5 vezes. A candidatura foi refeita. Foi aprovada a candidatura por todas as instituições, pela Câmara, pela Segurança Social, pela Autoridade Nacional de Proteção Civil, pela Administração Regional de Saúde. Foi aprovado por todas as entidades. Foi admitida e depois não foi aprovada porque em reunião de CLAS o Executivo anterior e o representante do Executivo anterior no CLAS decidiu valorizar mais a candidatura do projeto de Canas de Senhorim do que a candidatura do projeto de Senhorim e isso é que inviabilizou a aprovação do projeto de Senhorim. Mas é um projeto que ainda se mantém na ideia e no sonho e é um projeto por que ele, Vereador Adelino Amaral, continuará a lutar. E disse isso ao Senhor Presidente e por isso é que não fica mesmo nada bem ao Senhor Presidente fazer essa





## Reunião de 13/07/2016

referência. Disse ao Senhor Presidente uma vez, ou se calhar, mais que uma vez, que ele, Vereador Adelino Amaral, trocava, abdicava de toda a sua carreira política para que esta obra fosse concretizada na Freguesia de Senhorim. E é isso que vai continuar a lutar e a fazer. Se a ATS deixou de ser considerada uma IPSS porque não tem atividade, isso é um desfecho lógico para uma instituição que se cria de propósito para apresentar uma candidatura. A candidatura não foi aprovada, a ATS cessou atividade. Não tem razão de existir. Não houve ali descuido de ninguém. Foi uma conclusão lógica do assunto. Mas a ideia e o sonho continua e renova ali o que disse particularmente ao Senhor Presidente. Troca toda a sua carreira política pela concretização desta obra e está disponível para continuar a lutar e é por isso que vai defender ali nesta Câmara que todo este pacote financeiro seja canalizado para a concretização dessa obra. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que, claramente, assumia que não conhecia o Senhor Presidente quando aceitou o convite, como o Senhor Presidente também, claramente, tem que assumir que não o conhecia quando o convidou. O Senhor Presidente também não sabe quanto é ganha o Vice-Presidente de Câmara, ou um Vereador a Tempo Inteiro, ou então não sabe quanto é que ganha um Técnico Superior da Administração Pública. Relativamente às observações vis que o Senhor Presidente fez relativamente ao Senhor Vereador Adelino Amaral, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, só deixava uma pergunta ao Senhor Presidente: O que é que o Senhor Presidente concretizou enquanto dirigente associativo no Concelho de Nelas? Que dissesse. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que então ia pôr à votação o protocolo do Acordo Quadro entre a Hidromondego, o Município de Nelas, celebrado pelo Presidente da Câmara em 30 de junho de 2016 e submetido a ratificação. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com três votos a favor, do Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, da Senhora Vice-Presidente da Câmara, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques e do Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira, e quatro votos contra, dos Senhores Vereadores, Adelino José Borges Amaral, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. Manuel da Conceição Marques e Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves, reprovando a ratificação do Acordo Quadro celebrado em 30 de junho de 2016 entre a Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Ld.<sup>a</sup> e o Município de Nelas. -----

**---- O Senhor Presidente afirmou que, perante este quadro, suspendia a reunião às 11,45 horas, para continuar em data a determinar, por entender não ter condições mínimas para prosseguir com a mesma e considerar que os Senhores Vereadores deitaram fora, naquele momento, cerca de 2 milhões de euros.** -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges, enviou, posteriormente, a seguinte declaração de voto: *“Exmo. Sr. Presidente. Relativamente ao ponto referente à ratificação do Protocolo das Contrapartidas pela não realização da Barragem de Girabolhos e Bogueira declaro que votei contra por razões que se prendem exclusivamente com os anexos ao mesmo, por considerar inapropriado que obras no valor de €1.5 milhões não sejam acordados com uma maioria qualificada de vereadores da Câmara. O valor acordado com as quatro Câmaras, muito justamente o mesmo, deverá face ao valor, ser consciencializado entre todos e, na minha opinião, tendo por base dois princípios um deles já transmitido a V. Ex.<sup>ª</sup>: 1 - Que a maioria seja aplicado na Freguesia de Senhorim; 2 - Que todas as freguesias possam ver algum investimento. Obras anteriormente anunciadas*



Reunião de 13/07/2016

*pomposamente por V. Ex.<sup>a</sup> e que, pese embora os avisos de prudência que então lhe foram feitos, assegurou que teriam financiamento comunitário, não façam parte da referida listagem. Refiro-me concretamente às requalificações em Zonas Industriais que V. Ex.<sup>a</sup> assegurou irem sofrer um investimento de 10 milhões de euros com uma candidatura ao Centro2020. São 300 mil euros que poderão permitir investimentos em Vilar Seco e Canas de Senhorim (sem qualquer investimento previsto por si) e o reforço do investimento em Senhorim por forma a cumprir a vontade da Câmara de que esta seja a freguesia com maior investimento e que V. Ex.<sup>a</sup>, habilidosamente, contornou faltando à verdade quando repartiu um investimento de 250 mil euros na Freguesia de Nelas (justo e que mantenho na referida listagem), como sendo aplicado igualmente em Senhorim.” -----*

**---- No dia 10 de agosto de 2016, pelas 10:00 horas, o Senhor Presidente reiniciou a presente reunião de Câmara, com a presença dos Senhores Vereadores, Artur Jorge dos Santos Ferreira, Dr. Alexandre João Simões Borges, Dr. da Conceição Marques, Dr.<sup>a</sup> Sofia Relvas Marques, Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves e Adelino José Borges Amaral. -----**

---- O Senhor Presidente cumprimentou todos os presentes. Afirmou tratar-se da continuação da reunião de Câmara convocada para o dia 13 de julho, com continuação no dia 27 de julho e cujo ponto da Ordem de Trabalhos que estava em discussão na altura era o ponto 4.3. e iam passar para o ponto 4.4 quando se deu suspensão da reunião. Queria dizer aos Senhores Vereadores que, independentemente de ser obrigatório, ou não, nesta continuação da reunião, dava a indicação do Resumo Diário de Tesouraria, que é 1.179.000,00 euros de disponibilidades, sendo de Operações não Orçamentais 123.000,00 euros. Relativamente a esta questão da continuação da reunião de Câmara queria pôr à consideração dos Senhores Vereadores a reabertura, não obstante ter sido votado e com o resultado que conheciam e com as declarações de voto que foram também expressas e que ficarão evidenciadas, queria pôr à consideração dos Senhores Vereadores se permitiam que seja reaberta a discussão deste ponto 4.3 que é - Acordo Quadro celebrado entre a Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Ld.<sup>a</sup> e o Município de Nelas, no sentido de ser discutido e ser reapreciada esta matéria. Perguntou se algum dos Senhores se opunha a que isso sucedesse. Assim sendo, não havendo oposição a que se reabra a discussão deste ponto 4.3, faz só um resumo das diligências que realizou depois dessa interrupção da reunião. Foi enviada a carta aos Senhores Vereadores, que também conheciam, com as respostas que todos enviaram e que puseram em cópia. Todos estão inteirados de todas as propostas que foram feitas. Promoveu, também, com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, incluindo com os representantes da Junta de Freguesia de Carvalhal Redondo/Agueira, do representante da Agueira e na União de Freguesias de Santar/Moreira também com o representante de Moreira. Na sequência dessa reunião, que teve lugar ali no Salão Nobre, foi, relativamente ao mapa de obras que consta do anexo ao próprio protocolo, por todos não foi levantada oposição ao mapa de obras. Foi sugerido, proposto pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, a inclusão de duas obras na Freguesia de Senhorim que seriam na ótica do Senhor Presidente da Junta e das populações que representa, obras importantes e consideradas por ele próprio também suficientes para fazer diligências no sentido de que este bloqueio, ou esta não concretização da lista de obras que consta anexa ao Acordo pudesse ser ultrapassado. As obras que foram sugeridas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim eram a requalificação e pavimentação



## Reunião de 13/07/2016

da Rua do Barreiro. Simultaneamente também surgiu por parte da população de Vila Ruiva um abaixo-assinado que entrou na Câmara no dia 3 de agosto e que também foi dado conhecimento à Junta de Freguesia de Senhorim. Está assinado por moradores de Vila Ruiva e são 56 moradores. Além desta questão da Rua do Barreiro era a pavimentação da estrada de Vila Ruiva – São João do Monte com a invocação do Senhor Presidente de que, por um lado a Rua do Barreiro serve muita da população de Vila Ruiva que vai para Outeiro de Espinho e que seria uma variante às próprias Carvalhas, que o Executivo também está a tentar ultrapassar com a aquisição daquela casa ao Senhor Raul. Seria um caminho importante para a população de ligação àquele conjunto de aldeias do Concelho de Mangualde e também porque já há um conjunto de habitações ali edificadas que justificam que se dê o tratamento que ele, Senhor Presidente, confirma porque no inverno tem condições de acessibilidade difíceis apesar das intervenções sucessivas, tout-venant e no inverno tem situações precárias. A questão da estrada Vila Ruiva – São João do Monte justifica-se também porque de alguma maneira as pedreiras e o acesso da firma Irmãos Almeida Cabral que fizeram grande parte das subempreitadas do estradão junto à Póvoa dos Luzianes, estradão esse que está já pavimentado. A declaração de impacto ambiental continua a ser cumprida por parte da Endesa, como ele, Senhor Presidente, lhes referiu na reunião, há no acordo uma variável do cumprimento da declaração de impacto ambiental que pode redundar numa libertação de meios a dividir pelos 4 Municípios, que o Executivo estima que seja à volta de 1 milhão de euros, portanto, mais 250.000,00 euros para cada Município porque estavam previstos, por parte da Endesa, 2 milhões de euros para cumprir a declaração de impacto ambiental e o que fizeram foi colocar apenas uma camada de alcatrão em caminhos não tanto urbanos mas caminhos rurais nos 500 metros do lado da Póvoa dos Luzianes e nos 5,5 kms do lado de Girabolhos. Esse estradão foi muito útil agora nesta questão do incêndio florestal que, apesar da ter passado o estradão, constituiu ali um barreira que impediu ali da Póvoa dos Luzianes. O estradão constitui também uma necessidade de constituir uma acessibilidade agrícola e florestal importante ali na encosta do Rio Mondego, que é uma zona crítica no nosso Plano Municipal de Defesa da Floresta que assim o indica. O que ele, Senhor Presidente, fez, na sequência dessa informação do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, no sentido de complementar as obras que constam do anexo I, foi mandar fazer uma estimativa orçamental das obras. O Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo e os Serviços Técnicos da Câmara foram fazer essa estimativa. No caso da Rua do Barreiro, de 1.600 m, 5 metros de largura, de caminho e que no Plano de Ajustamento Financeiro era uma obra inscrita para a Freguesia de Senhorim em que estava lá dito Rua do Barreiro – 1.ª Fase. A opção do Executivo seria fazer, se se conseguissem reunir os meios, ou com o Orçamento do ano que vem, fazer a primeira fase. O Executivo mandou fazer uma estimativa orçamental das duas fases, dessa fase e da fase seguinte, a 1.ª seria 500 metros e a 2.ª seria 1.100 metros. A requalificação da estrada Vila Ruiva – São João do Monte, 1.800 metros e as estimativas orçamentais que os Serviços fizeram implicam um valor a rondar, nas duas obras, próximo dos 200.000,00 euros. A estrada Vila Ruiva – São João do Monte, 94.000,00 euros mais IVA, rondará os 100.000,00 euros e a Rua do Barreiro, 89.000,00 euros. Acrescenta ainda à informação que no anexo estão referenciadas Associações e como tinha referenciado na reunião, isto podia ser um processo que sugeriu que se desse depois da execução das obras, fosse dado, pelo menos, mensalmente, um relatório de acompanhamento da execução delas. Há Municípios que já



### Reunião de 13/07/2016

começaram a executar as obras, pelo menos a lança-las, a executar as contrapartidas, crê que Gouveia que já comprou até uns carros. O trabalho que o Executivo tem continuado a desenvolver com a Endesa é no sentido da requalificação de todas as fossas poder avançar imediatamente e pelo menos as duas obras que estão também trabalhadas no sentido de poder a sua execução iniciar-se em outubro porque tem uma preparação mais adiantada, em termos dos projetos, as obras de requalificação das estradas, pavimentação, são mais simples de fazer. A seu pedido, os Senhores Vereadores Dr. Manuel Marques e Dr.<sup>a</sup> Rita Neves, estiveram ali a ver os projetos e verificaram que existem quase todos os projetos, à exceção do Centro de Dia de Vila Ruiva, que é necessário adaptar em função também de um Aviso que o Executivo está à espera em termos da parte social e a pavimentação de uma área na Zona Industrial, que não podia precisar se era paralela à Faurécia, ou se não era. Neste trabalho de pavimentação de vias o Executivo está a ser acompanhado pelos Serviços Técnicos da própria Endesa porque o dono da obra é ela e para cada obra existe uma ficha semelhante à que tinha distribuído para a Rua do Barreiro e para a estrada Vila Ruiva – São João do Monte. É uma ficha que depois, em função da empreitada, dos concursos e dos concorrentes da própria Endesa. A lógica que está estabelecida com a Câmara de Nelas é a cada obra depois virá a reunião de Câmara a assinatura de um protocolo para passar a obra para a Endesa para efeitos de execução dos trabalhos. Depois esse protocolo permite a recuperação da obra e onde também são estabelecidas as garantias da obra e tudo isso está previsto no protocolo que depois será analisado em reunião de Câmara. O seu propósito inicial em relação a essa questão das associações era também fazer chegar as compensações de Girabolhos ao máximo de associações possível, existentes no Município, por via de Girabolhos e dos montantes financeiros que se libertassem e que ele, Senhor Presidente, lembra que é 1,5 milhões de euros líquido e que pode ser acrescido do valor libertado pela DIA e também do valor do IVA, que ainda não há indicação relativamente à obra. Se a Endesa puder recuperar o IVA e puder deduzi-lo, a esse valor de 1,5 milhões de euros acresce o valor do IVA, a dividir por 4. Nestes quase 3 anos de mandato há ali uma série de necessidades de associações a quem ele, Senhor Presidente, foi dizendo que na primeira oportunidade a Câmara podia dar um apoio relativamente à requalificação de obras urgentes das associações. O que foi também conversado com a Endesa e seria esse o mecanismo, através de um protocolo que depois viria a reunião de Câmara, a Câmara faria um protocolo com a associação e com Endesa, e a Endesa, mediante a apresentação das faturas das obras por parte das associações, pagava diretamente às associações. O dinheiro não passava pela Câmara. Era um donativo da Endesa às associações. Distribuiu pelos Senhores Vereadores uma relação das necessidades mais prementes que as associações lhe tinham identificado ao longo destes 3 anos e que é um valor estimativo. As associações pediram orçamentos. Alguns valores são meramente indicativos mas podia dizer aos Senhores Vereadores que o pressuposto era obras necessárias à manutenção das associações, obras úteis e obras de melhoramento, não dizia sumptuárias mas que podiam constituir melhorias. Com obras absolutamente necessárias são ali referidas na Associação do Folhadal onde a Câmara já aprovou um conjunto de apoios relativamente à requalificação da sede da Associação do Folhadal. Na Associação Filarmónica de Vilar Seco nunca foi acabado o edifício e também é preciso um teto adaptado à sua finalidade que é a atuação da Banda Filarmónica. No caso das Associações de Bombeiros estão em aberto os montantes a definir e se a Câmara depois nessa altura libertar esses montantes. À Associação



### Reunião de 13/07/2016

Recreativa, Cultural e Desportiva da Aguieira já foi atribuído um subsídio de 11.000,00 euros mas é necessário colocar uma cobertura num salão, é necessário mudar as caixilharias e o valor total da requalificação da Associação da Aguieira é de 41.000,00 euros. Há uma expectativa da população de Carvalhal Redondo relativamente à Associação de Carvalhal Redondo que é a questão da sobreocupação de espaço do edifício associativo onde está a Junta de Freguesia, o Posto Médico, a Banda, a Associação Os Carvalhenses, em que agora foi lá posto um telhado no âmbito de uma delegação de competências, e de requalificar a sede velha da Associação Os Carvalhenses e de se libertar espaço para as outras associações, particularmente para a Banda Filarmónica. É uma aspiração que sempre lhe foi transmitida. Em relação à Associação Recreativa e Cultural O Paço existem já orçamentos da Ecodemo em que só substituir o telhado, que está em fibrocimento/amianto, custa 30.000,00 euros. Portanto, requalificar a sede da Associação do Paço custaria 54.000,00 euros. Existem também obras a decorrer na Casa do Pessoal da Urgeiriça. Hão-de estar identificadas ali também as obras na Associação de Póvoa de Santo António. Há-de estar ali também identificada uma outra situação em que existe orçamento que é a sede do Rancho Folclórico de Vale de Madeiros que também tem a cobertura de fibrocimento. A mesma coisa acontece com parte da sede da Associação de Vila Ruiva. Há lá partes do edifício que também tem fibrocimento. Esta questão das associações poderia ser um aproveitamento supletivo de todos os montantes que no decorrer do desenvolvimento das obras que fossem sendo efetuadas e do acompanhamento que fosse sendo feito podia reverter e está em aberto e pode ficar definido também, escrito, mas o espírito era esse, de vir a reunião de Câmara por prioridades, associação a associação e conjugar aquilo ali também com as outras fontes de financiamento que a Câmara vai ter que é o Orçamento para 2017 e é também, assim o espera, ele, Senhor Presidente, e estava a fazer tudo nesse sentido, dava também conta aos Senhores Vereadores das diligências que tem efetuado relativamente à revisão do Plano de Ajustamento Financeiro em que está previsto um cofinanciamento de 1,5 milhões de euros para as obras a realizar no âmbito dessa revisão. Não há ainda parecer da Direção Geral das Autarquias Locais. Tem estado em contacto com o Senhor Secretário de Estado porque a Direção Geral das Autarquias Locais está à espera dum despacho interpretativo relativamente aos contratos celebrados pelas Autarquias que têm PAEL, ou reestruturação financeira e a conjugação desses contratos com a legislação existente na época e com a legislação entretanto saída, quer a Lei das Finanças Locais, que é nova, que é a Lei n.º 75/2013 e o Regime Jurídico do Fundo de Apoio Municipal, que tem regras específicas diferentes daquelas que existiam anteriormente e que são aplicáveis ao Município de Nelas, que tem a conjugação dos dois fatores, tem a reestruturação financeira e tem o PAEL. A Direção Geral das Autarquias Locais e a Inspeção Geral de Finanças não sabem bem como é que hão-de proceder relativamente aos 60 Municípios que estão nesta situação e cuja Lei do Orçamento do Estado disse que, ao abrigo de financiamentos para fundos estruturais de participação camarária não contariam para o limite do endividamento. Ainda ontem mesmo, ele, Senhor Presidente, esteve a falar para o Gabinete do Senhor Secretário de Estado e a todo o momento, nos próximos 15 dias, haverá novidades relativamente a isso uma vez que é importante para definir por exemplo o IMI e a indicação que temos que dar às Finanças para o ano que vem. Mas seja como for poderá ser também uma fonte de financiamento para confortar algumas obras necessárias nas Associações. Daí também os Senhores Vereadores ficarem a saber aquilo que ele, Senhor



### Reunião de 13/07/2016

Presidente, foi falando e as necessidades que as associações lhe foram transmitindo. Há obras mais prioritárias do que outras mas era uma questão que poderia sempre ficar para uma análise posterior, caso a caso. O Senhor Vereador Adelino Amaral diz que concorda, reafirmou aquilo que já disse na reunião de Câmara. Concorda com o montante financeiro mas que deixaria para a reunião de Câmara discutir o quadro das obras. Pensa estar fiel ao pensamento do Senhor Vereador Adelino Amaral. Se não for ele depois também terá oportunidade de o clarificar. O Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira diz que não foi posta em causa a lista de obras. Presume também que se houver mais dinheiro do IVA, se houver mais dinheiro da DIA, se houver mais dinheiro das obras que se vão executar que haveria ali um conjunto de outras obras que gostaria depois de ver incluídas e serem contempladas. Fala da estrada de ligação de Casal Sandinho à Zona Industrial. Fala na questão de juntar um crematório na melhoria, alargamento e parque de estacionamento do cemitério de Senhorim. Fala na recuperação da Escola das Carvalhas. Podia dizer ao Senhor Vereador Artur Ferreira que a própria associação das Carvalhas, nesta altura, não tem direção. Também a aquisição de um meio de transporte como apoio social na Freguesia de Senhorim. O Executivo tem previstos meios no Pacto de Desenvolvimento e Coesão Territorial também neste sentido no âmbito, quer da própria Universidade Sénior, no âmbito da Biblioteca Itinerante. Também tem lá medidas que podiam confortar um meio que ali está. Parece-lhe uma iniciativa excelente e que o Executivo gostaria de acompanhar. Depois uma obra mais pesada em termos financeiros que seria a construção de uma ciclovía na Variante de Nelas, desde o Estádio até à Rotunda da Vinha e entre Algeirás e Carvalhal Redondo. O Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges reafirma o princípio geral de que a maioria das obras deveria ser aplicada na Freguesia de Senhorim. Que todas as Freguesias possam ver algum investimento. Sugere ali que uma vez que as obras referenciadas na requalificação das zonas industriais poderão vir a ter financiamento por parte desta fonte de financiamento, que os 300.000,00 euros referidos na melhoria das zonas industriais fosse dividido entre Vilar Seco e Canas de Senhorim, que poderão permitir investimentos em Vilar Seco e Canas de Senhorim e cumprir o objetivo de que a maioria seja aplicada na Freguesia de Senhorim e o reforço de investimento em Senhorim. Ele, Senhor Presidente, reafirma ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, que nestas prioridades nas zonas industriais, admitia que podia ter sido mais proativo no sentido da consensualização da lista de obras. Agora, relativamente à lista de obras ninguém o pode acusar de não ter correspondido àquilo que, do ponto de vista de um gestor preocupado com a boa gestão da coisa pública, era absolutamente prioritário e uma das coisas que considera absolutamente prioritário e tem recebido ali apelos dramáticos dos industriais, por exemplo, da Batista & Loureiro e da Enernel, que já têm mais de 20 trabalhadores a trabalhar, em frente ao Ecocentro e que vêm ali dizer porque é que a Câmara não requalifica aquele espaço e que no inverno abre regueiras por ali fora. Não conseguem passar os carros e não conseguem passar as pessoas para trabalhar. Só não está a Zona Industrial da Ribeirinha nas prioridades de Girabolhos porque está lá a decorrer lá uma empreitada de 160.000,00 euros pelas razões que explicou na anterior reunião de Câmara. A obra paralela à própria Faurécia, está no protocolo e estava já quando foi a questão da Azurmetal, o compromisso de a Câmara, no prazo de 120 dias, requalificar e pavimentar aquele acesso. Considere, ele, Senhor Presidente, que a questão da nossa candidatura à requalificação das zonas industriais será analisada, depois será viabilizada. Serão discutidos que investimentos é que serão feitos. Seriam obras,



## Reunião de 13/07/2016

ao abrigo deste protocolo da Endesa, que eram possíveis já fazer. Fazer já em frente ao Ecocentro pavimentar aquilo que está em terra batida e que prejudica alguns industriais. A QBeiras tem lá dezenas de pessoas a trabalhar e os camiões vão lá virar em baixo, os dos Aquinos, todos os camiões que servem aquelas fábrica e o Executivo anda sempre ali com grande despesa a pôr tout-venant e no inverno é uma calamidade que os TIR não conseguem virar e por isso era necessário pavimentar aquele espaço. Depois, criar as condições junto à Faurécia para que aquelas duas empresas, a que está já com o pavilhão construído e a outra em que a Câmara cedeu o terreno para a empresa de camionagem, também tivessem condições. É essa a prioridade. Diz ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges que há duas grandes prioridades em Vilar Seco, com as quais o Senhor Presidente da Junta que esteve na reunião, concorda. É a ETAR e ela está candidatada e terão novidades para setembro, e é o alargamento do cemitério, que também já está garantida a compra dos terrenos. Hoje vem a reunião de Câmara apenas uma questão para poder fazer a escritura porque os pagamentos já estão feitos. A Câmara já está na posse dos terrenos. E a intenção do Executivo é o mais rapidamente possível, mesmo sem fazer completamente o cemitério, é fazer um talhão para que possa, provisoriamente estar garantida essa necessidade básica em Vilar Seco. Não lhe pareceu, mesmo da parte do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, grande preocupação. A mesma coisa se diga de Canas de Senhorim. O investimento que tem sido feito em Canas de Senhorim, fruto das vicissitudes próprias do QREN, da recuperação da ETAR, depois da Avenida da Estação, depois do cumprimento da requalificação da Raposeira e a Avenida da Estação obrigou à construção da rotunda, obrigou a novo parque de estacionamento, agora a compra na Zona Industrial da Ribeirinha de quase 70 hectares de terreno à Família Machadinho que o Executivo está a pagar, a requalificação da Zona Industrial, quer o desaterro, estão investidos em Canas de Senhorim nos últimos dois anos e meio, pouco mais, valores não muito inferiores a 2 milhões de euros, passa de 2 milhões de euros, razão pela qual, a Junta de Freguesia também esteve ali na reunião, a requalificação das fossas da Póvoa de Santo António e numa primeira fase, de Vale de Madeiros e a feitura do projeto da construção duma nova ETAR na Zona Industrial da Ribeirinha que possa entrar no Aviso de 1,5 milhões de euros, fechado ao Município de Nelas, por parte da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim entendiam como suficiente, atendendo ao enquadramento geral das prioridades que vêm sendo estabelecidas nos últimos anos e a razão por que tem acontecido assim. A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves deixou também em aberto para reunião de Câmara a discussão das questões relativamente ao anexo da lista de obras. O Senhor Vereador Dr. Manuel Marques veio ver os projetos e sugeriu ali, apenas, no dia 4 de agosto que ele, Senhor Presidente, patrocinasse uma reunião com os representantes legais da Endesa e demais Vereadores da Câmara para discussão dos anexos do protocolo cuja ratificação foi rejeitada. Ele, Senhor Presidente, abrindo esta frente de consensualização por via dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e correspondendo e era isso que ele só queria dizer antes de terminar. Pede desculpa de tentar ocupar demasiado tempo mas fá-lo sempre na expectativa de acrescentar informação útil à discussão posterior dos assuntos. Considerou que abrindo esta linha com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia e particularmente esta questão da Rua do Barreiro e da requalificação da ligação de São João do Monte a Vila Ruiva, que rondará os 200.000,00 euros, a sua proposta concreta, depois de toda esta exposição, é que fosse acrescentada à lista de obras três questões. 1 - Que fosse acrescentado à lista de obras



## Reunião de 13/07/2016

estas duas obras, no valor de 200.000,00 euros, que seriam para fazer nos mesmos termos que estão protocolados e ficaria expresso isso em ata da reunião de Câmara. 2 - Que, pelo menos uma vez por mês, fosse dado conhecimento à Câmara do evoluir da concretização do protocolo. 3 - Que novas obras, ou obras em associações, estejam sempre dependente, como é natural, de deliberação de Câmara nesse sentido e em função também das prioridades que forem acompanhando. Portanto que fossem acrescentadas à lista de obras estas duas obras, no valor de 200.000,00 euros, e esperar que quer pela DIA e do IVA, quer por via de uma consideração do apoio associativo no âmbito do Orçamento do ano que vem e que será debatido a partir de daqui a dois meses. Em outubro estarão a negociar o Orçamento do ano que vem. Crê que é comportável garantir por esta questão as duas obras. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que não apresentou qualquer proposta porque já a tinha apresentado no dia 13/06/2016 quando o Senhor Presidente também prometeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim a pavimentação da estrada Vila Ruiva – São João do Monte e a pavimentação do Caminho dos Barreiros. Está ali. Foi esta proposta que o Senhor Presidente não quis ouvir e que não quis deixar falar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim, que era essa proposta que ele queria apresentar. Hoje fica muito satisfeito pelo facto do Senhor Presidente já aceitar estas duas obras. Mas também ainda fica mais satisfeito pelo facto do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim dizer que não quer mais obras deste bolo da Endesa para a sua Freguesia porquanto ele, Vereador Dr. Marques sabia que ele reagiu com alguma veemência quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim reivindicou estas duas obras. Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim por, de facto, não querer mais nada para a sua Freguesia, mas ele, Vereador Dr. Marques, contraria o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim. Quer, deste protocolo da Endesa, obras para Canas de Senhorim, quer obras para Vilar Seco, quer obras para Carvalhal Redondo. Ao contrário daquilo que o Senhor Presidente da Câmara o acusa publicamente que ele, Vereador Dr. Marques, só quer obras para Senhorim, não é verdade porque ele, desde a primeira hora vem dizendo que lamentavelmente as obras indicadas na listagem geral anexas ao protocolo resulta da sua leitura que algumas populações não beneficiam de um cêntimo desta indemnização, designadamente Vilar Seco, Carvalhal Redondo, Nelas e Canas de Senhorim. Foi isso que ele, Vereador Dr. Marques, disse no dia 13. É isso que ele continua a dizer- Mentiria, obviamente, se dissesse que não queria que este dinheiro fosse todo aplicado em Senhorim. Não. Não porque todos as populações do Concelho foram prejudicadas pela não construção da Barragem de Girabolhos. Agora, repetia e estava ali escrito também que entendia que Senhorim devia ter uma majoração porque foi efetivamente a Freguesia mais prejudicada, majoração no sentido de ser mais contemplada que as outras Freguesias. Por isso não respondeu ao Senhor Presidente da Câmara porque entendeu que não o devia fazer porque já estava ali expresso e explanado, bem escrito, redigido, na proposta que apresentou e que o Senhor Presidente não quis aceitar porque, que lhe permitissem uma questão e que lhe permitissem plagiar ali um Senhor Vereador. O Senhor Vereador disse claramente que o protocolo estava bem feito. Concordava. O protocolo está bem feito. Não estão bem feitos são os anexos que o acompanham. É aí que os Senhores Vereadores pediram que fosse votado em separado e esse Senhor Vereador pediu para ser votado em separado exatamente para dizerem





## Reunião de 13/07/2016

que o protocolo estava em condições. O Senhor Presidente vem agora ali apresentar um rol de obras para as associações. Isto não passa de uma mera coação aos Vereadores. O Senhor Presidente quer chegar às associações e dizer que aqueles marotos, aqueles malandros dos Vereadores da Oposição, que é o que está a fazer, que foi o que fez na Aguieira e é o que está a fazer por onde vai passando, não o deixaram aprovar subsídios para as associações. Não entende porque é que nas 60 associações que o Senhor Presidente tem no mapa, apenas 30 delas são contempladas com valores e depois diz - a definir, a definir, a definir. Mesmo com esta indefinição o Senhor Presidente tem ali um valor de 841.000,00 euros para 30 associações. Pergunta, se toda as associações do seu Concelho, 30 que estão contempladas e 30 não contempladas, com toda a clareza e com toda a frontalidade, qual é o valor efetivo para ser doado às associações. Se em 30 associações gastaram 841.000,00 euros, certamente nas outras 30 associações que faltam e que não estão ali contempladas, gastará o Senhor Presidente mais 800.000,00 euros, o que dá 1.600.000,00 euros. Não sabia onde é que o Senhor Presidente irá buscar esse valor, até porque, ele, Vereador Dr. Marques, conhece os protocolos da Câmara de Mangualde, falou com o Senhor Presidente da Câmara de Mangualde, estava à vontade e estava autorizado para o fazer até porque estava ali no desempenho da sua função de Autarca, não há nada disto nos protocolos dos outros Concelhos. O Senhor Presidente fez aquilo para coagir os Senhores Vereadores. Vai a eleições, acredita na vitória do CDS, mas vai a eleições com verdade, com coerência e com verticalidade. Vai a eleições defender esta questão sem medo e sem qualquer problema. Propunha para a Freguesia de Senhorim: ligação da estrada de São João do Monte a Póvoa de Luzianes; oferta social, ou Centro de Vila Ruiva e requalificação da Escola Primária. Foram estas que o Senhor Presidente colocou no anexo. Ele, Vereador Dr. Marques, acrescenta: pavimentação da estrada de Vila Ruiva a São João do Monte e pavimentação do Caminho dos Barreiros, aqueles que o Senhor Presidente prometeu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim. Na Freguesia de Nelas: pavimentação da ligação da E.N. n.º 231 às Caldas da Felgueira. Freguesia de Santar e Moreira: Rua da Soma, ligação Moreira – Nelas. Também eram essas que constavam no anexo. Freguesia da Lapa do Lobo: não alterou, pôs pavimentação da Rua do Castelão. Freguesia de Carvalhal Redondo e Aguieira: alterou, o Senhor Presidente propôs só a Variante da Aguieira, ele alterou e propôs: projeto de requalificação/reconstrução da associação velha em Carvalhal Redondo, que é uma promessa que há se lhe deve e uma promessa que ficou no âmbito da cedência do terreno onde hoje se realiza a feira. Esse é um aumento que ele, Vereador Dr. Marques, quer e estão a negrito para esse efeito. Freguesia de Vilar Seco, que o Senhor Presidente não pôs um cêntimo para Vilar Seco. Ele, Vereador Dr. Marques, pôs: pavimentação do arruamento do loteamento do Prado. Freguesia de Canas de Senhorim: o Senhor Presidente da Junta não quer nada para Canas de Senhorim. Admira-se que uma Junta tão ambiciosa, umas populações tão ambiciosas que é de louvar a sua ambição, não quer. Mas ele, Vereador Dr. Marques, propõe a execução do projeto do Multiusos da Casa do Frazão. O Senhor Presidente perguntará aonde é que ele, Vereador Dr. Marques, vai buscar o dinheiro para ele, Senhor Presidente, fazer isso. Ele, Vereador Dr. Marques, escreveu na sua proposta: As obras que aditei/aumentei, indicadas a negrito, além daquelas que unilateralmente, foram apresentadas pelo Presidente da Câmara serão liquidadas com o valor de 429.407,82 euros, retirado das obras que foram objeto de candidatura a fundos comunitários, como anunciou na imprensa o Presidente da Câmara em



### Reunião de 13/07/2016

28 de maio de 2016 e 20/07. É aquele anúncio que o Senhor Presidente faz. Câmara candidata-se a 6 novas ETAR,s – Financiamento comunitário até 85%. Depois vem ali dizer: As 3 ETAR,s da Freguesia de Senhorim, estava ali escrito. Depois, o Senhor Presidente vem ali incluir ruas no protocolo da Endesa quando o Senhor Presidente faz um projeto de 10 milhões de euros de investimento com as áreas empresariais e cria 180 empregos, que podem ser criados. Nesta candidatura que o Senhor Presidente faz, que anuncia de forma à sua boa maneira, inclui lá essas ruas. Ele, Vereador Dr. Marques, foi testemunha num processo por questões de desempenho das suas funções associativas de um Senhor Presidente que fez uma coisa destas e depois foi responder a tribunal, criminalmente e civilmente. Diz ao Senhor Presidente da Câmara para retirar estes 429.000,00 euros porque já foi o Senhor Presidente que disse que eram objeto de candidatura e que pusesse em Canas de Senhorim a Casa do Multiusos, que pusesse em Vilar Seco, que pusesse o projeto da requalificação da associação velha de Carvalhal Redondo e que pusesse também em Vila Ruiva o Caminho dos Barreiros e a estrada de Vila Ruiva a São João do Monte. Não era nada de mais o que estava a pedir. Acha que isso é que é a verdade e isso é que é a clareza daquilo que o Vereador Dr. Manuel Marques pretende, ao contrário daquilo que o Senhor Presidente vai anunciando e vai difamando dizendo quem ele só quer tudo para Senhorim. Não é verdade. Desde a primeira hora que nunca disse isso. Mais uma vez estranha muito é como é que o Senhor Presidente vai resolver o problema das associações. É mais uma forma de dizer, votem lá o protocolo porque se não dos 6 milhões de euros já não há dinheiro para chegar a Nelas. Não era verdade e as populações que se tranquilizem e sosseguem porque isso não é verdade. A verdade é que o Senhor Presidente da Câmara fez ali uma tramoia que ele próprio quis fazer. Ele próprio quis ali arranjar, saiba-se lá porque é que não quis chamar os Vereadores da Oposição, quis ele unilateralmente resolver aquilo. Não sabia porquê mas pode ser que um dia mais tarde se venha a saber e quando ele, Vereador Dr. Marques, pede ao Senhor Presidente uma reunião com os Senhores da Endesa, até porque foi o anterior Executivo que assinou, ou que desenvolveu este processo para a construção da Barragem, foi no tempo da Senhora Dr.<sup>a</sup> Isaura Pedro, foi no tempo do PSD e do CDS que este projeto obteve a aprovação da Câmara Municipal pelo menos no impacto ambiental e o Senhor Presidente da Câmara quis vir a ele buscar todos os louros só para ele e esquecer os outros que desde a primeira hora fizeram um trabalho excelente para que este projeto fosse concluído. Infelizmente, não foi com os graves prejuízos que daí decorrem para as populações. É esta a sua proposta. Entregar-lha-á depois de a assinar e os Serviços tirarem fotocópia. Queria dizer ao Senhor Presidente, que se a memória não o atraiçoa, acha que foi no dia 13, ou no dia 27, na repetição da reunião de Câmara, disse que os projetos estavam todos aprovados, estava tudo prontinho, era só assinar e entregar ao outro dia para avançar com os concursos. Ele, Vereador Dr. Marques, pouparia isso a um Engenheiro, pouparia isso a um Economista, pouparia isso a um Matemático, pouparia isso a um Filósofo, pouparia isso a um Professor de Artes Marciais, agora não pouparia a um Presidente da Câmara que é licenciado em direito, está na Câmara há 3 anos e não sabe que para fazermos um concurso para estas obras elas tinham que estar perfeitamente concluídas. O Senhor Presidente, nos Serviços apenas tem isso, tem uma estimativa e quem está ali sabe muito bem, os Senhores Presidentes de Junta sabem muito bem que não é com estimativas que se fazem concursos. É com cadernos de encargos, é com projetos, é com medições, é com tudo. O Senhor Eng.<sup>o</sup> que o Senhor Presidente está a pagar, acha que é



Reunião de 13/07/2016

9.000,00 euros para vir resolver o impacto ambiental da Barragem de Girabolhos chamou ao Gabinete pessoas desta casa e disseram-lhe que nem um levantamento topográfico têm. Pergunta ao Senhor Presidente da Câmara como é que sem levantamento topográfico pode fazer movimentação de terras, pode medir, pode contabilizar. Não percebe como é que isso foi feito. Era sincero, às vezes excede-se na sua forma de expressão mas que fique claro e que fique em ata que quando o Senhor Presidente vier com verdade para este Órgão, não faltar à verdade, garante-lhe que entra mudo e sai calado, ou entra calado e sai mudo. O Senhor Presidente dizia há bocado que estavam ali os projetos. Ele, Vereador Dr. Marques e a Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves foram lá e não têm nada, zero. Se o Senhor Presidente quiser apresentar hoje um concurso, lançá-lo na plataforma, dir-lhe-á que não é competência da Câmara Municipal lançar na plataforma, é certamente da Endesa, mas a Endesa, certamente, fará os seus concursos por fornecimento de documentos da Câmara Municipal. Pergunta, como é que sem documentos, como é que sem projetos, como é que sem movimento de terras, recorda a estrada de Póvoa de Luzianes, como é que o Senhor Presidente pode responsabilizar o empreiteiro se não executar devidamente o projeto? Essa é que é a sua grande dúvida e não há projeto nenhum. Não vale a pena o Senhor Presidente dizer que há projetos porque não há. O Senhor Presidente permitirá que os Serviços tirem uma cópia da sua proposta e é ao contrário daquilo que diz o Senhor Presidente e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim que diz que não quer para lá dinheiro, mas ele, Vereador Dr. Marques, quer que vá para Canas de Senhorim uma obra que foi comprada e que gostava de a ver construída pela sua mão, ou pela mão de quem quer que seja porque para ele o bem-estar, as obras nos Concelhos, venham de quem vierem, venham do Partido Comunista, venham do Bloco de Esquerda, venham do CDS, venham do PSD, venham do PS, ele quer é as obras feitas e gostava de ver aquela Casa do Frazão a arrancar porque ele bem sabia quantas vezes teve que ir a Lisboa para a negociar. Portanto, era oportuno que com este dinheiro, mesmo que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim não o queira, com este dinheiro fazermos a execução do projeto do Multiusos de Canas de Senhorim. Com estas propostas, votará favoravelmente, sem qualquer reserva o protocolo. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges cumprimentou todos os presentes. Afirmou que começaria por referir que a continuação da discussão deste nos termos em que o Senhor Presidente propôs, mas queria fazer uma pequena observação. Não se podem esquecer que o Senhor Presidente no dia 29 de julho de 2016 o acusou e seguramente a mais pessoas e elas irão dizer, que os Vereadores inviabilizaram os investimentos que estão ali a discutir, com um comunicado feito com o dinheiro de todos os Municípios e distribuído pelo Concelho, acusando-os de uma inverdade e prova de que isso é uma inverdade é o facto de hoje estarem ali a discutir isso mesmo. Depois, também queria referir que nesta listagem que o Senhor Presidente agora referiu e lhes entregou, lista de apoios eventualmente a protocolar com as associações, há ali algumas coisas que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, acha curiosas. O Senhor Presidente referiu uma série de coisas, mas escapou-lhe o segundo valor mais elevado que ali está, Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim - 80.000,00 euros. Subida de Divisão – Urgente. É este, em rigor, que o dinheiro da Barragem de Girabolhos se calhar vai servir, para promover a subida de divisão dum clube desportivo. Não concorda, sinceramente e parece-lhe que aquilo é propaganda para enganar os mais incautos porque há ali obras,



## Reunião de 13/07/2016

algumas delas, ou se calhar a maioria, serão situações necessárias e desde que haja dinheiro e desde que haja justiça na repartição, elas serão apoiadas por ele, Vereador Dr. Alexandre Borges. Mas este valor de 80.000,00 euros, ou há ali um erro. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que era para a recuperação dos balneários. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que está ali uma nota que diz - subida de divisão – urgente -150 atletas. Se forem 80.000,00 euros para pagar a atletas do GDR de Canas de Senhorim. -----

---- Senhor Presidente afirmou que já tinha dito ao Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges que era para a recuperação dos balneários. Estava ali um lapso e escusava de estar a insistir na mesma coisa. Já disse que é para recuperação dos balneários do Grupo Desportivo e Recreio de Canas de Senhorim, que é uma exigência em função da subida de divisão desse Grupo Desportivo para a Divisão de Honra que estão em situação, que era uma exigência legal. Se a maioria que se criou agora é nem sequer o deixarem falar, que estivessem também à vontade.

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que estava esclarecido e que o Senhor Presidente o esclareceu de um assunto que se for assim outras opiniões haverá. Estava ali escrito – Subida de divisão – urgente -150 atletas. Levantou uma dúvida. -----

---- O Senhor Presidente pediu para serem intelectualmente honestos. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que ser intelectualmente honesto é ler o que o Senhor Presidente escreveu e entregou aos Vereadores e se há dúvidas estava ali escrito - Subida de divisão – urgente -150 atletas. Teve uma dúvida, pelos vistos legítima porque o Senhor Presidente acha que isto não faz sentido nenhum e felicita o Senhor Presidente por aquilo não fazer sentido nenhum e está esclarecido. Fala como muito bem entender, não é como o Senhor Presidente entende. Perguntou ao Senhor Presidente se duvidava que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, falava grosso, ou o Senhor Presidente só se dá com pessoas que falam manso? Não gosta de pessoas que falam grosso? Temos pena. Se calhar o Senhor Presidente devia pensar porque é que a maioria que se formou ali se formou. Está na reunião e está no uso da palavra. Tem muito juízo. Não é ele que não tem juízo. Continuando na questão das contrapartidas. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o Povo e que para bem do Concelho é preciso avançar. -

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges perguntou se o Povo também precisava de comunicados a dizer mentiras. O Senhor Presidente discute aquilo que a Câmara quiser discutir. Não é aquilo que o Senhor Presidente quer discutir. As coisas que o Senhor Presidente quer discutir discute-as com quem bem quer. Com a Câmara discute aquilo que a Câmara quer discutir. Relativamente às contrapartidas da Barragem de Girabolhos, ao contrário do que o Senhor Presidente afirmou por escrito, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não era contra a assinatura do protocolo, nos termos em que o protocolo foi feito, apenas e só contra algumas das obras apresentadas em anexo, concretamente aquelas que já foram objeto de candidatura a fundos comunitários, ou que vão ser e que o Senhor Presidente, pese embora as observações de cautela feita por algumas pessoas, insistiu dizendo que iam investir 10 milhões de euros e não faz sentido estar a candidatar, ou a incluir obras que são objeto de candidaturas, nomeadamente os quase 300.000,00 euros para as zonas industriais. Também concorda com ali disse e como enviou, que haja alguma distribuição por todas as Freguesias, concretamente, em Vilar Seco e em Canas de Senhorim e que as outras obras que estão previstas nas restantes Freguesias sejam mantidas. As obras que proporia para se fazer



Reunião de 13/07/2016

em Canas de Senhorim e, ao contrário do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques disse, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, não acredita que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, porque o conhece minimamente, não acredita que ele não defenda investimento em Canas de Senhorim e que o deixasse dizer que o argumento que utilizou de que os investimentos que estão a ser feitos em Canas de Senhorim de fundo justificam o não investimento de contrapartidas da Barragem de Girabolhos, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, aceitaria esse argumento se o mesmo fosse feito para outras Freguesias. Não vê investimento zero na Freguesia de Nelas. Perguntou quantos terrenos é que foram comprados na Freguesia de Nelas. O Senhor Presidente justificou o não investimento em Canas de Senhorim porque estão a ser feitos outros investimentos, nomeadamente 1,5 milhões de euros a 2 milhões de euros na Zona Industrial da Ribeirinha, na ETAR de Canas de Senhorim, por aí fora, Pergunta ao Senhor Presidente é que se na Freguesia de Nelas, com os 4,3 milhões de euros da ETAR, se com a compra dos terrenos na Freguesia de Nelas, se com a Loja do Cidadão, por aí fora, se esse mesmo argumento não é válido para a Freguesia de Nelas. Se esse argumento é válido para Canas de Senhorim, então a Freguesia de Nelas, por maioria de razão, também não devia ter nenhum investimento. Não compra esse argumento. Também acha que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim também não o compra. Se calhar quem o compra é alguém que se julga Presidente de Junta não o sendo. O que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, tem ali para propor, concretamente para Canas de Senhorim, algumas coisas que ele ouve e que acha que são necessárias e que, ao contrário daquilo que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques diz, ele é um bocadinho mais comedido, até porque gosta de ver as coisas realizadas e não lhe parece que devam ali fazer propostas que ele pensa que serão irrealistas, acha que há coisas muito simples que podiam ser feitas, concretamente a construção de uma casa de banho junto ao Terreiro da Igreja. Há ali um conjunto de iniciativas que são permanentes ao longo dos anos como a Feira Medieval, como o Carnaval, como algumas outras coisas que são feitas naquele espaço e falta ali um espaço, uma casa de banho pública para poder servir aquele espaço. Também proporia a construção de passeios na Rua do Paço, pelo menos num troço da Rua do Paço. É uma via que está consolidada seguramente há mais de 40 anos sem qualquer tipo de passeios. E outra era uma recarga, uma camada de desgaste na Avenida António João Pais Miranda que liga a estrada que vai para a Aguieira a essa mesma Rua do Paço. Outra coisa que também queria propor para Vilar Seco, algo que também lhe chegou por parte de alguns Municípios e em tempos pelo Senhor Presidente de Junta, é a construção de um balneário e casas de banho públicas atrás do Polivalente, Associação e Escola, que poderia servir esses três espaços. Também uma recarga de pavimento na estrada que liga Vilar Seco à Aldeia de Carvalho que, provavelmente, será uma das estradas, é um troço que não chega a 1 km e também não seria necessário um trabalho muito dispendioso. É uma via que está cada vez com menos buracos porque os buracos são tão grandes que está um pouco como a estrada que liga a Felgueira à E.N. n.º 231 e também lhe parece que seria benéfico se pudesse ser incluída na lista. Uma outra obra que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, também acha que devia ser feita, um troço pequeno na Freguesia de Nelas, que é a pavimentação da Rua Armando Monteiro, aquele troço que vai da rotunda ali do Centro de Saúde até à outra rotunda da associação. São seguramente 200 metros talvez e que se, eventualmente, sobrar alguma coisa que pudesse ser feito ou considerada esse troço de estrada. Era isto que tinha para dizer. -----



## Reunião de 13/07/2016

----- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Cumprimentou todos os presentes, afirmou que em relação ao assunto queria só dizer que, no e-mail que enviou, a sua dúvida e a dúvida que se apresentou na Câmara era, se realmente as obras que não tinham sido contempladas em número suficiente, achavam eles, para a Freguesia de Senhorim e aquelas que eram com fundos comunitários que podia trazer essa complicação. Na altura pedia também que fosse feita uma reunião com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia até pelo que estavam ali a ver, todos os Vereadores tinham opinião, algumas vindas dos Senhores Presidentes de Junta, outras nem por isso e se calhar quem está mais dentro das necessidades das Freguesias são os Senhores Presidentes de Junta e também com o apoio da Câmara. E para também tirar qualquer equívoco qual era a posição dos Senhores Vereadores relativamente a esta situação. As obras que foram apresentadas, pretendia que fossem incluídas, nem que fosse a zero, no protocolo, para que fiquem assentes nesse sentido e quando houvesse algum valor que viesse a ser desbloqueado através do IVA, ou de outras obras que não foram feitas por causa dos fundos, que fossem trazidas a reunião de Câmara para ver da sua necessidade urgente das mesmas e que estivessem já previstas nesse protocolo. Queria dizer ao Senhor Presidente o que foi dito na última reunião de Câmara em que estiveram a discutir o protocolo, que era importante e acha que era necessário, o Senhor Presidente já falou, que ficassem estabelecidas todas as primeiras, ou segundas reuniões do mês, viesse a execução da obra que tinha sido feita até ao mês anterior para os Senhores Vereadores terem conhecimento daquilo que realmente está a ser acompanhado. Acha que a primeira fase da Variante de Moreira a Nelas que está prevista no protocolo, pensa que é das Oficinas até à estrada de Carvalhal Redondo, são 80.000,00 euros. Acha que é importante fazê-la quanto antes. Queria dizer aquilo que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges disse, acha que no comunicado do Senhor Presidente fez há lá situações que nunca foram discutidas em reunião de Câmara e é importante também para as pessoas e até porque muitas vezes depois passa lá para fora que os Senhores Vereadores tinham conhecimento de tudo e não tinham. As obras das associações que estavam previstas que o Senhor Presidente falou, algumas delas até já foram aprovados ali os protocolos anteriormente. Já estão até protocoladas com essas associações algumas dessas obras e os Senhores Vereadores não tinham conhecimento, realmente, daquilo que estava lá. Queria trazer outra situação que era ter já conhecimento que a Endesa, ou a Hidromondego, não sabe quem é que será, não viu a carta, está a começar a notificar as pessoas para se quiserem reverter a situação que fizeram. Compraram os terrenos e agora está a notificar as pessoas que lhes venderam os terrenos para reverter essa situação com o ónus, ou não, que depois tem que saber nos terrenos. Era importante também o Senhor Presidente ver essa situação. Aquilo trará sempre custos para quem, alguns pelo menos, quem já tem lá estradas nos terrenos não sabe para que é que eles querem agora as estradas que antes eram terrenos agrícolas. Era importante que se sensibilizasse a empresa que está a fazer isso até porque muitos dos proprietários este ano estão a fazer a declaração de IRS e têm valores de mais-valias a pagar. Portanto, em cima uma coisa da outra eles não percebem muito bem aquilo que está a acontecer e depois pode criar problemas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral cumprimentou todos os presentes. afirmou que começava por levantar ali duas questões em relação a este processo. A primeira questão era, que no fundo esteve na origem de toda esta instabilidade e de todo o



### Reunião de 13/07/2016

desenvolvimento que este processo teve. A primeira dúvida era se é possível, ou não, alterar o anexo que era anexo ao protocolo. Se é possível, ou não, alterar, poder-se-ia ter alterado depois de votado e aprovado o protocolo. Depois, há ali outra questão que tem a ver com valores e com somatórios dos investimentos e do custo das obras. O que está estabelecido, o que está acordado é que o Município de Nelas terá uma compensação no valor de 1,5 milhões de euros. Mesmo acrescentando a esse valor a parte do IVA e mais uma outra fatia que poderá ser 250.000,00 euros, mesmo assim ficamos longe dos 2.541.000,00 euros que somam as verbas indicadas no anexo, mais aquelas que foram acrescentadas hoje, mais o valor dos subsídios anunciados e prometidos às associações. Obviamente ninguém é contra a realização de obras. Se alguém disser que ele, Vereador Adelino Amaral, que é Vereador desta Câmara há muitos anos, algum dia se opôs, sem justificação plausível, à realização de alguma obra, está a mentir. Lamenta que algum dos seus amigos que estão ali presentes, eventualmente, tenham acreditado que ele era contra a realização de obras seja onde for, em qualquer parte do Concelho, em qualquer aldeia mais recôndita, ou na sede do Concelho, ou em qualquer das Freguesias. Nunca foi contra a realização de obra nenhuma, não é e nunca será a menos que haja justificações para isso. E da mesma forma, a atribuição de subsídios a associações. Sempre entendeu que as associações são polos de convívio fundamentais para as comunidades. O trabalho dos dirigentes associativos é difícil, portanto, a Autarquia tem que estar atenta a isso e apoiar sempre. Jamais seria contra a atribuição de qualquer subsídio para qualquer associação e lamenta, mais uma vez, se algum dos Senhores Dirigentes associativos, se algum dos Senhores Autarcas ali presentes acreditou que ele, Vereador Adelino Amaral, ou até mesmo qualquer um dos Senhores Vereadores que esteve envolvido neste processo, seriam contra a realização de obras, ou na atribuição de subsídios, lamenta que tenham acreditado porque isso é uma profunda mentira do mais baixo e do mais vil que se pode imaginar. Estes eventuais diferendos baseiam-se nalguns equívocos que convém esclarecer. Em primeiro lugar o Senhor Presidente de Câmara foi mandatado para negociar com a Endesa. Não foi mandatado para decidir, nem para assinar, foi mandatado para negociar. E mesmo que o mandato incluísse a assinatura do protocolo, a distribuição das verbas e os investimentos a realizar careceriam de discussão e de aprovação da Câmara. Foi proposto por ele, Vereador Adelino Amaral, na última reunião de Câmara, para resolver este diferendo, que a votação do protocolo e o anexo fosse feita em separado, aprovando-se o protocolo sem qualquer tipo de reservas e podendo ser discutido o conteúdo do anexo. O que aconteceu depois disso é que foi levada a cabo uma campanha difamatória, como disse, com recurso a mentiras e a calúnias, contra os Vereadores, contra ele próprio, invocando a sua oposição à realização de obras e à contratação de subsídios às associações. Uma parte importante dessa campanha foi a distribuição deste comunicado que ele, Vereador Adelino Amaral, pondera pedir o agendamento para a próxima reunião ordinária porque ele, de facto, contém acusações muito graves, muito graves por parte do Presidente de Câmara à própria Câmara, não é aos Vereadores, é a Câmara. O Senhor Presidente de Câmara está, mais uma vez, a denegrir a imagem do Órgão, Câmara, é à Câmara que ele está a acusar porque a Câmara é a maioria dos Senhores Vereadores, é a decisão maioritária dos Senhores Vereadores e esta campanha não é contra os Vereadores, é contra a própria Câmara e convém que o Senhor Presidente esclareça, de forma cabal, o porquê desta sua posição. Com a posição assumida na reunião anterior, obstaculizando a que fosse votado, em separado, o protocolo e o anexo e com a distribuição



### Reunião de 13/07/2016

deste comunicado, o Presidente da Câmara viciou este processo. Não permitiu que ele fosse discutido em liberdade e com serenidade e viciou e condicionou todo este processo. Ia repetir um pouco aquilo que disse na reunião anterior. Por uma questão de coerência e porque, que se lembre, foi ele, Vereador Adelino Amaral, a única voz que numa primeira reunião que tiveram ali à volta daquela mesa com a Endesa na altura do anúncio do lançamento da obra em que não se discutiam contrapartidas, mas foi ele a única voz que se levantou e que pediu para que, caso a obra avançasse e caso a empresa estivesse disponível para ter alguma atitude de solidariedade para com a comunidade em que a obra estaria inserida, concretamente na Freguesia de Senhorim, que deveria ser dada prioridade total por parte da empresa, não à construção de passeios e rotundas e ruas e avenidas, mas sim de um equipamento social com valências e com qualidade na Freguesia de Senhorim. Foi essa a sua única recomendação e reivindicação aquando do anúncio da construção. Seria lógico que após serem criadas expectativas de desenvolvimento para a Freguesia de Senhorim com a construção da barragem, ou das barragens, seria lógico que ao ser abandonado esse projeto as compensações fossem, pelo menos, aquelas que haveria caso a barragem se concretizasse. Daí a sua defesa, não ia dizer intransigente, mas a sua defesa com alguma persistência de que a prioridade das compensações pela não construção da barragem devia passar pela construção dum equipamento social de relevo na Freguesia de Senhorim e foi isso que ele também propôs ali na reunião anterior. Esse equipamento social absorveria uma grande parte, até talvez a totalidade, se fosse um equipamento adequado às necessidades da Freguesia até a totalidade dessa compensação. Mas admitia que podia ser um equipamento de dimensão inferior para permitir que sejam feitos ainda outros investimentos. Renovando os princípios que ficaram explícitos que não há oposição a nenhum tipo de obras, nem a subsídios e que devem ser excluídas deste anexo, ou deste protocolo, as obras que foram, ou serão objeto de candidatura para apoios comunitários, ou nacionais, excluindo isso, ele, Vereador Adelino Amaral, renova a proposta que fez. Com a licença dos restantes Membros da Câmara ia ler a declaração de voto que entregou na reunião anterior e depois vai ler uma proposta que é uma recomendação porque compreende que todos os Senhores Vereadores não partilharão desta sua ideia sobre a questão do Lar de Senhorim, fica ali a sua proposta e o seu contributo para este assunto. Repetia, votará favoravelmente todas as obras e todos os subsídios, mas a sua proposta era a que lerá a seguir. Antes disso só queria dizer que o mapa que lhes foi distribuído junto com o anexo na reunião anterior, o mapa de hipotéticos subsídios para as associações, como podiam ver, naturalmente não verão, mas tem zero valores para todas as associações. E quando se diz, votaram contra os subsídios às associações todas. Não, não havia subsídios nenhuns, havia zero. O que estava ali era zero. Na reunião anterior ele, Vereador Adelino Amaral, apresentou esta declaração de voto que não teve oportunidade de ler porque, entretanto, o Senhor Presidente interrompeu a reunião, mas então que lhe permitissem que a leia. *“Mais uma vez o Presidente desrespeitou a Câmara ao assinar em seu nome e sem prévio acordo o protocolo que agora vem para ratificação. Poderia ter marcado uma reunião extraordinária. Poderia ter agendado o assunto para a reunião de 29 de junho, dois dias antes da assinatura do protocolo, ou até pôr o assunto à apreciação da Câmara sem fazer parte da agenda. Ninguém se oporia, de certo. Então, qual a razão para que a Câmara não fosse ouvida, nem informada previamente? Por não terem sido levadas em consideração as recomendações feitas pelos Vereadores quando o assunto foi abordado já há algum tempo, ao mesmo tempo*





Reunião de 13/07/2016

*que a Câmara mandou o Senhor Presidente para negociar foram indicados como prioritários investimentos na Freguesia de Senhorim que deveriam absorver a grande maioria do valor da compensação. Seria uma oportunidade única para que Senhorim tivesse alguma discriminação positiva para recuperar um pouco do enorme atraso em termos de investimento público que tem em relação às restantes Freguesias do Concelho. Por exemplo, poderia ser uma oportunidade para levar a cabo uma obra social de relevo, sonho antigo das gentes da Freguesia e que reclamámos da Endesa aquando do lançamento da construção da barragem. Referimo-nos a um Lar de Idosos, ou uma outra obra com várias valências de carácter social que poderia satisfazer em grande medida as carências da Freguesia. A sua importância justifica que pudesse absorver toda, ou grande parte da compensação que cabe ao Concelho de Nelas. As obras ditas sociais previstas no anexo 1 do protocolo, Centro Comunitário de Vila Ruiva e Escola em Vila de Senhorim, haviam sido anunciadas pelo Presidente da Câmara como tendo apoio do Governo e do Senhor Ministro para a sua concretização, não fazendo sentido incluí-las neste protocolo em duplicado. A requalificação da rede de saneamento, fossas sépticas, também poderá ser objeto de uma candidatura a fundos comunitários, Não faz sentido incluí-las também em duplicado. Mas na Freguesia de Senhorim há muitas outras necessidades para a concentração dos investimentos possíveis com este pacote financeiro. Mesmo a intervenção prevista na estrada de São João do Monte – Póvoa de Luzianes não deveria limitar-se à reposição de pavimento mas justificava plenamente a reformulação do seu traçado dada a importância desta ligação rodoviária e a perigosidade do seu traçado. Para além da Freguesia de Senhorim e também como foi referenciado em reunião de Câmara, se justificaria uma intervenção estratégica de valorização de toda a zona ribeirinha do Rio Mondego, confluindo e valorizando a centralidade das Caldas da Felgueira. Assim, considerando as várias opções enumeradas não se justifica estender a área de intervenção deste plano específico a outras Freguesias, todas, com exceção de Vilar Seco e Canas de Senhorim. Não concordamos que com tal extensão se pretenda aproveitar os fundos disponibilizados pelo infortúnio da não realização de um grande investimento para incluir um conjunto de obras há muito prometidas e reclamadas, não executadas até agora por incapacidade e inépcia dos Executivos Municipais. Obviamente, nada temos contra todas estas obras que deveriam ser tratadas como prioritárias na medida em que são comportáveis pelo Orçamento Municipal, a Estrada Nelas – Moreira, a Rua da Soma, em Santar, a Variante da Aguieira, a Rua do Castelão, na Lapa do Lobo, ou estradões nas zonas industriais. Voto contra o conteúdo do anexo 1, justifica-se pela inclusão, neste protocolo, de obras que nada têm a ver com o impacto negativo que a Freguesia de Senhorim sofre com o cancelamento do projeto de Girabolhos. O anexo 1 do protocolo deve ser revisto, como o próprio protocolo prevê e merecerá a nossa aprovação caso respeite os princípios acima enunciados”. Felizmente comprovou-se que era possível rever o protocolo e que é possível haver discussão e haver concertação de todos os Senhores Vereadores para que ele seja o espelho da opinião da maioria dos Vereadores. De seguida, vai apresentar uma proposta que assume o carácter de recomendação. Não é uma proposta que pretende que seja votada, mas é uma recomendação que espelha o seu contributo sobre este processo, mas que inclui também proposta e porque estão em época de começar a preparar o Orçamento de 2017, espelha também algumas ideias para a elaboração desse Orçamento: “No sentido de ultrapassar a situação criada pela não ratificação do Protocolo*



Reunião de 13/07/2016

*assinado pelo Presidente da Câmara, renovo a proposta que apresentei na reunião anterior, para que a votação do Protocolo seja feita em separado do seu Anexo. Em relação ao Protocolo não haverá qualquer objeção, uma vez que ele expressa a intenção e fixa os termos da compensação que cabe, por direito, ao Município de Nelas, pela não concretização do Projeto do Aproveitamento de Girabolhos, devendo por isso ser aprovado. Em relação ao Anexo, que identifica o Programa de Medidas em que serão aplicados os fundos dessa compensação, proponho o seguinte: Considerando as enormes carências da Freguesia de Senhorim e a discriminação de que tem sido vítima ao longo dos anos, na repartição dos investimentos municipais; Considerando também as expetativas de desenvolvimento da Freguesia, que se criaram com o anúncio da construção das Barragens de Girabolhos e Póvoa de Luzianes; E que essas expetativas de desenvolvimento foram frustradas pela decisão de não concretização do referido investimento; Considerando ainda a opinião generalizada dos Vereadores da Câmara Municipal, que os fundos provenientes da compensação pela não construção das referidas barragens, deveriam ser canalizados na sua maior parte para investimentos na Freguesia de Senhorim; E que esses investimentos poderiam contribuir para atenuar um pouco o enorme atraso em termos de investimento público, que Senhorim tem em relação às restantes Freguesias do Concelho. Proponho que os investimentos na levar a cabo, no âmbito da compensação pela não concretização das Barragens de Girabolhos e Póvoa de Luzianes, sejam hierarquizados da seguinte forma: - Construção de um equipamento social de relevo na Freguesia de Senhorim, por exemplo, um Lar do Idosos, que deve incluir as valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário; - Recuperação das ligações rodoviárias Vila Ruiva – São João do Monte e São João do Monte – Póvoa de Luzianes, com retificação de traçado desta última; - Com possibilidade deste eixo rodoviário ter continuidade na ligação E.N. n.º 231 – Caldas da Felgueira, inserida esta num plano de reabilitação e valorização da zona ribeirinha do Mondego, a desenvolver; - Construção, ou recuperação de ETAR,s ou Fossas que sirvam as diversas aldeias de toda a Freguesia de Senhorim, na medida em que estes investimentos não possam ser enquadrados em alguma candidatura que beneficie de apoios comunitários, ou nacionais. Proponho também, e considerando os eventuais compromissos que o Presidente da Câmara possa ter assumido com Autarcas de outras Freguesias, que entendem como legítima a participação das suas Freguesias na distribuição das compensações acima referidas, que as obras seguintes sejam incluídas no Orçamento Municipal de 2017, com verbas que garantam a sua execução: - Variante da Aguieira; - Estrada Nelas – Moreira; - Rua da Soma, em Santar; - Rua do Castelão, em Lapa do Lobo. Proponho ainda e porque se aproxima o período de elaboração do Orçamento e Plano de Investimentos para 2017, que o próximo Orçamento inclua uma verba afeta a uma rubrica de Orçamento Participativo, com valor de cerca de 5% do total do investimento, dando assim resposta a uma pretensão da comunidade, como forma de aprofundar a participação dos cidadãos na gestão autárquica.” Só para terminar, diria aos Senhores Autarcas ali presentes de outras Freguesias que não de Senhorim, que neste processo deverão ter e deveriam ter algum sentido de justiça e de solidariedade mínima em relação à Freguesia de Senhorim porque façam uma radiografia de todas as Freguesias do Concelho e vejam o atraso de obras, infraestruturas, equipamentos e investimento público que Senhorim tem em relação às outras Freguesias. E isso só por si justifica que seja canalizado para a Freguesia de Senhorim a maioria, senão a totalidade deste pacote financeiro. Na*



Reunião de 13/07/2016

Freguesia de Senhorim quantos equipamentos sociais existem? Zero. Quantos equipamentos de apoio médico existem? Zero. Quantos equipamentos educativos a nível de ensino básico existem? Zero. Toda a gente conhece a rede viária da Freguesia de Senhorim no estado de abandono em que está. Toda a gente conhece as carências que tem a Freguesia de Senhorim. Toda a gente se apercebe e infelizmente, os últimos dias são disso prova, toda a gente conhece as dificuldades que há no combate a incêndios e na manutenção da pouca riqueza florestal que existe na Freguesia de Senhorim. Deixo este apelo aos Senhores Autarcas, aos Senhores Presidentes das outras Juntas de Freguesia, por favor, não alinhem em campanhas e em manobras de difamação contra os Senhores Vereadores e contar ele próprio, Vereador Adelino Amaral, que é Vereador há muitos anos, sempre defendeu o Concelho, nomeadamente a Freguesia de Senhorim, nunca tomou ali posições radicais em relação a investimentos em Senhorim. Sempre achou que devia haver equilíbrio dos investimentos por todas as Freguesias, mas o que é verdade é que a Freguesia de Senhorim foi sempre prejudicada e tem agora ali uma única oportunidade que nunca mais se repetirá para que esse atraso seja minimamente compensado. -----

---- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Alexandra Brito Ferreira Cardoso das Neves cumprimentou todos os presentes. Afirmou que já muito foi dito sobre este ponto, mas ele queria dizer que subscreve na íntegra tudo aquilo que o Senhor Vereador Adelino Amaral acabou de dizer, inclusivamente a recomendação. Concorde inteiramente com ele porque Senhorim é das Freguesias mais prejudicadas em todo o Concelho. Não tem um único equipamento social. Acha que as compensações da não concretização da Barragem de Girabolhos devem recair, essencialmente, sobre a Freguesia de Senhorim. Queria também dizer ao Senhor Presidente que nestas reuniões de Câmara começa a constatar que tudo é feito ao contrário porque foi possível discutir e toda a gente colaborar e dar a sua opinião e o seu contributo de uma forma saudável e salutar, sem haver agressões, ou berros. E o Senhor Presidente escusava de ter feito tudo como fez, ou seja, de forma unilateral, assina um protocolo, agrafa-lhe um anexo, chega ali a reunião de Câmara e tenta coagir e obrigar os Vereadores a votar. Os Vereadores não concordaram com esse anexo. Estavam dispostos a assinar o protocolo, apenas lhe pediram para fazer a votação à parte. O Senhor Presidente não cedeu ao pedido dos Senhores Vereadores e vem para a rua com um comunicado, que ela deve dizer-lhe que acha lamentável, em que o Senhor Presidente falta à verdade, difama os Vereadores. Parece que os Vereadores não querem obras para o Concelho. Parece que não querem a compensação da Barragem de Girabolhos, quando tudo não passa de uma mentira do Senhor Presidente, porque, como viu, toda a gente deu o seu contributo, toda a gente quer colaborar. Agora, o Senhor Presidente tem que ouvir os outros. A Câmara Municipal é um Órgão, não é o Senhor Presidente. Todos querem contribuir e várias opiniões são sempre muito mais válidas do que uma só opinião. Relativamente à sua opinião, continua a dizer que acha que a prioridade é a Freguesia de Senhorim. Concorde que se deve construir um equipamento social para a Freguesia de Senhorim nem que isso abarque grande parte da verba que vai ser despendida. Perguntava uma questão aos Senhores Vereadores, porque no anexo que deu aos Senhores Vereadores, três das obras que vêm para Senhorim, uma é a requalificação da rede de saneamento, a outra é o Centro Comunitário de Vila Ruiva e ainda a requalificação da Escola Primária na Vila, foram, pelo menos duas delas, já foram objeto de candidatura e a outra será. Pergunta porque é que o Senhor Presidente continua a incluir neste



Reunião de 13/07/2016

anexo estas obras uma vez que elas já foram candidatas. Queria dizer ao Senhor Presidente que se tinha deslocado a esta Câmara Municipal, fez na segunda-feira oito dias, onde esteve reunida com o Eng.º Álvaro Figueiredo e qual não foi o seu espanto ao fim de ver publicado e várias redes sociais e também na imprensa do Concelho que os Vereadores da Câmara Municipal de Nelas eram uns tolinhos que andavam aqui, uns patifes que só faziam disparates que nem sabiam o que andavam a fazer, que prejudicavam o Concelho e que agora por causa deles não vamos ter as obras. E ela ficou muito espantada porque não viu um único caderno de encargos. Não viu um único levantamento topográfico. Os Vereadores pediam dados, não tinha. O Senhor não sabia trabalhar com o computador porque não tinha rato. Pediam determinada obra, ai isso também não podia porque não está cá a Eng.ª, está de férias. Não há cadernos de encargos. Há estimativas. Pergunta ao Senhor Presidente, afinal quem é que mente ali? O que é que o Senhor Presidente pretende ganhar com isso? Os Vereadores estavam todos ali por bem e a trabalhar para o mesmo. O único que parece que não está é o Senhor Presidente. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que queria ali pedir desculpa ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim porque não foi ele que disse que não queria obras para Canas de Senhorim. Aliás, ele até se portou com alguma veemência ao dizer ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim se queria tudo para Senhorim. Mas ele, Vereador Dr. Marques, depreendeu exatamente das palavras do Senhor Presidente da Câmara que pelo facto de lá ter 2 milhões de euros Canas de Senhorim já não precisa de mais nada. O Senhor Vereador Adelino Amaral levantou ali um problema que é importante, o Senhor Presidente diz no anexo que lhes deu para aprovar na primeira vez tinha ali assim: Concelho - Associações Recreativas e Culturais – doações – zero. Hoje vem a correr, para continuar a coagir, apresentar ali uns valores de 800.000,00 euros para obras. Iam ver o que é que o Senhor Presidente diz na reunião de Câmara de 27/04, aquela célebre reunião que diz que foi mandatado, porque não foi. Nessa própria reunião, o Senhor Presidente sabe que ele, Vereador Dr. Marques, mandou uma mensagem ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia e ele disse que não reuniu com o Senhor Presidente da Câmara, foi tudo tratado à revelia do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim. Só mais tarde é que o Senhor Presidente da Câmara veio a correr pedir o apoio a todos os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. Era sincero, com toda a frontalidade. Nenhum Presidente de Junta de Freguesia lhe põe medo. Nenhum Presidente de Junta de Freguesia o obriga a votar no que quer que seja porque ele também não vai à Junta de Freguesia de cada um dizer para fazer, ou votar aquilo que ele quer. Não o faz. O Senhor Presidente da Câmara escusa de usar os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, homens de boa-fé, que andam com o chapéu atrás do Senhor Presidente da Câmara, é essa a função porque senão o Senhor Presidente corta-lhe as obras, corta-lhe tudo. Mas diz claramente que não é um Presidente da Junta que lhe põe medo e que o coage como é que há-de, ou não, votar. Ele também não vai dizer aos Senhores Presidentes de Junta dizer que obras é que vão fazer. Há separação de poderes e cada um tem a sua função. O Vereador tem a função de representar a Câmara, para isso foi eleito. O Senhor Presidente da Junta foi eleito em Assembleia de Freguesia e tem a função de representar a sua Freguesia. O Senhor Presidente pode reunir com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia, pode dizer que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que é um sacana, que é um



## Reunião de 13/07/2016

patife, que quer estragar tudo. Não, Senhor Presidente da Junta, o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques não quis estragar foi o Concelho, que desenvolveu quando esteve na Câmara. Pediu ao Senhor Presidente para mandar calar o Público. Estava no direito da sua intervenção. Já que o Senhor Presidente dirige a reunião que fizesse o favor de mandar calar o Público. Não estava a intervir na vida, nem nos negócios de alguém do Público que estava a falar. Já viu essa pessoa do Público do outro lado da barricada contra o Senhor Presidente. ----

---- O Senhor Presidente afirmou que como Presidente da Câmara compete-lhe dirigir as reuniões de Câmara e pretende fazê-lo de forma que as reuniões decorram com a normalidade que o Povo que está lá fora espera e precisa. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques agradeceu novamente ao Senhor Presidente por o deixar continuar a sua intervenção. Afirmou que o Senhor Presidente, na reunião de Câmara de 27/04, diz o seguinte: Dá conta à Câmara da conclusão a que se chegar. O Senhor Presidente, com o devido respeito, não deu conta à Câmara da conclusão, deu um facto consumado. Não foi ele que escreveu, foi o Senhor Presidente que censura as atas. Qualquer pessoa ali depreende que depois de chegar à conclusão do que se pretendia o Senhor Presidente transmitiria ao Órgão como fez Mangualde, como fez Seia, não sabia se Gouveia fez. Era sincero, no dia em que o Senhor Presidente pegar no telefone, admiti que o Senhor Presidente não queira falar com ele, mas se disser à sua Secretária, olhe veja lá, qual é a sua opinião? Ele, Vereador Dr. Marques, dá a sua opinião o Senhor Presidente. Não quer que o Órgão reúna por causa disto. O Senhor Presidente tem a sua promessa na frente das pessoas que estão no Público. Basta uma palavra. Mando o anexo por e-mail. O que é que é que o Senhor Vereador acha? Chegaram a fazer isso quando ele, Vereador Dr. Marques, esteve na Câmara. Depois o Senhor Presidente diz na referida reunião: Sendo certo que não podemos pôr nem expetativas muito elevadas porque o que está estabelecido em termos de acordo foi, a haver contrapartidas para o Município, é o que lá está previsto, elas serão pagas pela Endesa. O que está previsto para as associações é zero. O Senhor Presidente esclareceu cabalmente os seus pares da Vereação na Câmara. Agora, aparece-lhe ali com 800.000,00 euros para as associações. É essa a sua dúvida. Os Senhores Vereadores pediram, no mínimo, pelo menos que opinassem nalguma matéria sobre aquilo até porque é uma questão de grande responsabilidade para as populações. O Senhor Vereador Adelino Amaral não concorda, quase que queria tudo para Senhorim. Ele, Vereador Dr. Marques, já não concorda com isso. Não subscreve a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral por duas razões. Primeiro, porque foram satisfeitas as vontades do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim. Ele, vota favoravelmente desde que retirem a duplicação de subsídios pois tem algum receio nessa matéria. Hoje já não vota contra. A outra questão é que também não subscreve a proposta do Senhor Vereador Adelino Amaral porque os Senhores Aautos da política, aqueles iluminados da política, que há para aí muitos no Concelho dizerem que ele está ali mancomunado com os Senhores Vereadores Adelino Amaral e Dr. Alexandre Borges. Não. E não estava ali para destruir ao contrário do que pensa o Senhor Presidente da Câmara. Está ali para ajudar a colaborar no desenvolvimento do seu Concelho e está ali por vontade própria nas suas decisões, coerente desde o primeiro dia que foi eleito Vereador da Oposição ao Senhor Presidente. Assim cumprirá até às eleições autárquicas que se avizinham nas quais será candidato. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que só queria dar uns esclarecimentos. O primeiro



### Reunião de 13/07/2016

esclarecimento, para que não haja dúvidas. Quem esteve na reunião a representar a Junta de Freguesia de Canas de Senhorim não foi o seu Presidente Pires, foi o Senhor Professor Luís Pinheiro. Também quando ele, Senhor Presidente, referenciou que quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim, ou qualquer outro, ou o de Vilar Seco, não disse que não queriam investimentos na sua Freguesia. Disseram é que compreendiam o anexo ao protocolo constante da Barragem de Girabolhos como obras em função daquilo que estava priorizado e que estava a correr em cada uma das Freguesias, que compreendiam que as prioridades ali enunciadas pelo Presidente da Câmara eram também sufragadas por eles, sem prejuízo do orçamento e de mais obras que é necessário fazer. Com todo o respeito e sinceridade, ele, Senhor Presidente, tem muita dificuldade em termos pessoais e até pelo próprio compromisso que foi assumido perante o eleitorado há 3 anos atrás, em que a segunda principal prioridade que está lá enunciada, a primeira era o equilíbrio das finanças municipais, mantendo o acordo de reestruturação que foi celebrado no mandato anterior e a segunda grande prioridade, pela qual sempre todos lutaram e lutam, é a questão da criação de emprego e do apoio à instalação dos industriais. Vê com muita dificuldade que a Câmara esteja ali a reunir, a discutir o sacrifício de obras nas zonas industriais que aproveitam a toda a gente, a todas as Freguesias, em benefício de passeios. Concorda também com todas as obras que foram enunciadas, todos os passeios, a Casa do Frazão recuperada, a Associação velha recuperada, Quem lhe dera a ele, Presidente da Câmara, ter dinheiro para fazer as obras todas que foram ali ditas. Também é a favor de todas as obras, mas é uma questão de prioridades. Há duas prioridades que colam perfeitamente pela não concretização da Barragem de Girabolhos. Uma delas é a questão do emprego que deixa de se criar mercê da construção do próprio Complexo de Girabolhos e quando foram negociadas havia três áreas em que eles faziam questão que houvesse obras e que priorizavam. Era a área da substituição de investimentos substitutivos do emprego que deixou de se criar, obras de caráter social e obras de caráter ambiental. É a favor de todas as obras. Só que nós começámos por negociar, todas as Câmaras, 2,5 milhões de euros líquidos, e o que foi possível e ele, Senhor Presidente, tinha explicado aos Senhores Vereadores, e imposto pelo Senhor Ministro do Ambiente, foi 1,5 milhões de euros líquidos. Tiveram que, numa previsão inicial, uma série de obras onde constavam outras obras, algumas das quais enunciadas pelos Senhores Vereadores, tiveram que ir consensualizando todas as obras. A questão do sacrifício das áreas de acolhimento empresarial, com o argumento de que foram candidatas e que ficamos à espera das candidaturas para pavimentar a rua paralela à Faurécia, a rua do Ecoponto, a zona da QBeiras, ele, Senhor Presidente, não comunga minimamente porque isso contraria o compromisso eleitoral no qual este Presidente da Câmara e as pessoas que estavam com ele na altura se apresentaram ao eleitorado. E não sacrifica isso em benefício da feitura de passeios e de outras propostas que foram apresentadas pro muito que se justifiquem na Rua do Paço, recarga de alcatrão na área do campo de futebol, um balneário e WC público, a questão da Aldeia de Carvalho pois sim senhor, beneficia toda a gente, a recarga da Rua Armando Monteiro, tudo isso também temos orçamento. Foi uma questão de prioridades, de opções, que foram apresentadas. Uma outra coisa que ainda não viu e que era justo referenciar porque, ele, Senhor Presidente, atuou sempre nessa presunção, de que se pudesse ter 3 milhões de euros, 4 milhões de euros, 5 milhões de euros, não se conformaria com 1,5 milhões de euros, com a possibilidade de 2 milhões de euros e mais 1,5 milhões de euros por um aviso fechado



## Reunião de 13/07/2016

ao Município de Nelas. O que havia do acordo assinado com a Endesa – Hidromondego, de contrapartidas dos 4 Municípios era zero. O acordo de não construção da barragem tinha lá uma alínea que dizia assim: Se houver compensações quem as paga é a Hidromondego. A primeira coisa que ele, Senhor Presidente, gostava de relevar e que também disse aos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia era que ficava de alguma maneira, mas se calhar é merecido pela desconsideração que teve para com eles, pois atuou na presunção de que estariam de acordo com essas obras, é que não ouviu uma palavra de conforto relativamente ao excelente acordo que a Câmara de Nelas conseguiu pela não construção da barragem de Girabolhos. Partindo do ponto zero, não havia acordo nenhum, zero. Conseguir líquido 1,5 milhões de euros de obras que pode chegar aos 2 milhões de euros, mais um aviso aberto ao Município de Nelas de 1,5 milhões de euros, que pode chegar, no total, aos 3,5 milhões de euros, de compensação para o Município de Nelas em igualdade de circunstâncias que os outros Municípios, não obstante ter menos população e território e a barragem era a que o Município menos terrenos iria ocupar, ele, Senhor Presidente, dizia aos Senhores Vereadores, considerava, naquilo que considera a defesa do interesse público, a paixão que põe na defesa do cargo que estava a desempenhar que para o Município de Nelas, atentas as circunstâncias e as condições que se verificaram, fazer um acordo que pode chegar aos 3,5 milhões de euros, com 1,5 milhões de euros já garantidos, de obras feitas por eles, pela Endesa, ele, Senhor Presidente, presumiu que estariam todos de acordo e que fariam sugestões. Na questão das associações esclarecia que está lá zero no anexo porque serão uma aplicação supletiva do dinheiro que a gestão das obras que estão lá. Não deixa de haver as necessidades já identificadas e conversadas com as associações, muitas das quais os Senhores Vereadores e bem têm viabilizado ali. Recusa-se a encerrar uma reunião em que não haja um acordo porque era completamente incompreensível por parte dos Municípios e eles estavam ali a representá-los. Não estão ali por direito próprio, nem por autonomia própria, estão ali eleitos para representar pessoas e ele, Senhor Presidente, recusa-se no Município de Nelas a encerrar uma reunião de Câmara em que se recuse um protocolo de Girabolhos que a Endesa. Pediu à Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves para o deixar acabar e antes dele acabara ela não podia fazer juízos. Como se recusa a acabar uma reunião em que não haja um acordo, há ali uma base de entendimento relativamente à questão e ia sugerir o seguinte para compatibilizar aquilo tudo e também na sequência das conversas que foi tendo com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim nos últimos 15 dias. Ele, Senhor Presidente, sugeria, não sabia se compatibilizando todas as propostas, o Senhor Vereador Adelino Amaral fez uma recomendação, não percebeu se essa recomendação implica uma alteração do seu sentido de voto, ou não. Gostava que esclarecesse isso relativamente à anterior posição. Mas ele, Senhor Presidente, ia tentar fazer uma proposta que compatibilize aquilo tudo e que permita avançar e com esse acompanhamento mensal que se pode fazer do avanço do protocolo de Girabolhos, era votar o protocolo acrescentando a obra da requalificação da estrada de Vila Ruiva a São João do Monte e da Rua dos Barreiros e ficar a constar da reunião que as obras propostas por todos os Senhores Vereadores, Artur Ferreira, Dr. Manuel Marques, pela recomendação feita pelo Senhor Vereador Adelino Amaral, subscrita pela Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> Rita Neves e as obras recomendadas pelo Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, que ficassem, na sequência do desenvolvimento e do desenrolar da execução concreta do Acordo de Girabolhos, como prioridades que podiam ser desenvolvidas a seguir. E ficava também já o compromisso que



Reunião de 13/07/2016

ele, Senhor Presidente, vai encetar agora a partir de outubro no âmbito da negociação que o Executivo vai fazer relativamente ao Orçamento para 2017 de as contemplar. Há muitas obras destas, algumas destas obras destas fichas, que podem implicar, por exemplo, a fase 1 é esclarecer que é desde a rotunda de Moreira até às casas que já lá estão feitas e fechar aquele eixo até à Rua que vai para a Associação estão previstos 80.000,00 euros, que podem não chegar para fazer as redes e o Orçamento da Câmara pode entrar com mais 50.000,00 euros, ou 100.000,00 euros e ele, Senhor Presidente, em outubro, ou novembro, tem condições numa proposta de Orçamento. Informou o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques que pediu aos Serviços Técnicos todos os projetos que havia. Muitas destas obras eram defendidas pelo Executivo anterior. Para se fazer a requalificação de uma estrada o projeto é aligeirado porque a estrada já está feita. Há obras que já vêm do mandato anterior e que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques queria acabar. Já há projeto para a Rua da Soma. Já lá estão as infraestruturas. Agora é transpor as fichas que foram mostradas aos Senhores Vereadores para um Caderno de Encargos a dizer, é x metros de alcatrão, é x metros de camadas nesta dimensão. A própria Endesa já tem os mapas de quantidades, têm tudo. Sugeriui à Câmara que ficasse: 1 – Que se acrescentasse a esta lista de obras também para concretização, no âmbito do protocolo de Girabolhos, a Rua do Barreiro e a repavimentação da Rua de Vila Ruiva a São João do Monte e que ficassem escritas como prioridades identificadas pelos Senhores Vereadores, que depois vão acompanhando durante o próximo ano e também com o Orçamento e com as prioridades do Orçamento aquilo que for possível realizar, sendo certo que no Orçamento e até pela estrutura de forças que está feita ali na reunião de Câmara os Senhores Vereadores terão sempre uma palavra a dizer relativamente ao Orçamento. Ele, Senhor Presidente, fará uma proposta de Orçamento como é sua obrigação, mas fá-lo-á como fez no ano passado ouvindo os Senhores Vereadores, os Senhores Presidentes de Junta e aquilo que for possível. Entretanto, pode ser que venha a questão da DGAL e têm mais essa fonte de financiamento. Em relação às obras que foram candidatas a fundos comunitários, foram candidatas obras para áreas de acolhimento empresarial com aquela dimensão. Ele, Senhor Presidente, sempre disse que, relativamente às fossas foi agora aberto um aviso que teve que se conter a 1,5 milhões de euros para SAR – Sistemas de Águas Residuais, porque as fossas não eram elegíveis. Se os Senhores Vereadores dividirem as 29 fossas pelos 150.000,00 euros que estão previstos investir dá um valor ridículo que lhe disseram no Ministério do Ambiente, não senhor, as fossas tem que ser a Câmara a requalificá-las. Ele, Senhor Presidente, tinha projetos anteriores que previam que as fossas fossem todas direcionadas para ETAR,s mas tinham um custo energético que iriam gerar encargos para o futuro e uma grande discussão ali na Câmara relativamente à questão dos custos energéticos. Viu ali a oportunidade, do ponto de vista ambiental, de meter esta requalificação das fossas, pelo menos para Senhorim, aqueles três aglomerados, com a requalificação de fossas e depois o acompanhamento delas, que isso ficasse resolvido. É uma obra prioritária. Está pronta a avançar. Era isto que queria dizer, que se adicionassem essas duas obras conversadas com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim e que as outras fossem acompanhadas e ele, Senhor Presidente, vai dando conta, naturalmente. Há uma empresa contratada, representada pelo Senhor Eng.º Álvaro Figueiredo para acompanhar este centro de custos. Para tranquilizar os Senhores Vereadores, isto vai processar-se a partir de agora da seguinte maneira: Relativamente a cada obra a Câmara tem que aprovar um protocolo que passe o





## Reunião de 13/07/2016

domínio daquele território da Hidromondego – Endesa, para fazer a obra e nesse protocolo prever que depois de feita a obra ela passa para o Município de Nelas com as benfeitorias e com as garantias do empreiteiro. Relativamente a cada obra há-de vir a reunião de Câmara uma estimativa orçamental. Está previsto no protocolo também que a Endesa pode pedir orçamentos a três empresas e diz que é por cem unidades de referência. E nós arranjamos um empreiteiro que nos faça a obra por 80, a Endesa é obrigada a fazer a obra pelo empreiteiro indicado por nós e aí podemos ter um ganho. Isto é um processo evolutivo que se vai acompanhar. Ele, Senhor Presidente, fazia esta proposta. Aceitava como recomendação tudo o que os Senhores Vereadores disseram. Compromete-se a essas coisas serem introduzidas no Orçamento que vai ser negociado e discutido em outubro para permitir que muitas dessas obras estão em condições de avançar. Por exemplo, a Estrada n.º 1475, entre São João do Monte e as Caldas da Felgueira, é o Caminho Municipal n.º 1475, tem condições para começar a ser executado em outubro. Naquela faixa ribeirinha do Rio Mondego todas as Freguesias aproveitam, incluindo Senhorim. Aquela obra está na Freguesia de Nelas. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que tinha consciência que a proposta que fez criaria algumas dificuldades aos Senhores Vereadores, que com toda a legitimidade, entendem que todas as Freguesias devem ser contempladas com este pacote financeiro. O que inicialmente seria uma proposta, aceita que seja encarada como uma recomendação. No entanto, se o Senhor Presidente de Câmara quiser submeter essa proposta à votação dos Senhores Vereadores, por ele, Vereador Adelino Amaral, não haverá nenhum tipo de impedimento, sem com isto ter a intenção de criar ali nenhuma dificuldade para que se chegue a um acordo e a um consenso. Aceita que a sua proposta seja encarada como uma recomendação. Se a Câmara e se o Senhor Presidente entenderem que pode ser submetida à votação também não se opõe em relação a isso. De uma forma, ou outra, porque uma eventual votação teria que preceder a votação do acordo, do protocolo e do anexo, que a sua recomendação poderá prejudicar, ou não. Independentemente disso, mantém a sua proposta que o acordo, o protocolo e o anexo devem ser votados em separado para que não haja equívocos de que a Câmara, ou algum dos seus Vereadores, se opõe à concretização do protocolo e ao encaixe que o Município tenha em termos de investimento. Como já disse, votará favoravelmente todas as obras e todos os subsídios que constem do anexo, mas recomendaria que fossem estabelecidas prioridades e desde logo serem consideradas prioritárias todas as obras, todos os investimentos que foram elencados para a Freguesia de Senhorim, com uma nuance, incluindo aqueles que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim sugeriu, mas atreve-se a introduzir uma pequena nuance que faz parte da sua proposta, que é a estrada São João do Monte – Luzianes, que é uma estrada miserável, é uma estrada cheia de curvas, cheia de precipícios, grandes inclinações, traçado muito sinuoso, muito estreita, que deve ser objeto duma retificação do traçado. Votará favoravelmente todas as obra e todos os subsídios hierarquizando desta forma. Em primeiro lugar, as obras que foram indicadas para a Freguesia de Senhorim com a nuance da retificação do traçado da estrada São João do Monte – Póvoa de Luzianes. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que concordava com a proposta do Senhor Presidente e votará favoravelmente, quer o protocolo, quer o anexo, com as observações que o Senhor Presidente acabou de referir. Mas também queria dizer ao Senhor Presidente que acha que primeiro devia haver um esclarecimento público da Câmara



## Reunião de 13/07/2016

relativamente à candidatura dos 10 milhões de euros e como ele foi anunciado com pompa e circunstância, quase como uma garantia, com os efeitos que todos sabiam, que ele fosse corrigido e fosse dito que se o Senhor Presidente julga que aquelas obras não vão ser financiadas, que isso seja dito e por isso, são incluídas nestes termos. A outra questão é relativamente à observação que o Senhor Presidente fez quanto à estrada e ao passeio e à prioridade. O Senhor Presidente pode ter alguma razão e ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, até pode concordar com ele, mas então terá que ser coerente e não poderá apresentar ali algumas obras como prioritárias relativamente às propostas que ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, fez concretamente naquele anexo que ali está. Deixava as suas propostas à consideração da maioria. Acha que algumas são consideradas investimentos de pouca monta e que serão muito produtivos e farão muita falta. Pedia ao Senhor Presidente que fosse feita uma prioridade das coisas e não põe sequer em causa serem retiradas todas as outras infraestruturas e obras que foram colocadas em cada uma das Freguesias, seja a estrada marginal das Caldas da Felgueira, seja a Rua da Soma, seja a Variante da Aguireira e outras que foram feitas, não coloca nada disso em causa, tão só as que foram candidatas para fundos comunitários e que lhes foi transmitido que elas seriam quase que inevitavelmente financiadas, ou pelo menos teve essa percepção. Era desejável que depois a Câmara, usando os meios que usou da outra maneira, pudesse fazer também essa correção. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, relativamente às candidaturas, mesmo a candidatura que foi feita para requalificação urbana no Concelho e as ARU,s que aprovaram ali, Nelas, Canas de Senhorim, Santar e Caldas da Felgueira, o Executivo sabia no aviso de abertura que o que lá está escrito e o que foi reafirmado ontem em Coimbra, estão nesse processo negocial das ARU,s, é que só há apoio financeiro para as sedes dos Concelhos. Mas o Executivo, não obstante isso, apresentou uma candidatura nos seguintes pressupostos: O quadro comunitário está a arrancar com as candidaturas, agora até puseram um acelerador de investimento, foi-lhe já transmitido por vários Membros do Governo e os Senhores Vereadores também já ouviram dizer na comunicação social e nos contactos que têm, que este Governo já tem uma equipa a trabalhar no sentido da reprogramação do quadro comunitário para o período autárquico 2018 – 2022. Acha que tendo a noção de que num aviso que estava aberto, sempre disse isso, o aviso da CCDR para as áreas de acolhimento empresarial são 30 milhões de euros e o Município de Nelas apresentou investimentos para 4 áreas de acolhimento empresarial de 10 milhões de euros. Toda a informação que está a sair não diz que foi aprovada uma candidatura, está a dizer que a Câmara candidatou-se a investimentos. A expectativa que têm agora do aviso que está aberto do SAR e da água, está aberto um aviso de 3 milhões de euros para o Município. Nós, como só tínhamos o limite de 1,5 milhões de euros para águas residuais candidatámos, para aproveitar o máximo, um sistema de água de 1,5 milhões de euros. Mas ele, Senhor Presidente, tem a noção de que não sabia se eles iam aceitar essa candidatura porque a Câmara tem abastecimento de água em 90% da população. Uma coisa que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques também fez quando esteve ali muitos anos a gerir a Câmara, é fazer a gestão das expectativas, que é um elemento, absolutamente, essencial para dar esperança às pessoas para atrair investimento, para atrair pessoas para o nosso território. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que queria dizer duas notas. A primeira nota tem a ver com a explicação da oportunidade da proposta que ele apresentou.



### Reunião de 13/07/2016

Entende que é uma proposta oportuna, mas não oportunista, motivada pelo desenvolvimento deste processo uma vez que as ideias base desta proposta já estavam na declaração de voto que apresentou na reunião que foi interrompida. A ideia base é, invocando, ou reclamando para Senhorim, o grosso do investimento, apontar uma alternativa para que as obras, fora da Freguesia de Senhorim, que estão contempladas, não deixem de ser executadas. Por isso, propôs a sua inclusão no Orçamento de 2017. A ideia e a justificação da sua proposta é permitir a não inclusão de algumas obras no pacote financeiro proveniente da compensação pela não realização da barragem de Girabolhos, possam ter realização através do Orçamento Municipal como é o caso da Variante da Aguieira, da estrada Nelas – Moreira, da Rua da Soma e da Rua da Lapa do Lobo. Na segunda nota, ele, Vereador Adelino Amaral, fez uma promessa neste mandato, era que sempre que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques viesse exortar os benefícios do mandato anterior na área financeira e não só, ele, Vereador Adelino Amaral, sente-se, em consciência, obrigado a contestar a avaliação que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques faz e mal do trabalho do Executivo anterior. Este elencar de obras e subsídios, que há aqui dinheiro para tudo e para mais alguma coisa, com toda a franqueza, a ele, Vereador Adelino Amaral, cheira-lhe a propaganda, não lhe parece sério porque aponta para valores irrealizáveis e lembra-lhe, de facto, uma situação que o Executivo anterior viveu numa altura pré-troika, em que era uma Fundação deste Concelho, com todo o brio e com todo o mérito, que ia sustentando as associações para sobreviverem porque a Câmara e o Executivo anterior nem dinheiro tinha para dar um mísero subsídio a qualquer associação do Concelho e era a Fundação Lapa do Lobo que ia sustentando as associações e ia permitindo que elas continuassem a viver. Parece-lhe que há ali um certo paralelismo entre a Fundação Lapa do Lobo e o Executivo anterior e agora a Fundação Hidromondego para acudir a todas as situações que não foram objeto de intervenção séria e de execução estes anos todos. Por exemplo, a Variante da Aguieira foi rasgada em 2005, ou por aí assim. Antes das últimas eleições aquilo estava cheio de paletes de pavê, de blocos, parece que a obra ia ser feita uns dias antes das eleições. Afinal, logo a seguir às eleições essas paletes vieram, muitas que ele viu, até era preciso fazer uma certa gincana à volta das paletes, essas paletes e esse material foi todo retirado da Variante da Aguieira e a Variante da Aguieira é projeto há 12 anos e parece que miseravelmente o Orçamento Municipal não é capaz de deitar mão a uma obra dessas e precisa, de facto, duma ajuda da Fundação Hidromondego para que essa obra seja feita. O mesmo se passa em relação à estrada Nelas – Moreira, que também é projeto vai para 10, ou 12 anos, e o contributo que o Executivo anterior deu, se calhar e bem, porque de facto ficou uma obra linda, bonita, mas de utilidade enfim, de prioridade duvidosa, mas o que fez foi uma rotunda à entrada de Moreira e para a estrada não deu contributo nenhum. Em consciência, acha que estas obras têm que avançar e o mesmo se passa em relação à Rua da Soma, também é uma obra/projeto há mais de 10 anos, seguramente, e o Executivo anterior não foi capaz de pôr estas obras a andar, não foi capaz de lhe dar nenhum contributo, o que lhe deu foi zero. Agora, lamenta que o Orçamento Municipal não tenha condições para arcar com a execução destas obras e muitas outras, até pelas dificuldades financeiras que este Executivo herdou dos Executivos anteriores e essa nota não é demais lembrá-la porque é verdadeira, embora o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques diga que não. Acha que, de uma vez por todas, estas obras devem ser feitas com aplicação destes dinheiros ou através do Orçamento Municipal e daí a razão da sua proposta. -----



Reunião de 13/07/2016

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que também com a mesma coerência que o Senhor Vereador Adelino Amaral estava ali a falar sobre o anterior Executivo, também lhe agradecia para ver no comunicado que o Senhor Presidente da Câmara distribuiu quanto é que foi a amortização da dívida, 6 milhões de euros. Não é verdade, 3,5 milhões de euros e também, já que o Senhor Vereador Adelino Amaral sabe de contas, devia dizer ao Público, às populações, explicar como é que elas foram diminuídas. Ele, Vereador Dr. Marques, já o fez, e não é 6 milhões de euros, é 3,5 milhões de euros. Isso foi a dívida em 31 de dezembro de 2015. Ele explicou na reunião de Câmara como é que isso foi feito. Também com a mesma coerência e com a mesma veemência que o Senhor Vereador Adelino Amaral ataca o anterior Executivo também devia responder a isso. Não é verdade que os blocos fossem retirados pelo anterior Executivo. Aliás, como também não é verdade que o pavê fosse retirado de Carvalhal Redondo. O pavê foi retirado de Carvalhal Redondo para um particular, quase, para Casal Sancho. Também sobre a rotunda de Moreira, parece que este Executivo quis arrancá-la. Vão lá arrancar a rotunda que está mal feita. Foi o que disse o Senhor Presidente da Câmara. Está mal, arranca-se. Como tiraram as bolas e as floreiras da Rua Gago Coutinho. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que as bolas e as floreiras da Rua Gago Coutinho estavam guardadas. -----

----- O Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira agradeceu ao Senhor Presidente por lhe ter dado o uso da palavra. Afirmou que só queria dizer a talhe de foice para que depois o Período de Antes da Ordem do Dia seja mais restrito, só dizer ao Senhor Presidente que parece que está a haver cada vez mais coligações negativas. É ali na Câmara. E mesmo até pelos Autarcas limitrofes também têm essa situação. Está a acontecer aquilo que aconteceu em 2009, ou em 2010, que era o IC 12, apesar de terminar em Canas de Senhorim, ia ser prolongado até Mangualde. Já está novamente a acontecer aquilo que aconteceu antes. Deixava esse pedido ao Senhor Presidente para não sermos comidos por lorpas. Se temos obras para fazer também no Concelho e o Senhor Presidente dá-se bem também com o Partido Socialista, acredita, ainda agora foi lançado uma obra em Mangualde em que 60% vai ser comparticipada pelo Estado e 40% pela Câmara Municipal. Antes era porque o anterior Executivo era PSD e CDS, não acontecia aqui nada. Era o Senhor Secretário de Estado José Junqueiro que fazia isso. E agora está a acontecer a mesma situação com Mangualde. Era esse alerta que deixava. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que então propunha com todos que, aceitando a sugestão e também para que todos fiquem confortáveis com aquilo, todos os que estão ali na Câmara e consequentemente as populações, então que se votasse o protocolo em separado da lista. Depois na lista fosse incluída a Rua do Barreiro e a requalificação da estrada de Vila Ruiva a São João do Monte. E todas as outras obras indicadas pelos Senhores Vereadores sejam levadas em conta no que for acrescentado ao montante financeiro resultante da execução do protocolo e também no Orçamento de 2017 em momento oportuno a discutir. Perguntou se todos concordavam com esta metodologia. A proposta que é feita é: 1 - Votar em separado o Acordo Quadro, celebrado entre a Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Ld.<sup>a</sup> e o Município de Nelas, e o seu Anexo I; 2 – Incluir na lista do Anexo I as obras: a) Requalificação da Rua do Barreiro, e a Requalificação da estrada de Vila Ruiva a São João do Monte, na Freguesia de Senhorim; b) Levar em consideração todas as obras indicadas pelos



Reunião de 13/07/2016

Senhores Vereadores na discussão desta matéria, sendo oportunamente decidido, ou a sua inclusão no montante que for acrescentado em função da execução do Acordo Quadro, ou como obras a ter em conta no Orçamento e Grandes Opções do Plano para o ano de 2017; 3 – Mensalmente o Senhor Presidente da Câmara trará à Câmara Municipal informação sobre o estado de execução do Acordo Quadro. -----

---- Relativamente ao ponto 1, a Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar o Acordo Quadro, celebrado entre a Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Ld.<sup>a</sup> e o Município de Nelas, sem o anexo. -----

---- Relativamente ao anexo, com a alínea a) que são as obras que lá estão, mais a Rua do Barreiro, e a Requalificação da estrada de Vila Ruiva a São João do Monte, ambas na Freguesia de Senhorim, foi aprovado, por maioria, com seis votos a favor e com a abstenção do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, em cuja declaração de voto dá por reproduzidas as razões indicadas na proposta por si efetuada relativamente às obras referentes às demais Freguesias. -----

---- Relativamente à alínea b), do ponto 2 e ao ponto 3, foram aprovados por unanimidade. ---

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que iria enviar, por e-mail, a sua declaração de voto para justificar o seu sentido de voto. -----

---- Posteriormente a esta reunião de Câmara, no dia 18 de agosto de 2016, o Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral, enviou a seguinte declaração de voto: -----

---- “*Câmara Municipal de Nelas* -----

---- *Reunião Ordinária de 13 de Julho de 2016 (continuação a 10 de Agosto)* -----

---- *Ponto 4.3 – Acordo Quadro celebrado entre a Hidromondego – Hidroelétrica do Mondego, Lda. e o Município de Nelas – Ratificação* -----

---- **DECLARAÇÃO DE VOTO** -----

---- *Propus e mantenho no essencial essa opinião, com base, não em qualquer bairrismo balofo, mas sim num elementar sentido de justiça e de solidariedade, que as compensações pela não concretização do Projeto de Aproveitamento Hidroelétrico de Girabolhos, deveriam ser aplicadas na sua maior parte, na Freguesia de Senhorim.* -----

---- *Para não obstaculizar ao entendimento e à viabilização de uma solução consensual, no seio da Câmara, aceitei que a minha proposta fosse entendida como recomendação e reafirmação de princípios.* -----

---- *Assim, votei favoravelmente o Protocolo e o seu Anexo, com as alterações introduzidas após discussão em reunião de Câmara, resultando num reforço dos investimentos em Senhorim e com a salvaguarda de algumas reservas, em especial no que se refere à retificação do traçado da estrada S João do Monte – Póvoa de Luzianes, pelos motivos seguintes:* -----

---- - *Nunca houve intenção de obstaculizar a realização de quaisquer obras ou o recebimento destas compensações financeiras por parte do Município, como o Presidente quis fazer crer, de forma maldosa e mentirosa, através de comunicado distribuído à população e contacto direto com autarcas e dirigentes associativos;* -----

---- - *O voto contra da maioria da Câmara, na reunião anterior, é da exclusiva responsabilidade do Presidente, que não deixou, como seria normal e como veio a acontecer agora, que o Protocolo e o seu Anexo fossem votados em separado. Alegou que ambos eram um único documento e a lista de obras não podia ser alterada, o que era falso, como agora se*



Reunião de 13/07/2016

comprovou; -----  
 ---- - Com essa postura quis coagir a Câmara e impor a sua vontade;  
 - Justificou também a inclusão de algumas obras, por serem as que alegadamente estavam em condições de ser lançadas de imediato, por terem projetos, orçamentos e cadernos de encargos, o que também se verificou não ser verdade; -----  
 ---- - O Protocolo não mereceu qualquer objeção e poderia ter sido aprovado, pese embora o Presidente o tenha assinado de forma abusiva, excedendo as suas competências, sem para isso estar mandatado; -----  
 ---- - Sobre o Programa de Medidas, que constam do Anexo, os Vereadores da Câmara pretendiam dar o seu contributo e que, da discussão das várias opiniões, fosse encontrada uma solução mais adequada aos princípios que tinham sido apontados pela Câmara em 27 de Abril; -----  
 ---- - O Presidente não acatou a nossa proposta, para que fosse seguida esta metodologia, nem sequer a submeteu, como era seu dever, à apreciação da Câmara e forçou a votação, sabendo que a maioria não aprovaria a sua postura e a sua arrogância, mais até do que a sua proposta, que poderia de imediato ser corrigida; -----  
 ---- - Perdeu a votação e, não tendo conseguido impor a sua vontade, interrompeu os trabalhos e abandonou a reunião, de forma irresponsável e pouco educada; -----  
 ---- - As eventuais consequências pela não aprovação do Protocolo, a situação de descrédito em que se colocou a si próprio e a toda a Câmara, seriam, repito, da exclusiva responsabilidade do Presidente; -----  
 ---- - Pois que, na reunião de 27 de Abril, a Câmara mandou o seu Presidente para negociar com a Endesa-Hidromondego, não para decidir nem assinar qualquer compromisso, sem prévia deliberação; -----  
 ---- - Também não o mandou para oferecer parte dessas contrapartidas aos Senhores Presidentes de Junta das outras Freguesias, pois a afetação dos fundos provenientes desse acordo deveria ter o aval da Câmara e dos Vereadores; -----  
 ---- - Recomendou sim o envolvimento do Presidente da Junta de Senhorim, em todo o processo, mas a sua opinião só veio a ser considerada, após o voto contra do Protocolo, na reunião de Câmara de 27 de Julho; -----  
 ---- - Aliás, as opiniões expressas pelos Vereadores, na reunião de 27 de Abril, feitas informalmente, não podem ser entendidas, como abusivamente o Presidente tenta fazer crer, como qualquer decisão sobre o assunto, que nem sequer fazia parte da Agenda. -----  
 ---- - Da mesma forma abusiva, fez publicitar o conteúdo do Protocolo, antes de vir a reunião de Câmara para ratificação, com o objectivo de condicionar a sua apreciação. O Presidente sabia que não estava a agir de boa-fé; -----  
 ---- - A campanha de intoxicação e chantagem que levou a cabo, através de comunicados e pressões sobre autarcas e dirigentes associativos, a todos os títulos vergonhosa, mais uma vez põe em causa a credibilidade da Câmara, dos seus Vereadores e do próprio Presidente, que recorre à mentira e difamação grosseira para alcançar os seus intentos. -----  
 ---- As expectativas de desenvolvimento na Freguesia de Senhorim, criadas com o anúncio da construção das Barragens de Girabolhos e Bogueira, e frustradas com a decisão da sua não concretização, justificariam que a maioria das compensações ali fosse investida. -----  
 ---- É por todos reconhecido o atraso da Freguesia de Senhorim, em termos de investimentos



Reunião de 13/07/2016

*públicos, e as suas inúmeras carências a todos os níveis, nomeadamente a ausência de infraestruturas básicas, tais como: -----*

*---- - Não existe nenhum equipamento de tratamento de esgotos a funcionar; -----*

*---- - A rede viária está completamente degradada e desajustada das necessidades; -----*

*---- - Não existe nenhum equipamento social em toda a Freguesia; -----*

*---- - Não existe nenhum equipamento de saúde ou apoio médico; -----*

*---- - As muitas escolas do ensino básico existentes, foras todas encerradas, não restando nenhuma a funcionar, apesar da Carta Educativa prever a construção de um Centro Escolar; -----*

*---- - A ausência de oferta de emprego, que possa contribuir para a fixação da população; ---*

*---- - A inexistência de estações de correio, caixas multibanco, postos de vigilância e prevenção de incêndios, etc., etc., etc. -----*

*--- Respeitando naturalmente o empenho e dedicação dos Presidentes de todas as outras Freguesias, em reclamarem para as suas terras os investimentos a que julgam ter direito, não lhes ficaria mal, neste processo em concreto, um pouco de solidariedade com a Freguesia mais humilde, mais carente e mais abandonada do Concelho. -----*

*---- Naturalmente, aprovarei sempre a realização de obras em todas as Freguesias do Concelho e todas as ajudas que possam ser dadas a todas as Associações do Concelho. -----*

*---- Reafirmo as sugestões constantes da minha proposta, no que respeita à inclusão no próximo Orçamento Municipal, das obras referenciadas e que não sejam concretizadas com os fundos provenientes do Protocolo com a Hidromondego e também a inclusão de uma verba afeta a uma rubrica de Orçamento Participativo. -----*

*---- Nelas, 10 de Agosto de 2016. -----*

*---- O Vereador do Partido Socialista: Adelino José Borges Amaral. -----*

*---- Continuando a presente reunião, o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto: “Muito obrigado Senhor Presidente. Só dizer que acho que era desnecessário todo este alarido sobre o protocolo, viu-se aqui que toda a gente estava de acordo quanto ao essencial. Foi gasto tempo. Foi gasto dinheiro e nós às vezes estamos preocupados com coisas insignificantes e acho que era desnecessário tudo isto. Só salvar esta situação e congratular-me pela votação do protocolo e as obras ali existentes.” -----*

*---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges apresentou a seguinte declaração de voto: “Dizer que voto favoravelmente tendo em conta que as reservas que aqui apresentei relativamente a uma melhor distribuição por todas as Freguesias foram, de alguma forma, incorporadas. Que acredito que isso mesmo irá ser feito. Portanto, já o tinha feito na reunião inicial que fizemos. Referir que fico satisfeito e dou os parabéns por isso mesmo, pelo protocolo e pelo valor alcançado pelas quatro Câmaras em termos de contrapartida da Barragem de Girabolhos.” -----*

*---- O Senhor Presidente fez um intervalo de dois minutos. -----*

*---- O Senhor Presidente reabriu a reunião de Câmara. -----*

**(239/20160810)4.4.ESTIMATIVA TOTAL DA DESPESA COM A REALIZAÇÃO DA 25.ª FEIRA DO VINHO DO DÃO – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO**

*---- Presente a informação interna n.º 5175, datada de 08 de julho de 2016, da Unidade Orgânica de Cultura, Educação, Desporto e Serviço Social, que a seguir se transcreve: -----*

*---- “Estimativa total da despesa com a realização da 25.ª Feira do Vinho do Dão -----*



Reunião de 13/07/2016

----- *Na sequência das ordens de V.<sup>a</sup> Ex.<sup>a</sup> informo que a estimativa total de despesas a realizar com a 25.<sup>a</sup> Feira do Vinho do Dão, Comemoração das Bodas de Prata, é de 125.000,00 euros.* -----

---- O Senhor Presidente afirmou que tinha posto esta questão também à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares. Isto não é tanto discussão e deliberação, é mais para conhecimento porque todos os procedimentos depois inerentes à despesa da Feira não precisam de uma deliberação de Câmara. São contratações diversas que estão ali, alimentação, alojamento, animação, comunicação. O montante orçamental previsto são 125.000,00 euros atendendo a que é a 25.<sup>a</sup> edição da Feira do Vinho do Dão. É o principal certame promocional do Concelho de Nelas e estão a tentar fazê-lo da melhor maneira possível. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que tinha uma dúvida relativamente ao fracionamento de despesas. -----

---- A Câmara deliberou, por maioria, com seis votos a favor e a abstenção do Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques, aprovar a estimativa total da despesa com a realização da 25.<sup>a</sup> Feira do Vinho do Dão, no valor de 125.000,00 euros. -----

## 5 - SUBSÍDIOS

### **(240/20160810)5.1.ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO À SOCIEDADE MUSICAL 2 DE FEVEREIRO, DE SANTAR – APROVAÇÃO**

---- Presente um e-mail, datado de 13 de junho de 2016, da Sociedade Musical 2 de Fevereiro, de Santar, solicitando um subsídio para ajuda nas despesas com a realização do 3.º Festival Sons do Jazz. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que o subsídio era por causa do Sons do Jazz que decorreu de forma excelente. Animou 10 dias em vários sítios do Município de Nelas, Canas de Senhorim, Felgueira, Santar e Lapa do Lobo. A proposta é atribuir 1.500,00 euros para apoio logístico em despesas efetuadas em termos excecionais. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que queria só dar os parabéns à Sociedade Musical 2 de Fevereiro, de Santar, pela iniciativa e pelo sucesso que aparentemente teve, pela forma descentralizada como é organizada. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir um subsídio no valor de 1.500,00 euros à Sociedade Musical 2 de Fevereiro, de Santar, para ajuda nas despesas com a realização do 3.º Festival Sons do Jazz, bem como autorizar o respetivo pagamento. -----

## 6 – CONTABILIDADE

### **6.1.PAGAMENTO DE FATURAÇÃO DIVERSA – JUNHO DE 2016 – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Senhor Presidente da Câmara, Dr. José Manuel Borges da Silva, durante o mês de junho de 2016, no total de 1.315.592,29 € (um milhão trezentos e quinze mil quinhentos e noventa e dois euros e vinte e nove cêntimos), referente a Operações Orçamentais e no total de 40.282,00 euros (quarenta mil duzentos e oitenta e dois euros), referente a Operações de Tesouraria, descritos em relação elaborada pelos Serviços de Contabilidade. -----





Reunião de 13/07/2016

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques pediu esclarecimento sobre as Ordens de Pagamento n.ºs: 1.746, na primeira página. -----

---- O Senhor Presidente disse que esse assunto era para a próxima reunião de Câmara. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges pediu esclarecimentos sobre as Ordens de Pagamentos n.ºs 1293 e 1294. Calcula que seja alguma aplicação. -----

---- O Senhor Presidente afirmou tratar-se de hardware e software -----

**(241/20160810)6.2.MODIFICAÇÕES AO ORÇAMENTO MUNICIPAL, N.º 12, E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, N.º 12, DE 2016 – COMPETÊNCIA DELEGADA – CONHECIMENTO**

---- O Senhor Presidente perguntou se algum dos Senhores Vereadores tinha alguma questão relativamente a estas modificações ao Orçamento Municipal, n.º 12, e às Grandes Opções do Plano, n.º 12. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou ter duas questões em relação a esta modificação ao Orçamento que é o facto desta modificação basear-se na redução de valor, ou de custo, da ETAR III de Nelas e há uma diminuição de despesa de 1.204.000,00 euros. Presume que essa redução na despesa terá como efeito, uma vez que a obra é comparticipada em função do seu custo e numa determinada percentagem, e terá como efeito também a redução da receita uma vez que esta receita provém de fundos comunitários. Essa redução da receita não está ali expressa porque ali apenas aparece o orçamento da despesa e as modificações às Grandes Opções do Plano. Aparece a reafetação desse valor que é reduzido na despesa por outras rubricas da despesa, o que para ele, Vereador Adelino Amaral, é estranho porque se há uma diminuição da receita não pode haver a distribuição de um dinheiro que não vai entrar. Essa era a primeira questão. A segunda questão é que tinham acabado de aprovar uma autorização de despesa para a Feira do Vinho do Dão de 125.000,00 euros. Com esta modificação ao Orçamento, com este reforço de 38.000,00 euros a Feira do Vinho do Dão passa a ter uma dotação de 198.600,00 euros. Também vê ali alguma contradição neste valor. Se o Senhor Presidente tiver oportunidade de esclarecer, ele, Vereador Adelino Amaral, agradecia. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que não percebia muito de contas, aliás já várias vezes foi elogiado por isso, mas à cautela e para que seja reposta a verdade sobre aquilo e como é que funciona, dizia ao Senhor Presidente que não espeta ninguém pelas costas e que participou ao Tribunal de Contas, à IGF e à DGAL, esta matéria e que está à espera. A DGAL já lhe respondeu a dizer que enviou a sua petição, o seu pedido de esclarecimento, à IGF. A DGAL não sabia que ele tinha participado à IGF. Na sua modesta opinião pensa que aquilo não é muito legal. No entanto, vai aguardar que se pronuncie o Tribunal de Contas e a IGF, dado que a DGAL já se pronunciou, que enviou para a IGF para se pronunciar. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que os esclarecimentos que podia dar é que esta alteração orçamental foi possível fazer-se, como disse o Senhor Vereador Adelino Amaral, em função da despesa expectável relativamente à ETAR III de Nelas e Sistema Intercetor, cuja adjudicação hoje vem ali numa reunião de Câmara e também conjugado com a execução orçamental que estava em curso na altura em que a alteração orçamental foi feita e com a previsão dos fundos disponíveis para o corrente ano. Teve em conta isso e teve em conta também que nos três últimos exercícios tem sido gerado um saldo de gerência sempre num



## Reunião de 13/07/2016

valor entre 600.000,00 euros a 800.000,00 euros. A execução orçamental permitia esta alteração orçamental, bem como outra que já foi feita a seguir e uma outra que vai ser feita a partir de agora, que vem à reunião de Câmara para aprovação, esta primeira ainda vem para dar conhecimento. Como o Senhor Vereador Adelino Amaral disse, foi alocado dinheiro da despesa a despesas correntes e a despesas de investimento, algumas das quais estão ali evidenciadas e que são absolutamente prioritárias. Podia dizer ao Senhor Vereador Adelino Amaral que a Câmara de Nelas, para fazer face aos fogos de São João do Monte, de Póvoa de Cima e Póvoa dos Luzianes, não tirou a retroescavadora do estaleiro. O Executivo teve que mandar vir uma retroescavadora externa porque a retroescavadora da Câmara é a única que tem para fazer face a ruturas. Se ela avaria o Executivo fica privado de qualquer retroescavadora para compor uma rutura e nem tem, sequer que dar de fazer aos trabalhadores, ou minora as condições de trabalho dos trabalhadores. Se o Senhor Vereador Adelino Amaral reparar bem foram colocados ali 300.000,00 euros para equipamentos. Foi já adquirida uma retroescavadora. O Executivo está a contratar demasiados serviços de limpeza de bermas. Foi adquirido um trator de 80 cavalos com uma capinadeira e um limpa-bermas. Foi adquirida já uma carrinha de transporte de alunos porque o Executivo já não tem carrinha para transportar alunos em situação regulamentar e foi obrigado a comprar essa carrinha. Em matéria de despesas correntes foi para reforço das rubricas que a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares disse que era necessário reforçar em função da execução orçamental que estava nessa altura em curso. Por outro lado, a execução orçamental, ponderou-se e por decisão dele, Senhor Presidente, reforçou também a rubrica das despesas de capital porque é uma calamidade o Concelho de Nelas não ter, por exemplo, uma marcação na estrada. A sinalização horizontal é obrigatória. É da responsabilidade do Município. Podem vir consequências muito graves por a Câmara Municipal não fazer manutenção da sua rede viária e foram colocados montantes também no sentido de fazer preservação e requalificação da rede viária. Vai ser feita alguma repavimentação de estradas em Nelas, Canas de Senhorim, Santar e Agueira, de troços que são necessários absolutamente requalificar e se começa a haver acidentes a Câmara começa a ser responsável pelas consequências deles. Depois é necessário também e tem sido reclamado, foram colocados montantes em obras de requalificação urbana, algumas das quais referenciadas também pelo Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges, como por exemplo a execução de calçadas. É reclamado por pessoas idosas daquela calçada em frente ao CTT e outras pequenas intervenções. Vão ser demolidas casas em Vila Ruiva, em Canas de Senhorim e em diversos sítios e depois é preciso requalificar os espaços. Não vai ficar ali uma ferida ainda maior. Foram também alocados montantes nesse sentido. Do lado da receita não está refletido isso porque o Executivo tem a convicção de que, por via da execução orçamental, é possível chegar ao fim do ano com uma execução próxima dos 100% do lado da receita e do lado da despesa. Foi com a convicção que estava tudo bem que ele, Senhor Presidente fez a alteração. A Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares fez uma previsão das disponibilidades no final do ano dos fundos disponíveis. Os Serviços gerem alterações orçamentais e ele, Senhor Presidente, analisando com os Serviços e com o Senhor Dr. Pedro Patrício, que está a assessorar o Executivo na área financeira. Ele, Senhor Presidente, tem responsabilidade porque a alteração orçamental está assinada por ele. -----  
 ---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que iam ver o que é que vai dizer o Tribunal de Contas e a IGF. Vão aguardar. Para ele é ilegal. -----



## Reunião de 13/07/2016

---- O Senhor Presidente afirmou que esta alteração orçamental foi elaborada com a convicção de que o que se estava a fazer é absolutamente legal e permitido. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que compreendia e aceitava as explicações que o Senhor Presidente de Câmara deu mas não concorda com esta forma de dar cumprimento ao Orçamento e de fazer alterações e modificações ao Orçamento desta forma. Entende que aquilo não é engenharia, nem é criatividade, é uma figura que roça a batota orçamental e isso não pode concordar. Sempre condenou isso no Executivo anterior que era useiro e vezeiro nestas técnicas de empolamento de receitas para dar cabimento a despesas e depois a situação financeira degradava-se até ao ponto que viram. Não concorda com este procedimento a menos que, e o Senhor Presidente podia ter feito isso, como disse na sua primeira intervenção, a modificação ao Orçamento da despesa seja acompanhada por uma modificação da receita para perceberem que estão ali a falar de reafetação de despesas que têm origem em desvios para mais nas receitas de algumas rubricas. Se for assim está justificado. Não o sendo, fica por justificar donde é que sai o dinheiro, tirando os 600.000,00 euros que o Senhor Presidente entende como previsível o excedente, o saldo do exercício, mas fica por explicar donde é que vem o resto do dinheiro sem com isto pôr em causa e é bom que se diga que estão ali a analisar números e orçamentos e modificações e execuções e não estão a pôr em causa nenhum tipo de investimento, nem o arranjo de estradas e caminhos, nem a aquisição de maquinaria que infelizmente também é visível aos olhos de todos que é uma necessidade imperiosa e absoluta porque o Executivo anterior também nessa matéria deixou ficar a Câmara numa situação de calamidade. Portanto, é imperativo que sejam feitos investimentos nessa matéria que devem ser enquadrados no Orçamento normal. E estava perfeitamente de acordo que a Câmara acautele também essas situações que até podem chegar a situações de quase catástrofe, como aquela que o Senhor Presidente acabou de referir no uso de equipamentos da Câmara que não podem ter aplicações alternativas porque não há equipamentos alternativos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que comungava, de alguma maneira, aquilo que o Senhor Vereador Adelino Amaral acaba de dizer e para depois o Senhor Vereador Dr. Marques ter oportunidade de responder, há 4 anos atrás o que a Câmara estava a discutir era um empréstimo a uma situação de saneamento de reestruturação financeira e quando o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques refere a redução da dívida de 3,5 milhões de euros, estavam a falar da dívida de médio e longo prazo. Há três tipos de dívidas. Há a dívida de curto prazo, há a dívida de médio e longo prazo, que está consolidada nos bancos em empréstimos, e há a dívida total do Município. Quando ele, Senhor Presidente, refere que a dívida total baixou de mais de 16 milhões de euros para 11 milhões de euros é verdade. A dívida total de médio e longo prazo está muito próxima dos 11 milhões de euros, está abaixo dos 11 milhões de euros. Estima muito ver em comunga das preocupações do Senhor Vereador Adelino Amaral é que há 4 anos atrás estavam a discutir era uma situação de como tirar a Câmara de uma situação de calamidade financeira e para isso foi necessário contratar empréstimos, para pagar dívidas de fornecedores e hoje, nesta reunião, o que discutem e o que têm vindo a discutir, quer na revisão do Plano de Ajustamento Financeiro com o cofinanciamento de 1,5 milhões de euros, quer nas contrapartidas de Girabolhos, quer agora com a execução orçamental é libertar meios para fazer investimentos. Há 4 anos atrás estavam todos ali na reunião e na Assembleia Municipal, a discutir como é que se iam pagar as dívidas que foram geradas naqueles dois



Reunião de 13/07/2016

mandatos e que culminou com dívidas a fornecedores de 6 milhões de euros. Concorde inteiramente com o Senhor Vereador Adelino Amaral e dá-lhe o seu compromisso da primeira prioridade, a prioridade essencial deste Presidente de Câmara ser a questão do reequilíbrio económico e financeiro da Câmara. Nesse sentido, as alterações orçamentais que foram feitas são perfeitamente comportáveis em termos de execução, dava-lhe esse compromisso e vê-lo-ão em termos de execução orçamental no final do ano. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que estava a ver se encontrava nos seus documentos e confiando no Senhor Vice-Presidente quando emitiu uma nota para a reunião de Câmara, ou para a Assembleia, em que dizia quanto é se devia de dívidas. Não encontra essa informação, não sabia onde estava. Confiava nesses números e que eram 400.000,00 euros aos empreiteiros e pouco mais se devia. Pode ser que com o decurso da reunião encontre essa informação para conseguir dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não é verdade. Concorde com o Senhor Presidente da Câmara e isso é verdade, que são consequências muito graves para a Câmara Municipal não fazer a manutenção da sua malha viária e poderá responder criminalmente e criminalmente pelo que acontecer. Então, porque é que o Senhor Presidente da Câmara não pagou aquela fatura à firma Amadeu Gonçalves Cura e aos Irmãos Almeida Cabral exatamente nas mesmas circunstâncias? Perguntou se era verdade, ou era mentira. O Senhor Presidente está a fazer exatamente o que fez o anterior Executivo. Tudo bem. Não conhecia nenhuma Câmara que não faça o que fez o anterior Executivo e o que o Senhor Presidente está a fazer. Não conhece nenhuma Câmara e o Senhor Presidente hoje não tem a mesma opinião que teve quando pediu a sindicância, não tem, porque hoje o Senhor Presidente tem responsabilidades. É se lá morrer alguém e o Senhor Presidente tiver que conhecimento que estava lá um buraco e não o reparou, o Senhor Presidente responde e vai assentar o rabo no banco dos réus. Em relação às obras da Casa do Benfica, em Canas de Senhorim, foi o Senhor Presidente que ensinou o anterior Executivo quando esteve na Câmara que deviam ser feitas algumas obras em Canas de Senhorim para pacificar o Concelho e hoje o Concelho está pacificado e hoje o Senhor Presidente tem o Secretário da Junta de Freguesia de Canas de Senhorim e candidato a Presidente de Junta e o partido que votou contra a criação do Concelho de Canas de Senhorim, o Movimento que fez toda a defesa da divisão do Concelho vem dizer que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Nelas, eleito pelo Partido Socialista, já não quer lá mais trabalhos. Estavam a ver o que é que ele, Vereador Dr. Marques, conseguiu fazer por Canas de Senhorim. O partido que votou contra a criação do Concelho, o Movimento que foi sempre contra Nelas, a favor da divisão do Concelho hoje vem dizer que o Presidente da Câmara Municipal de Nelas faz um excelente trabalho. Que vissem o trabalho que ele, Vereador Dr. Marques, fez em oito anos. E que tirassem daí as conclusões. Querem-lhe tirar o tapete mas não conseguem. O Funcionário do Senhor Presidente apanhou-o mesmo a caminho, na A1, mais a sua Vice-Presidente e ele, Vereador Dr. Marques, saiu do almoço para ir para o Partido, para o Caldas, a convite da Senhora Presidente e do Senhor Secretário-Geral e estão enganados, ia um a subir e o outro a descer. -----

---- O Senhor Vereador Adelino José Borges Amaral afirmou que se tinha esquecido de falar ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques na questão da redução da dívida. É importante que a dívida reduza o mais possível. Parece-lhe é que é um preciosismo da parte do Senhor Vereador Dr. Manuel Marques dizer que não foram 6 milhões de euros e foram só 3,5 milhões



Reunião de 13/07/2016

de euros depois de ter estado 8 anos a vê-la sempre aumentar. Parece-lhe que é positiva a redução da dívida seja de que valor for. Em relação à situação de rutura financeira a que a Câmara chegou no Executivo anterior provocado em grande parte, para não dizer na sua totalidade, pelo descontrolo orçamental e pela concretização de despesas sem haver receitas que as cobrissem e isso foi uma hecatombe em termos financeiros e é por isso que ele, Vereador Adelino Amaral, levanta as dúvidas e as reservas em relação a este tipo de alterações orçamentais que não estejam devidamente justificadas. A sua reserva é só essa, que é o receio de que a Autarquia possa enveredar por caminhos que no passado conduziram à situação que conduziram e por isso a sua reserva em relação a este assunto. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que só queria dar os parabéns ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques, já lhos tinha dado várias vezes antes, porque já no passado, ele, Vereador Dr. Alexandre Borges, percebe alguma coisa de contas, de Contabilidade é que não percebe quase nada, mas notou que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques referiu ali que antes faziam uma coisa e agora acusa o Senhor Presidente de fazer o mesmo. Também fica preocupado e acha bem que este alerta seja feito, mas acha piada e queria-lhe dar os parabéns por ter evoluído porque aquilo que antes fazia e achava bem, agora acha que os outros fazem o mesmo, já acha mal. Acha só engraçado. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Manuel da Conceição Marques afirmou que, em 2005, quando chegaram à Câmara, junto com o Senhor Presidente, tiveram logo um empréstimo, está nas atas e o Senhor Presidente recorda-se bem. Fizeram um empréstimo novo e tiveram que renegociar outro de 2 milhões de euros. Ia ver a ata da reunião em que isso foi feito. -----

---- A Câmara tomou conhecimento das Modificações ao Orçamento Municipal para o ano de 2016, n.º 12, e às Grandes Opções do Plano, para o mesmo ano de 2016, n.º 12, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo II), fazendo dela parte integrante. -----

---- **Por motivos profissionais ausentou-se da reunião o Senhor Vereador Artur Jorge dos Santos Ferreira.** -----

**(242/20160810)6.3.FORNECIMENTO DE ÁGUA NÃO TRATADA PARA FINS INDUSTRIAIS – AUTORIZAÇÃO E FIXAÇÃO DE PREÇO DO FORNECIMENTO EM 0,30 €/M<sup>3</sup> (+IVA À TAXA NORMAL) – APROVAÇÃO**

---- Presente uma proposta de deliberação, datada de 8 de julho de 2016, do Senhor Presidente, que a seguir se transcreve: -----

---- **“PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO** -----

---- *Fornecimento de água não tratada para fins industriais – autorização e fixação do preço do fornecimento em 0,30€/m<sup>3</sup> (+IVA à taxa normal).* -----

---- *Considerando:* -----

---- *I. O protocolo outorgado em 14 de abril de 2010 com a empresa “LusoFinsa – Ind. Com. Madeiras S.A.” nos termos do qual o Município se compromete a fornecer à referida empresa água para fins industriais não sujeita a tratamento;* -----

---- *II. O despacho proferido em 30 de junho de 2011 pela Presidente da Câmara de então, Dr.ª Isaura Pedro, nos termos do qual se fixou em 0,30€/m<sup>3</sup> o preço da água não tratada a cobrar no âmbito do Protocolo referido no considerando anterior;* -----

---- *III. Que a dificuldade em assegurar o abastecimento de água às unidades industriais se mantém;* -----

---- *IV. Que a falta de água pode colocar em causa a produção das unidades industriais do*



Reunião de 13/07/2016

*Concelho;* -----  
 ---- V. O investimento efetuado na Zona Industrial de Chão do Pisco que permite responder, nomeadamente, às necessidades de abastecimento da empresa “Borgstena Textile Portugal, Unipessoal Lda.”; -----

---- VI. Que a medição da água fornecida a qualquer das unidades industriais que são ou venham a ser abrangidas pelo abastecimento com recurso a água não tratada é efetuada através de um contador, cuja instalação é da responsabilidade do Município; -----

---- VII. Que o facto de o Município se comprometer a fornecer água não tratada, não o responsabiliza por qualquer acontecimento que o impeça de cumprir com o fornecimento; ----

---- PROPÕE-SE: -----

---- a) Que a Câmara Municipal delibere no sentido de se fixar em 0,30€/m<sup>3</sup> o preço da água não tratada para fins industriais, a fornecer às unidades industriais do Concelho que o requeiram.” -----

---- O Senhor Presidente afirmou que, de acordo com a informação que foi feita, é com base no preço do m<sup>3</sup> que o Executivo está a cobrar à LusoFinsa e de acordo com as contas que foi possível apresentar, considerando o custo da água a Mangualde, que é 40 cêntimos o m<sup>3</sup> e o custo inerente àquilo que o Município tem que suportar, considerando o investimento que já fez e a amortização do mesmo durante 15 anos, que este preço de 30 cêntimos o m<sup>3</sup> é perfeitamente ajustado como era ajustado aquele que se fixa relativamente à LusoFinsa e por isso propõe esse preço. Isto não prejudica que numa próxima revisão do tarifário da água, saneamento e resíduos não seja considerado este valor. Parece-lhe que pelas contas que lhe foi dado constatar, 30 cêntimos, a Borgstena está a pagar 86 cêntimos o m<sup>3</sup> de água e passando para 30 cêntimos o m<sup>3</sup>, dá perfeitamente para a Câmara ainda suportar. Na altura em que foi feito o estudo do tarifário acha que eram 64 cêntimos. Ainda ficavam 24 cêntimos, que continuariam a pagar, mais 6 cêntimos que dava para amortizar o investimento que foi feito. Seja como for, é uma matéria que depois terá que ser reponderada em termos de estudo de tarifário também pelos investimentos que a Câmara está a fazer a todos os níveis. O fornecimento de água não tratada começou apenas em junho e o Executivo ficou de ver também o evoluir deste assunto. Ele, Senhor Presidente, trará informação porque também estará muito atento relativamente a este assunto porque é uma componente importante. Os industriais estão a consumir cada vez mais água e é uma componente de custo muito importante também para o Município. -----

---- O Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges afirmou que concordava com esta proposta. O preço dá por garantido que aquilo que estava na informação era verdadeiro. Queria deixar apenas alguns alertas. Um deles é aquele que o Senhor Presidente referiu. O estudo do tarifário, para o preço mais baixo ser o que é, ele é compensado pela aquisição pelos grandes consumidores, de preço da água acima do preço de custo e tentar que depois esta situação seja, de alguma forma, contemplada, não dizia para aumentar o preço da água porque se tiver que ser feito não por causa desta situação, acha que a Câmara deve ter consciência e verificar, no futuro, se o preço da água tiver que subir que assim seja. Agora, outra questão e a grande razão que o faz estar também a favor desta proposta tem a ver até com o facto de não pôr em causa o abastecimento público, pelos volumes elevados que a Borgstena tem vindo a consumir e parece-lhe uma proposta equilibrada tentar com recursos próprios dentro do Município que esse consumo de água excessivo, relativamente ao restante



Reunião de 13/07/2016

Concelho, precaver eventuais faltas de água e a Borgstena tiver uma fonte de fornecimento de água diferente daquela que normalmente chega a casa das pessoas, isso parece-lhe bom para prevenir esse tipo de risco de falta de água nas e que acha que é o mais importante. Só deixava também ali uma pergunta que tem a ver, se a ERSAR terá que se pronunciar sobre a venda de água, sendo não tratada, provavelmente não, mas deixava só este alerta, talvez perguntar aos Serviços se isso é necessário e se for seja pedido porque provavelmente em caso de necessidade nem será negativo, também não lhe ocorre nenhuma razão para que o seja e era só para que este assunto seja coberto de toda a legalidade, como pensa que seja o objetivo de todos. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que ficavam as recomendações do Senhor Vereador Dr. Alexandre João Simões Borges. -----

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes aprovar a proposta do Senhor Presidente, no sentido de se fixar em 0,30€/m<sup>3</sup> o preço da água não tratada para fins industriais, a fornecer às unidades industriais do Concelho que o requeiram. -----

## **7 - OBRAS PARTICULARES**

### **7.1.INFORMAÇÃO DE DECISÕES GERADORAS DE CUSTO OU PROVEITO FINANCEIRO**

#### **7.1.1.LICENCIAMENTO DE OBRAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, DEFERIDOS E INDEFERIDOS – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a processos de licenciamentos de obras, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, deferidos e indeferidos, no período compreendido entre 22 de junho de 2016 e 06 de julho de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo III), fazendo dela parte integrante. -

#### **7.1.2.LICENÇAS DE CONSTRUÇÃO EMITIDAS – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, referente a licenças de construção emitidas no período compreendido entre 22 de junho de 2016 e 06 de julho de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo IV), fazendo dela parte integrante. -----

#### **7.1.3.PROCESSOS DE LICENCIAMENTOS, COMUNICAÇÕES PRÉVIAS, LOTEAMENTOS, DESTAQUES, PROPRIEDADES HORIZONTAIS, INFORMAÇÕES PRÉVIAS E OUTROS, ENTRADOS NOS SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento da relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares, referente a processos de licenciamentos, comunicações prévias, loteamentos, destaques, propriedades horizontais, informações prévias e outros, entrados na Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, no período compreendido entre 22 de junho de 2016 e 06 de julho de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo V), fazendo dela parte integrante. -----

#### **(249/20160810)7.2.RELAÇÃO DE LICENÇAS E ADMISSÕES DE COMUNICAÇÃO PRÉVIA, A CADUCAR, PRECEDIDAS DE AUDIÊNCIA PRÉVIA, NOS TERMOS**



Reunião de 13/07/2016

**DO ART.º 71.º, DO DEC.LEI N.º 555/99, DE 16 DE DEZEMBRO, COM POSTERIORES ALTERAÇÕES – APROVAÇÃO**

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a caducidade das licenças e admissão de comunicação prévia, a caducar, precedidas de audiência prévia, constantes na relação elaborada pela Unidade Orgânica de Obras e Licenciamentos Particulares – Serviço Administrativo de Obras, nos termos do art.º 71.º, do Dec.Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com posteriores alterações, no período compreendido entre 23 de junho de 2016 e 06 de julho de 2016, a qual fica anexa a esta ata (Anexo VI), ficando dela parte integrante. -----

**8 – LICENCIAMENTOS DIVERSOS**

**8.1.DECISÕES PROFERIDAS AO ABRIGO DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, POR DELIBERAÇÃO DE 04 DE NOVEMBRO DE 2013 – CONHECIMENTO**

---- A Câmara tomou conhecimento das decisões proferidas pelo Senhor Presidente, ao abrigo da delegação de competências, por deliberação de 04 de novembro de 2013, designadamente: licenças especiais de ruído, no âmbito do disposto no artigo 15.º, do Regulamento Geral do Ruído; alargamento de horário de funcionamento ao abrigo do disposto no artigo 11.º, do Regulamento Municipal dos Horários e um licenciamento municipal, a qual fica anexa a esta ata (Anexo VII), fazendo dela parte integrante. -----

**(250/20160810)8.2.ISENÇÕES CONCEDIDAS PELO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA AO ABRIGO DO ARTIGO 5.º, DO REGULAMENTO DE TAXAS MUNICIPAIS E OUTROS REGULAMENTOS – RATIFICAÇÃO**

---- A Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, ratificar as isenções concedidas pelo Senhor Presidente da Câmara, ao abrigo do artigo 5.º, do Regulamento de Taxas Municipais e outros regulamentos, as quais ficam anexas a esta ata (Anexo VIII), fazendo dela parte integrante. -----

**INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**

---- O Senhor Presidente afirmou que era o culminar de uma reunião de Câmara. Às 14 horas será a reunião marcada para este dia 10 de agosto de 2016. Perguntou se alguém do Público queria intervir, ou se o podia guardar para o Período aberto ao Público da reunião desta tarde.

---- O Senhor Arlindo Rodrigues Duarte afirmou que só queria intervir um minuto, eram só duas pequenas questões. Já que estavam a falar da água, pediram-lhe para pedir ao Senhor Presidente que numa Escola as crianças não têm o bebedouro a trabalhar. A Senhora Vice-Presidente sabe disso e houve uma pessoa que disse que se as crianças quisessem beber água que fossem à cozinha, ou às casas de banho. Acha que é impróprio as crianças irem à casa de banho beberem água por uma torneira e a pessoa que lhe falou dispõe-se em pagar a um serralheiro, ou a um canalizador para repor esse chafariz. A segunda questão, também muito rápida era se havia possibilidades da Câmara recuperar um depósito existente na Urgeiriça, o que traria dois benefícios para a população. Se houver uma falha de água esse depósito dá para cerca de um dia de abastecimento de água. Por outro lado, as próprias torneiras teriam mais pressão. -----





Reunião de 13/07/2016

---- O Senhor Presidente afirmou ter ficado preocupado com essa questão da água e pediu à Senhora Vice-Presidente Dr. Sofia Relvas Marques para dizer o que sabia pois para ele, Senhor Presidente, era novidade. -----

---- A Senhora Vice-Presidente Dr. Sofia Relvas Marques informou o Senhor Arlindo que provavelmente a pessoa que falou com ele foi a Senhora da Pastelaria que também já tinha falado com ela há cerca de um ano e meio e ela, Senhor Vice-Presidente, de imediato questionou o Agrupamento de Escolas de Nelas pois a sua primeira reação foi igual à do Senhor Presidente que houvesse um problema das crianças terem acesso à água para beber numa Escola. E como até é uma Escola que não faz parte do âmbito da responsabilidade direta da Câmara Municipal, que é a Escola Fortunato de Almeida, falou com a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas, Professora Olga, que já, por várias vezes, reuniu com essa Encarregada de Educação e que essa Senhora levanta sempre essa dificuldade porque o seu filho estuda nessa Escola. Aquilo que foi prática decidida pelo responsável da Escola Fortunato de Almeida foi, para impedir questões de higiene que não são tão garantidas nos bebedouros para impedir algum vandalismo e alguma falta de cuidado que os miúdos têm nesse tipo de bebedouros, porque se molham, porque molham outros, porque se estragam, foi pedido para se vedar o acesso aos bebedouros. Houve instruções no sentido de cada aluno trazer uma garrafa de plástico para encher nas casas de banho, pois ninguém está a querer que uma criança vá beber diretamente a uma torneira das casas de banho. Mas para prevenir isto tudo foi sugerido isto tudo. Parece-lhe que a Senhora Diretora do Agrupamento de Escolas de Nelas acedeu a este pedido. O assunto foi tratado de imediato e deu essa resposta à Senhora Encarregada de Educação numa vez seguinte em que foi ao estabelecimento comercial dela. Não é verdade que esse assunto não tenha sido tratado. Foi tratado de acordo com as instruções dadas pelo responsável pela Escola Fortunato de Almeida. -----

---- O Senhor Celso, de Santar, afirmou que o Senhor Vereador Dr. Alexandre Borges falou que em Canas de Senhorim necessitava de mais uma casa de banho atendendo que já tem uma, mas que necessitava de outra junto àquele espaço junto à Igreja. É que Santar não tem nenhuma e ninguém se preocupa com isso. Não estava a representar o Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Estava-se a representar a ele próprio e a população de Santar que se manifesta neste aspeto. É cada vez uma terra turística, com o desenvolvimento que se espera e é uma tristeza não haver uma casa de banho em Santar. -----

---- O Senhor Presidente agradeceu o contributo do Senhor Celso. O Executivo ia fazer com que tudo isso seja ultrapassado. Antes de pedir a leitura da minuta da ata ia sugerir também aos Senhores Vereadores que quando estiverem em causa, e é o caso ali neste caso, se não se opunham a que suceda de hora em diante. Apesar do artigo 57.º, da Lei, por exemplo, ficaram aqui à espera neste intermeio as candidaturas à recuperação das Escolas do Primeiro Ciclo. Portanto, a partir de agora, quando forem assuntos de candidaturas em que estejam todos de acordo e assuntos urgentes, se os Senhores Vereadores não se importassem, ele, Senhor Presidente, sugeria que fosse aprovada a deliberação em minuta. A Lei é duvidosa porque diz que é no final da reunião. Mas estiveram ali uma série de assuntos, particularmente a questão das candidaturas às Escolas e a partir de agora, em determinadas matérias, se os Senhores Vereadores não se importassem, ele, Senhor Presidente, ia elencar aquilo que é imperioso para avançar, subsídios para associações, candidaturas a fundos comunitários, que se aprove



Reunião de 13/07/2016

imediatamente em minuta como se faz na Assembleia Municipal, a Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia vai trazer uma minuta, aprova-se em minuta e justifica-se. Então, na reunião de hoje fica a constar que saiu da reunião no ponto 6.3 o Senhor Vereador Artur Jorge Ferreira por razões profissionais. Deixava também expresso que tem perfeita noção que a conjugação de forças nesta Câmara não é aquilo que já foi noutros tempos. Vai também, da sua parte, fazer um esforço para não presumir que os Senhores Vereadores estão de acordo com aquilo que ele, Senhor Presidente, acha que é o melhor para o Concelho e trazer o máximo de questões para consensualizar em reunião de Câmara neste ano que falta de mandato. Agradecia a todos e na pessoa que não estava ali, do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Senhorim. De facto, esta questão do desbloqueio de um grande investimento das contrapartidas de Girabolhos e a sensatez com todos contribuíram para ultrapassar essa questão e deixa ali em nome do Presidente da Câmara e em nome do Município de Nelas um agradecimento a todos os Senhores Vereadores. -----

### **APROVAÇÃO DA MINUTA DA AT A**

---- O Senhor Presidente da Câmara pediu à Senhora Dr.<sup>a</sup> Célia Tavares para proceder à leitura da minuta da ata. -----

---- O Senhor Presidente afirmou que relativamente ao ponto 1.3. ia ver mas tinha a sensação de que, de facto, foi uma reunião muito alterada e ele, Senhor Presidente, ia fazer um esforço para, eventualmente, até fornecer a cópia da gravação da reunião daquilo que efetivamente se passou porque tem a sensação de que nesta ata do ponto 1.3, como nas atas que vêm hoje para aprovação, o Senhor Fernando transcreveu a ata a ele, Senhor Presidente, não alterou uma vírgula e é o caso desta ata que acha que há ali um qualquer mal-entendido. Ia ver, ia conferir esta ata e vai facultar uma cópia da gravação da ata para depois verificarem e pedia esse esforço na próxima reunião de Câmara, ver o que é que está em desconformidade e verificar na gravação se é assim, ou não, porque tem a sensação que nesta ata 1.3, que foi reprovada, porque acha que às vezes, o Senhor Vereador Adelino Amaral referenciou na questão da ata. Ele, Senhor Presidente, depois por vezes ao ler o texto da ata, um texto frio da ata não reflete o calor das discussões de reunião da Câmara, se se levantam da mesa, se disseram isto, ou aquilo, com mais veemência, ou menos veemência, não reflete, o texto é frio. Estava convencido que esta ata que foi reprovada corresponde fielmente àquilo que está na gravação. Ainda estão no ponto 1.3. Isto agora é a minuta. Depois, há-de vir a ata. -----

---- Em relação ao ponto 3.3, o Senhor Presidente pediu ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques para lhe deixar explicar o que é que aconteceu para lhe facilitar a leitura. Primeiro, o Executivo alugou a motoniveladora e o cilindro durante um mês. Quando foi para renovar, os Serviços vieram dizer, quanto tempo é que o aluguer ia durar e depois fez-se um procedimento por vários meses. O que o Senhor Vereador Dr. Manuel Marques estava a dizer não era verdade e que o procedimento à sua disposição. Neste ponto 3.3 foi disponibilizado o conhecimento ao Senhor Vereador Dr. Manuel Marques do dossier para conhecimento do requerido. -----

---- Posta à votação a minuta da ata da presente reunião, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----



Reunião de 13/07/2016  
**ENCERRAMENTO**

---- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara deu por encerrada a reunião às doze horas e cinquenta e um minutos, do dia dez de agosto de dois mil e dezasseis, da qual se lavrou a presente ata que foi lida em voz alta por mim, \_\_\_\_\_, conforme deliberação tomada na 1.<sup>a</sup> reunião desta Câmara Municipal, realizada em 04 de novembro de 2013, que a redigi, subscrevi e assino, tendo verificado a sua conformidade com a minuta já aprovada e assinada. -----

O Presidente,

\_\_\_\_\_  
A Técnica Superior, responsável pela Unidade Orgânica Administrativa e Financeira/Recursos Humanos e Saúde,

\_\_\_\_\_